



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
EDUCAÇÃO
LINHA DE PESQUISA EM HISTÓRIA DA
EDUCAÇÃO



MARIA ADÉLIA CLEMENTINO LEITE

PRÁTICAS PEDAGÓGICAS NOS MANUAIS DIDÁTICOS (1938-1945)

Orientador: Prof. Dr. Carlos Augusto de Amorim Cardoso

João Pessoa
2013

MARIA ADÉLIA CLEMENTINO LEITE

**PRÁTICAS PEDAGÓGICAS NOS MANUAIS DIDÁTICOS
(1938-1945)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação, da Universidade Federal da Paraíba (PPGE-UFPB), como requisito para obtenção do título de Mestre em Educação.

Orientador: Profº. Drº. Carlos Augusto de Amorim Cardoso

Linha de Pesquisa: História da Educação

João Pessoa
2013

L533p Leite, Maria Adélia Clementino.
*Práticas pedagógicas nos manuais didáticos
(1938-1945) / Maria Adélia Clementino Leite.-- João
Pessoa, 2013.*
112f. : il.
Orientador: Carlos Augusto de Amorim
Cardoso
Dissertação (Mestrado) - UFPB/CE
1. Educação - história. 2. Manuais didáticos. 3.
Práticas pedagógicas. 4. Formação de professores.

MARIA ADÉLIA CLEMENTINO LEITE

Aprovada em: ____/____/____

Banca de Defesa

Prof. Dr. Carlos Augusto de Amorim Cardoso
(PPGE – UFPB - Orientador)

Prof. Dr. Raimundo Elmo Vasconcelos Júnior
(UFCE– Examinador Externo)

Prof. Dr. Wojciech Andrzej Kulesza
(PPGE/UFPB - Examinador Interno)

Prof. Dr. Jean Carlo de Carvalho Costa
(PPGE/UFPB - Suplente Interno)

DEDICATÓRIA

Dedico a minha família.

AGRADECIMENTOS

A *Deus* que é responsável pela minha existência e sábio de todas as coisas.

Aos meus pais, *Aníbal Clementino* e *Ana Estevão* por terem acreditado nos meus sonhos e mim dado à oportunidade de crescer.

Aos meus irmãos, *Adelaide*, *Aderlândia*, *Aderlan* e *Adeni* por estarem ao meu lado em todos os momentos de tristezas e alegrias, e por me incentivarem na busca dos meus sonhos.

Ao meu namorado *Ernaneskley (Neguinho)*, que teve paciência e dedicação, me dando conselhos e apoio, pelo seu amor e companheirismo.

Ao meu sobrinho *Isaac*, que me deixa apaixonada com suas travessuras e os momentos de descontração com seu sorriso apaixonante.

A minha avó *Ana Juvita*, que amo muito, pelos conselhos e brincadeiras sempre humorísticas.

Agradeço a meus cunhados e cunhada, *Geneton*, *Ronélis* e *Lourdinha*, pelos incentivos e conselhos na busca dos meus sonhos.

A minha tia *Ná (Ednalva)* pelo seu carinho de segunda mãe, e seu aconchego. A minha tia *Noêmia* e aos meus primos e primas filhos delas. Em especial, a Francisco Junior meu primo, por ter me acolhido em sua casa e ter me ajudado quando precisei.

A todos os colegas da turma 31 do Mestrado, em especial, a Priscilla Leandro e Ramon Alcântara pela amizade e conselhos valiosíssimos.

A todos os meus amigos e amigas, que com pequenos e grandes gestos contribuíram na elaboração desse trabalho, em especial, Nagirleide Leite, Adriana Villar, Sabrina Façanha, Dianatijacy Farias, Ruth Helena Fidelis, Camila Bandeira e Karla Geanne.

Ao professor orientador *Carlos Augusto de Amorim Cardoso*, pela oportunidade da experiência de Iniciação Científica, e, pela orientação na realização do Trabalho de Conclusão do Curso de Pedagogia, e pela orientação nesta nova conquista. E, em nome dele agradeço também a todos os professores que de forma indireta e direta contribuíram para a realização

desse trabalho, e, em especial aos professores, e colegas que compõem o Grupo de Pesquisa Ciência, Educação e Sociedade.

A professora Maria Adailza Martins Albuquerque (Dadá) e ao Professor Raimundo Barroso por suas discussões e sugestões neste trabalho, na qualificação. E, aos professores Wojciech Andrzej Kelesza e Raimundo Elmo Vasconcelos Júnior pelas contribuições.

Enfim, quero agradecer a todos e todas que colaboraram de maneira direta ou indireta para construção desse sonho. Obrigada por tudo!

RESUMO

As análises sobre os manuais didáticos no Brasil são recentes, e tem-se intensificado pelos pesquisadores devido à sua importância para a compreensão do cotidiano escolar. Deste modo, os manuais didáticos trazem aspectos significativos e capazes de revelar diversas informações: o tipo de conhecimento selecionado para compor o conjunto de conteúdos a serem ensinados nas escolas nos diferentes contextos históricos; os conteúdos mais expressivos em detrimento de outros; as ideologias presentes na disposição desses conteúdos; as orientações metodológicas apresentadas nesses manuais; a função que os autores desempenham na sociedade e a relação dos mesmos com o exercício do magistério. Nesta perspectiva, o presente estudo teve como objetivo geral analisar as discussões sobre as práticas pedagógicas nos manuais didáticos, direcionadas as Escolas Normais e Institutos de Educação. Para alcançar tal objetivo, definimos alguns objetivos específicos que apontam nesse sentido: conhecer e descrever os conteúdos, métodos e práticas pedagógicas desenvolvidas nos manuais didáticos. A pesquisa foi, metodologicamente, realizada com o levantamento de fontes bibliográficas, e nos referenciamos a partir dos respaldos teóricos de autores como Bittencourt (2004, 2010) e Chartier (1990). Para a realização das análises escolhemos os manuais didáticos *Tratado de Pedagogia*, de Monsenhor Pedro Anísio, de (1955) e *Práticas Escolares*, de Antônio D'Ávila, de (1958), as obras trazem em si, elementos que norteavam a formação e prática dos professores, destacando concepções teóricas, sugestões de referências para estudos com indicações de diversos autores, leis, e, orientações para o desenvolvimento de práticas pedagógicas, como planos de aulas, sugestões de aplicação de provas, estudos de sobre os diversos tipos de métodos, entre outros aspectos.

Palavras - chave: Manuais Didáticos. Práticas Pedagógicas. Formação de Professores.

ABSTRACT

The analyzes of the textbooks in Brazil are recent, and has been intensified by researchers because of its importance for the understanding of the school routine. Thus, textbooks bring significant aspects and able to reveal different information: the type of knowledge selected to compose the set of content to be taught in schools in different historical contexts, the most expressive content over others; ideologies present in provision of such content; methodological guidelines presented in these manuals, the role that authors play in society and the relationship of these with the practice of teaching. In this perspective, the present study aimed at analyzing ace discussions about the pedagogical practices in textbooks, directed the Normal Schools and Educational Institutes. To achieve this goal, we define some specific goals to this effect: understanding and describing the contents, methods and practice developed in textbooks. The research was methodologically carried out a survey of bibliographic sources, and we mention from the backs of authors such as theoretical Bittencourt (2004, 2010) and Chartier (1990). To perform the analysis we chose the textbooks Treaty of Pedagogy, Monsignor Pedro Anísio of (1955) and School Practices, Antonio D'Avila, in (1958), the works bring itself elements that guided the formation and practice teachers, highlighting theoretical concepts, suggestions for references to studies provided by various authors, laws, and guidelines for the development of educational practices, such as lesson plans, suggestions for application of evidence, studies on the various types of methods, among others.

Keywords: Instructional Manuals. Teaching practices. Teacher Education.

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 01- Página de Rosto do Manual Didático Práticas Escolares.....	37
FIGURA 02- Índice do Manual Práticas Escolares.....	38
FIGURA 03- Orientações Iniciais do <i>Teste do ABC</i>	41
FIGURA 04- Estrutura Curricular e Orientações do 1º Ano.....	42
FIGURA 05- Estrutura Curricular e Orientações do 1º e 2º Ano.....	43
FIGURA 06- Estrutura Curricular e Orientações do 2º e 3º Ano.....	44
FIGURA 07- Estrutura Curricular e Orientações do 3º Ano.....	45
FIGURA 08- Estrutura Curricular e Orientações do 4º Ano.....	46
FIGURA 09- Estrutura Curricular e Orientações do 4º Ano.....	47
FIGURA 10- Questionamentos para estudos.....	49
FIGURA 11- Definição de Método e questionamentos para estudos.....	51
FIGURA 12- Manual Didático Tratado de Pedagogia.....	55
FIGURA 13- Início da Primeira Parte do Índice.....	57
FIGURA 14- Início da Segunda Parte do Índice.....	58
FIGURA 15- Definição dos Métodos e Subdivisão.....	68
FIGURA 16 – Questionamentos para estudos.....	69

LISTA DE QUADROS

QUADRO 01 – Padrão de Ficha para julgamento de livros e cartilhas.....	25
QUADRO 02 – Escala de Testes de Binet e Simon.....	63

LISTA DE ABREVIATURAS

PPGE – Programa de Pós-Graduação em Educação

PIBIC - Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica

GPCES – Grupo de Pesquisa Ciência, Educação e Sociedade

UFPB – Universidade Federal da Paraíba

CNPq – Conselho Nacional de Pesquisa

EPENN – Encontro de Pesquisa Norte e Nordeste

EREG – Encontro Regional de Ensino Geográfico

IHGP – Instituto Histórico e Geográfico da Paraíba

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1- Percurso da Pesquisa.....	14
1.1 – Origem do problema, objeto e objetivos da pesquisa.....	14
1.2 – Procedimentos Metodológicos.....	17
1.3 – Discussão Conceitual.....	19
CAPÍTULO 2 – Os Manuais Didáticos: aspectos históricos e produção.....	23
2.1- Os Manuais Didáticos.....	23
2.2 – Conceituando e analisando os Manuais Didáticos.....	28
CAPÍTULO 3 – Práticas Pedagógicas nos Manuais.....	36
3.1 – Análise do Manual Didático <i>Práticas Escolares</i>	38
3.1.1 – Antônio D’Ávila – sua atuação e produção.....	38
3.1.2 – Aspectos Estruturais da obra.....	39
3.1.3 – Estrutura dos capítulos: conteúdos gerais.....	42
3.1.4 – A imagem do professor no manual didático e sua prática pedagógica.....	50
3.2 – Análise do Manual Didático <i>Tratado de Pedagogia</i>	56
3.2.1 – Monsenhor Pedro Anísio – sua atuação e produção.....	57
3.2.2 – Estrutura física do manual.....	57
3.2.3 – Estrutura dos capítulos – conteúdos gerais (1ªParte).....	62
3.2.4 – A imagem do professor no manual didático e sua prática pedagógica.....	68
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	75
Referências.....	79
Anexos	

CAPÍTULO 1- PERCURSO DA PESQUISA

1.1- Origem do problema, objeto e objetivos da pesquisa

Os estudos sobre a história dos manuais didáticos, por muito tempo foram negligenciados pelos pesquisadores, só a partir da década de 1960, mas, sobretudo na década de 1980, surgem os interesses nesse campo de pesquisa. Os precursores desse movimento são oriundos dos Estados Unidos, da Alemanha, do Japão e da França.

No Brasil, a partir da década de 1990, as pesquisas no âmbito da História e da História da Educação, vêm despertando o interesse de pesquisadores em utilizarem os manuais didáticos como fonte documental, inclusive, dentro de uma perspectiva histórica e cultural.

Diversos autores Alves, (2009); Albuquerque, (2007, 2008); Freitag, Costa e Motta, (1997); Gatti Júnior, (2002, 2004); Ferraro, (2011), dedicam-se ao debate a cerca do percurso histórico, das propostas didático-pedagógicas, dos modos de produções, uso e circulação dos manuais didáticos, entre outros aspectos.

Assim, os estudos sobre os manuais didáticos no Brasil são recentes, e constituem hoje um amplo e variado campo de pesquisa na área de história da educação. A utilização de manuais e outros materiais didáticos, como fontes para a história da educação, tem se intensificado pelos pesquisadores devido à sua importância para a compreensão do cotidiano escolar.

Como decorrência, constata-se, também, que a maior parte das investigações focadas sobre tal objeto, não afirmam o propósito de reconstituir a história desses instrumentos de trabalho como um todo. Bittencourt (2008) retrata que

a maioria, dos estudos destinados à história do manual escolar interessa-se, com efeitos apenas pelo próprio produto, e de modo mais particular pelo seu conteúdo, sempre textual, às vezes iconográficos e excepcionalmente para textual. Aqueles que se interessam pelas diversas etapas do processo que faz com que o manual chegue definitivamente às mãos dos alunos

são menos numerosos, aqueles, enfim, que tratam, sob uma perspectiva histórica, da questão do uso dos manuais e de sua recepção são, de longe, os mais raros. (BITTENCOURT, 2008, p, 09-10).

Ao longo do tempo o livro didático recebeu diversas denominações, apesar de algumas dessas denominações apresentarem algumas particularidades em contextos diferentes (manual escolar - direcionado ao professor, compêndio - caráter enciclopédico, etc.), nesse trabalho utilizaremos a denominação: manuais didáticos.

Em 1993, Circe Bittencourt, em sua tese de doutorado intitulada “*Livro Didático e Conhecimento Histórico: uma história do saber escolar*”, elabora uma pesquisa considerada um dos raros e mais completos estudos de referência sobre a história do manual escolar.

Segundo Bittencourt (2008, p, 10), “a maioria dos estudos destinados à história do manual escolar interessavam pelo próprio produto, pelo seu conteúdo (sempre textual)”. Aqueles, que se interessavam pelas diversas etapas do processo dos manuais, eram raros.

Nesta perspectiva é notável perceber pelas pesquisas existentes, a necessidade de avançar mais nas discussões dos impressos no Brasil, no sentido de trazer e aprofundar novos aspectos ligados ao uso, aos manuseios, às formas de apropriação e leitura dos materiais impressos.

Para Vidal (2010), analisar os manuais didáticos na sua materialidade permite não apenas a percepção dos conteúdos ensinados, mas o entendimento do conjunto, de fazeres que envolvam a prática dos professores, por exemplo, a maneira como o “espaço gráfico da página de exercício, do caderno ou da prova é organizado, utilizando-se de fórmulas indicativas de início ou encerramento de atividades ou dia letivo, etc”.

Assim, a centralidade dada ao manual didático está relacionada ao fato desse material se configurar como uma fonte de pesquisa muito importante para compreendermos outros agentes influenciadores na construção dos saberes escolar.

Destarte, entendemos que os manuais didáticos trazem aspectos significativos e capazes de revelar diversas informações. Dentre os quais merecem destaques: o tipo de conhecimento selecionado para compor o

conjunto de conteúdos a serem ensinados nas escolas nos diferentes contextos históricos; os conteúdos mais expressivos em detrimento de outros; as ideologias presentes na disposição desses conteúdos; as orientações metodológicas apresentadas nesses manuais; a função que os autores desempenham na sociedade e a relação dos autores com o exercício do magistério.

O manual didático neste estudo será visto como um material escolar carregado de vestígios sobre o ensino e a formação de professores, sendo meio para revelar aspectos das práticas pedagógicas de um determinado momento histórico. (BITTENCOURT, 2004)

Nesse sentido, os questionamentos sobre as práticas pedagógicas presentes nos manuais didáticos, se fazem pertinentes, no intuito de compreendemos como eram pensadas as orientações dos conteúdos para o auxílio dos professores e futuros profissionais, na sua construção do seu conhecimento tanto teórico quanto prático.

Portanto, a escolha do período compreendido entre 1938 e 1945, se justifica pela criação do Decreto Lei nº1. 006¹ de 30 de dezembro de 1938, na qual discute o processo de elaboração, de produção, de controle e de circulação dos manuais didáticos para as escolas brasileiras. Assim, como a importância do referido decreto ser a primeira iniciativa política de legitimação do manual. E, 1945, em decorrência da publicação do Decreto - Lei nº 8.460, de 26 de Dezembro de 1945², que restringiu ao professor a escolha do livro a ser utilizado pelos alunos e consolida as condições de produção, de importação e de utilização do livro/manual didático.

Desta forma, podemos dizer que o presente estudo teve como objetivo geral analisar as discussões sobre as práticas pedagógicas nos manuais didáticos direcionadas às Escolas Normais e aos Institutos de Educação. Para isso, definimos alguns objetivos específicos que apontam nesse sentido: conhecer e descrever os conteúdos dos manuais didáticos, os métodos e as práticas pedagógicas desenvolvidas nos manuais.

¹ Ver na íntegra a Lei nº 1.006, de 30 de Dezembro de 1938. Fonte: D'ÁVILA, 1958, p,315 – 320, (ANEXO 01).

² Ver na íntegra a Lei nº 8.460, de 26 de Dezembro de 1945. (ANEXO 02)

O interesse pela temática teve origem da experiência como bolsista no Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC), no projeto “*Os Materiais Didáticos de Geografia da Escola Normal da Paraíba (1886-1930)*”³, no período de agosto de 2008 a agosto de 2010. Como focos foram analisados não só os livros, mas as formas de uso e as técnicas de ensino, os jogos e as excursões escolares usadas na escola no que diz respeito ao ensino de Geografia.

No decorrer dessa experiência, tive a oportunidade de participar e apresentar os resultados parciais das pesquisas em eventos científicos, a saber: 19º Encontro de Pesquisa Educacional Norte e Nordeste (EPENN) Educação, Direitos Humanos e Inclusão Social. Universidade Federal da Paraíba. Programa de Pós-Graduação – Centro de Educação, João Pessoa – PB, de 05 a 08 de Julho de 2009; X Encontro Regional de Estudos Geográficos - X EREG Políticas de (Des)envolvimento da/ na REGIAO NORDESTE: Uma leitura critica geográfica, de 22 a 25 de julho de 2009. Universidade Federal de Campina Grande. Em tais momentos pude expor a pesquisa e observar como a temática estava sendo abordada por diferentes pesquisadores.

Assim, durante essas experiências frente ao projeto, passei a interessar-me pelo estudo sobre a história da educação, motivo que proporcionou a escolha do tema para realização do Trabalho de Conclusão do Curso de Pedagogia, *Um Olhar sobre a Formação das Professoras das Escolas Normais da Paraíba e do Instituto de Educação da Paraíba (1950 – 1970)*. Concluindo no ano de 2010, tive a convicção de querer ingressar no Mestrado na área da História da Educação.

A partir de então, pudemos chegar a um conjunto de procedimentos que passaram a nortear nossa linha de trabalho.

1.2- Procedimentos metodológicos

³ O presente projeto fazia parte de um projeto maior intitulado “*Os Materiais Didáticos do Ensino Primário e Normal da Paraíba (1886-1930)*”, do Grupo de Pesquisa Ciência, Educação e Sociedade (GPCES). (Ver mais em CARDOSO, In: KULESZA, 2010.p. 07 – 18)

O presente trabalho trata-se de uma pesquisa de fontes bibliográficas, baseada no método qualitativo. A escolha do método está relacionada com amplitude da abordagem qualitativa, que segundo Richardson, pode “ser uma forma adequada para entender a natureza de um fenômeno social” (1999, p.79).

Assim, analisamos as obras que possibilitaram a construção do debate em torno do nosso objeto de estudo, tendo como respaldos teóricos os autores Bittencourt (2008), conceitos e perspectivas sobre os manuais, e Chartier (1990), com as categorias da representação das práticas de leituras.

Utilizamos como roteiro para análises dos manuais alguns aspectos, como:

1. Fazer uma leitura de toda a obra (capa a capa);
2. Elaborar uma pequena biografia dos autores;
3. Analisar o método utilizado pelo autor para a obra (dialógico/catecismo ou texto contínuo);
4. Aporte pedagógico a que recorre o autor;
5. Quais os conteúdos que mais e menos são abordados com enfoque sobre as práticas pedagógicas;

Para a realização da catalogação utilizamos uma ficha modelo, utilizada pelo grupo de pesquisa Ciência, Educação e Sociedade (GPCES), elaborada a partir das orientações do Programa Livres (ver ficha em Anexo 03). O levantamento das fontes foi realizado através da catalogação de livros/manuais em bibliotecas públicas e particulares da Paraíba, tais como: Biblioteca do Centro de Educação e Central da Universidade Federal da Paraíba – Coleções Especiais; no Instituto Historiográfico e Geográfico da Paraíba (IHGP), e, no acervo do GPCES.

Dentro das obras catalogadas destacamos “Manual de Pedagogia Moderna”, de Everardo Backheuser (3º edição, 1942); “Metodologia do Ensino Primário”, de Miranda Theobaldo Santos (2º edição, 1950); “Práticas Escolares”, de Antônio D’Ávila (8º edição, 1958); “Tratado de Pedagogia”, de Monsenhor Pedro Anísio (4ª edição, 1958) e Compêndio de Pedologia e Pedagogia Experimental”, de Monsenhor Pedro Anísio (1ª edição, 1937).

Para esse estudo, selecionamos o manual didático *Práticas Escolares*, de Antônio D'Ávila, publicado em 1958, na sua 8ª edição. A escolha deste manual se deu em virtude do mesmo ser direcionado para Prática do Ensino no Curso Normal e Orientação Pedagógica para o Ensino Primário, do estado de São Paulo, e de outras escolas do Brasil. O outro manual didático escolhido foi *Tratado de Pedagogia*, de Monsenhor Pedro Anísio (1955), na sua 4ª edição. Tal manual também era destinado para uso das Faculdades de Filosofia e das Escolas de Professores e Institutos de Educação.

Dentro desta perspectiva, nossa análise centra na compreensão do manual didático, tanto no que se refere ao seu caráter pedagógico e difusor de ideais de um determinado período, quanto ao tocante a sua materialidade.

Assim, destacaremos como os conteúdos eram tratados na obra selecionada, sobretudo aqueles referentes às práticas pedagógicas e não nos prenderemos em identificar problemas relativos aos conteúdos ou problemas conceituais ou de inadequação de linguagem.

1.3- Discussão conceitual

Atualmente, as discussões referentes às práticas pedagógicas surgem como parte do processo de renovação teórica e metodológica nos estudos do campo da História da Educação, especificadamente, no que concerne a história das instituições escolares e educacionais.

Para Gatti Júnior (2002), esse processo se deu em meados dos anos de 1950, impulsionado pelo esforço de superar uma historiografia construída por descrições dos fatos eminentemente políticos, baseados na tradição positivista, e na narrativa carregada de análises que privilegiavam os aspectos econômicos da vida social em detrimento de outras esferas da produção social. Para Chartier, há uma dupla recusa à antiga história das ideias,

Primeiramente descrê da liberdade absoluta de criação do sujeito, desligadas das condições históricas de possibilidade.

Em segundo lugar, não aceita a existência autônoma das ideias, deslocadas dos sujeitos. Propõe-se a compreender a racionalidade do discurso na historicidade de sua produção e das relações que estabelece com os outros discursos. (CHARTIER, 1990, p, 70).

De acordo com Nunes (1992), esse movimento historiográfico se apresenta através de uma “multiplicidade de objetos antes impensados, objetos aparentemente intemporais, objetos que se inclinam para uma espécie de história oculta, os objetos desviantes da história”. (p, 151).

Neste entendimento, partimos da ideia de cultura escolar, para repensar as práticas pedagógicas das professoras, e, a utilização dos manuais didáticos, voltando nosso olhar para entender e melhor explicar como se constituíam as práticas pedagógicas nos manuais.

O conceito de cultura escolar tem sido privilegiado nas pesquisas em história da educação em virtude da dedicação dos pesquisadores em estudar os processos históricos de constituição das práticas escolares. Nesse sentido, os estudos nesta área vêm ganhando importância através da divulgação dos trabalhos de André Chervel (1990), que destaca a história das disciplinas escolares com aspecto para entender a cultura escolar, de Dominique Júlia (2011), que enfatiza a ideia de cultura escolar como conjunto de normas e de práticas, e, Antônio Frago (1995), que sublinha a relevância dos estudos sobre o espaço e o tempo escolares. Para esse autor, cultura escolar “recobre as diferentes manifestações das práticas instauradas no interior das escolas, transitando de alunos a professores, de normas a teorias”.

Corroborando assim, com o pensamento de Chervel (1990) e Albuquerque (2007), destaca que “é relevante a decifração da concepção de espaço presente nos manuais didáticos, uma vez que nos permite ter um conhecimento mais profundo da estruturação do ensino, e, em especial da geografia escolar”.

Para Júlia (2011), as instituições escolares produzem uma cultura própria e peculiar, “não é uma instituição apenas de transmissão de conhecimentos, de inculcação de comportamentos, mas também é um lugar de resistências, de ressignificações, pois normas e práticas são ações humanas,

criativas, ativas e, dessa forma, estão imbricadas com a lógica social.” (JÚLIA, 2011, VIDAL, 2010, p, 20).

Nesse entendimento, a autora enfoca as análises sobre normas e práticas, levando em consideração os profissionais que fazem parte dessa conjuntura, os quais, são chamados a obedecer e utilizar os recursos pedagógicos, a saber, os professores, “eles ultrapassam os limites da instituição escolar, uma vez que estão diretamente ligados a diferentes modos de pensar e de agir largamente difundidos no interior da nossa sociedade”. (idem, 2010, p, 20).

Assim, nos apropriamos da perspectiva de representação de Chartier (1990), para entendermos como eram direcionadas as práticas pedagógicas nos manuais, para os professores e futuros profissionais do magistério, e como constituíam a relação com o mundo social. O autor articula o conceito de representação a três modalidades, a saber:

Primeiro lugar, o trabalho de classificação e de delimitação que produz as configurações intelectuais múltiplas, através das quais a realidade é contraditoriamente construída pelos diferentes grupos; seguidamente, as práticas que visam fazer reconhecer uma identidade social, exibir uma maneira própria de estar no mundo, significar simbolicamente um estatuto e uma posição; por fim, as formas institucionalizadas e objetivadas graças às quais uns “representantes” (instâncias colectivas ou pessoas singulares) marcam de forma visível e perpetuada a existência do grupo, da classe ou da comunidade. (CHARTIER, 1990, p, 23).

Nesta direção, nossa dissertação está estruturada em três capítulos. O primeiro intitulado *Percurso da Pesquisa* corresponde ao capítulo introdutório, na qual destacamos a origem do problema, o objeto, os objetivos da pesquisa, as discussões conceituais, fontes e procedimentos metodológicos seguidos pela pesquisa.

O segundo capítulo, *Os Manuais Didáticos: Aspectos Históricos e Produções* refere-se às discussões teóricas sobre a origem, conceituação, legislação dos manuais didáticos numa perspectiva histórica.

O terceiro capítulo, *Práticas Pedagógicas nos Manuais Didáticos*, assentamos à discussão e análises realizadas nos manuais didáticos, no tocante aos conteúdos e práticas pedagógicas discutidas nos mesmos.

Por fim, as *Considerações Finais*, seguidas pelas *Referências* e *Anexos*.

CAPÍTULO 2 – OS MANUAIS DIDÁTICOS: aspectos históricos e produção

2.1- Os Manuais Didáticos

Entendendo a relevância do manual didático para a constituição da escola e da sua interferência para a prática pedagógica, buscaremos neste capítulo fazer, por meio de uma análise bibliográfica, uma retrospectiva histórica sobre o manual didático no Brasil, dando ênfase a produção, elaboração e circulação, a partir da Lei 1.006, de 30 de Dezembro de 1938, associada à análise dos manuais escolhidos, objeto de estudo da pesquisa.

A origem do manual didático está vinculada ao poder instituído e a articulação entre a produção didática e o nascimento do sistema educacional estabelecido pelo Estado. O mesmo surge no século XVIII, como principal instrumento para a formação do professor, garantindo a veiculação de conteúdo e método de acordo com as prescrições do poder estabelecido.

A educação era planejada e acompanhada pelo poder governamental, que se utilizava de vários mecanismos de controle social. Portanto, “o manual didático constituiu-se como instrumento privilegiado do controle estatal sobre o ensino e aprendizado dos diferentes níveis escolares”. (BITTENCOURT, 2008, p.24).

Diante desta perspectiva, a elaboração dos manuais didáticos era um dos temas nos debates dos parlamentares que decidiam sobre a criação e a organização do sistema educacional do novo Estado.

De acordo com Bittencourt (2008), as propostas relativas à elaboração dos manuais didáticos eram decorrentes de discursos dos ministros, presidentes das províncias, e demais administradores estaduais. Esse movimento foi constituído por duas fases; a primeira - corresponde à elaboração de livros seguindo os modelos franceses e alemães, e, a segunda - oriunda das críticas realizadas sobre essa produção. Ou seja, surge às propostas de nacionalização dos manuais didáticos que

é decorrente em parte, pelas mudanças sociais surgidas com a urbanização, imigração, do esfacelamento do trabalho escravo e modernizações tecnológicas nos meios de comunicação (...), e do grupo de educadores favoráveis ao domínio do Estado na escola pública, em detrimento do poder da Igreja. (BITTENCOURT, 2008, p, 26)

Nesta mesma perspectiva, Albuquerque (2007) vem desenvolvendo pesquisas e análises que afirmam,

o nacionalismo passou a compor o conteúdo do ensino de Geografia, quando a geografia do Brasil foi institucionalizada como disciplina e os livros didáticos passaram a tratar das questões relativas ao país. Ou seja, esse debate foi introduzido na escola pelas publicações didáticas brasileiras. Pois, enquanto importávamos os livros didáticos de que necessitávamos esses, em geral, não traziam conteúdos sobre o Brasil e quando o faziam era de forma muito superficial. (p. 5-6)

A questão do nacionalismo também é discutida no decreto de 1938, nos Art. 20, através do capítulo IV, que enfatiza as causas que impediam a autorização do livro didático,

Art. 20 – não poderá ser autorizado o uso do livro didático:

- a) Que atente, de qualquer forma, contra unidade, a independência ou a honra nacional;
 - b) Que contenha de modo explícito ou implícito, pregação ideológica ou indicação da violência contra o regime político adotado pela nação;
 - c) Que envolva qualquer ofensa ao Chefe da Nação, ou autoridades constituídas, ao Exército, à Marinha ou às demais instituições nacionais;
 - d) Que despreze ou escureça as tradições nacionais, ou tente deslustrar as figuras dos que se bateram ou se sacrificaram pela pátria;
 - e) Que encerre qualquer afirmação ou sugestão, que induza o pessimismo quanto o poder e ao destino da raça brasileira;
 - f) Que inspire o sentimento da superioridade ou inferioridade do homem de uma região do país, com relação ao das demais regiões;
 - g) Que incite ódio contra as raças e as nações estrangeiras.
- (DERETO – LEI, 1938, D'ÁVILA, 1955, p, 318)

Ainda de acordo com Bittencourt (2008), as propostas nos dois momentos favoreciam a crença dos manuais didáticos, como: instrumento que divulgavam os ideários educacionais para a formação do professor e do aluno. No qual assegurava ao “professor o domínio de um conteúdo básico a ser transmitido aos alunos, e garantir a ideologia desejada pelo sistema de ensino”.

Corroborando com esse ideário, o decreto – lei nas causas que impediam a autorização dos livros didáticos, assegurava também os cuidados com a linguagem na produção dos manuais, com relação a expressões e termos informais, os erros conceituais, e a escrita em outra língua, conforme

Art. 21 – Será ainda negada autorização de uso ao livro didático:

- a) Que seja escrito em linguagem defeituosa, quer pela incorreção gramatical, quer pelo inconveniente ou abusivo emprego de termos ou expressos regionais ou da gíria, quer pela obscuridade do estilo;
- b) Que apresente o assunto com erros de natureza científica ou técnica;
- c) Que esteja redigido de maneira inadequada, pela violação dos preceitos fundamentais da pedagogia ou pela inobservância das normas didáticas oficialmente adotadas ou que esteja impresso em desacordo com os preceitos essenciais da higiene da visão. (DECRETO – LEI, 1938, D’ÁVILA, 1955, p, 318)

De acordo com Chartier (1990), os intelectuais que se dedicavam aos projetos educacionais de produção dos manuais didáticos deveriam abordar a leitura de forma homogênea, tendo uma compreensão exata das palavras, com um sentido único, ou seja, possibilitar as múltiplas práticas de leituras.

Nesta perspectiva, o manual didático foi pensado em dois tipos: um direcionado para o aluno e outro para o professor. Sendo o primeiro, denominado como compêndios ou manuais escolares. Já o segundo eram denominados como livros de mestres ou dos professores, que destacavam “anotações sobre o método de ensinar, esclarecimentos de como responder as questões das crianças e definições de palavras difíceis”. Assim, o manual era entendido como um instrumento que supria as deficiências de alguns

professores mal preparados, que não tinham formação ou cursos especializados. (Bittencourt, 2008, p, 27).

Podemos perceber também que, no próprio Decreto- Lei há uma distinção entre o padrão da ficha de julgamento dos livros, no tocante aos aspectos avaliados (estética, métodos e linguagem), conforme verificamos no quadro 01:

Padrão de ficha para julgamento de livros para o curso pré- primário	Padrão de ficha para o julgamento de cartilhas
Dados da identificação do livro: Nº. do protocolo..... Nome do livro..... Nome do autor (por extenso)..... Editor Sede da casa editora..... Nº. de edição.....Data de Edição.... Preço.... Grau a que se destina..... Já aprovado..... Onde?..... Quando?..... Data em que foi aprovado pela Comissão Nacional do Livro Didático.....	Dados da identificação do livro: Nº. do protocolo..... Nome do livro..... Nome do autor (por extenso)..... Editor Sede da casa editora..... Nº. de edição.....Data de Edição.... Preço.... Grau a que se destina..... Já aprovado..... Onde?..... Quando?..... Data em que foi aprovado pela Comissão Nacional do Livro Didático.....
Categoria do livro – Preparação à Cartilha Data da distribuição à Comissão..... Data da devolução..... Data do parecer da Comissão Revisora..... Data da publicação no Diário Oficial: da União..... do Estado.....	Categoria do livro – Cartilha de alfabetização Data da distribuição à Comissão..... Data da devolução..... Data do parecer da Comissão Revisora..... Data da publicação no Diário Oficial: da União..... do Estado.....
Parte Material Encadernação Sólida: Dorso – (papel e tela? pano? Couro?..... Capa - (cartonada? Percalina?.....	Parte Material Encadernação Sólida: Dorso – (papel e tela? pano? Couro?..... Capa - (cartonada? Percalina?.....
Higiene Papel- (cor? fosco? opaco?)..... Folhas – (levemente creme?)..... Capa – (de cor conveniente? Tons suaves?)... Tipo grande?..... Impressão nítida.....	Higiene Papel- (cor? fosco? opaco?)..... Folhas – (levemente creme?)..... Capa – (de cor conveniente? Tons suaves?)... Tipo grande?..... Impressão nítida.....
Estética Ilustrações: (são nítidas? São harmônicas? Estão bem situadas? em todas as lições? Quantas são as coloridas?) Capa: (é bem colorida? Possui ilustração artística? Dizeres bem impressos? Bem distribuídos?) Páginas: (margens bem espaçadas?)	Estética Ilustrações: (são nítidas? São harmônicas? Estão bem situadas? em todas as lições? Quantas são as coloridas?) Capa: (é bem colorida? Possui ilustração artística? Dizeres bem impressos? Bem distribuídos?) Páginas: (margens bem espaçadas? <u>Parágrafos bem destacados? Uniformes? Entrelinhas de acordo com as normas higiênicas?</u>)
Método 1 – Quanto ao ponto de partida: Sintético? Analítico? (pela letra? pela sílaba? Pela palavra?) 2- quanto à técnica de apresentação: a) Há graduação de dificuldade quanto: ao número de lição?.....(grafia?) ao aparecimento das palavras novas?..... (significação?) aos exercícios de fixação (repetição?artifício? sugestões para desenhos a colorir? Jogos?) b) Conduz a finalidade de livro? prepara o domínio da técnica de ler?	Método – Analítico? Sintético? <u>Misto? Original?</u> a) Quanto ao ponto de partida: (palavra, sentença, sílaba) b) Quanto á técnica de apresentação: 1- Conduz á finalidade do livro: leva ao domínio da técnica de ler?..... 2- Há graduação de dificuldades quanto: 2.1- (ao nº. de lições? ao nº. de sentença? Á extensão das sentenças?) 2.2- ao aparecimento de palavras novas (quanto á significação? Quanto á grafia?) 2.3 – aos exercícios de fixação (jogos, exercícios, análise? Repetição?)

	c) Tem sequência lógica em cada lição?.....
Assuntos a) Em relação à criança: está de acordo com a psicologia infantil?..... b) Em relação ao meio: (há predomínio de temas da vida da cidade? Há predomínio de temas da vida no campo? Serve aos dois ambientes?) c) Em relação à maneira de ser apresentado: 1 – desperta interesse? (pela variedade do assunto? Pela originalidade?)..... 2- traz prefácio de valor elucidativo?..... d) Em relação às noções há exatidão?.....	Assuntos – a) Em relação à criança: está de acordo com a psicologia infantil?..... b) Em relação ao meio: (há predomínio de temas da vida da cidade? Há predomínio de temas da vida no campo? Serve aos dois ambientes?) c) Em relação à maneira de ser apresentado: 1 – desperta interesse? (pela variedade do assunto? <u>Pela variedade de gêneros literários? Poesia, prosa, descrição, narração.</u> Pela originalidade?) 2-há prefácio de valor elucidativo? d) Em relação às noções há exatidão?.....
Ilustrações Adequadas à lição? Sugestivas? Educativas?	Ilustrações Adequadas à lição? Sugestivas? Educativas?
Valor moral e cívico a) Desperta o sentimento de amor à família? Ao próximo? b) Incute respeito à autoridade? c) Inspira amor às virtudes? Ao trabalho? d) Nega, combate ou destrói qualquer confissão religiosa?	Valor moral e cívico a) <u>Desperta sentimento de brasilidade?</u> b) <u>Desperta sentimento de amor à família? à sociedade?</u> c) <u>Incute respeito à autoridade? Infunde respeito às nações estrangeiras?</u> d) Inspira amor às virtudes? Ao trabalho? e) Nega, combate ou destrói qualquer confissão religiosa?
Não existe nenhuma observação sobre o aspecto “linguagem”. - - - - - - -	Linguagem <u>Há culto do idioma nacional?.....</u> <u>É correta sob o ponto de vista:</u> a) <u>Da ortografia oficial?.....</u> b) <u>Do vocabulário (há propriedade de termos? Há estrangeirismos? Há emprego de termos da gíria?</u> c) <u>Da sintaxe (de concordância? De regência? de colocação?</u> d) <u>É satisfatório o estilo: pela simplicidade (clareza? concisão?)</u>

Quadro 01 – Padrão de Ficha para Julgamento de livros e cartilhas.

Fonte: D'ÁVILA, 1955, p, 320 – 325. (grifos nossos)

Portanto, no Brasil, os manuais que os professores deveriam utilizar foram pensados pelas autoridades em dois níveis; o primeiro – era proveniente pelo custeio e raridades de obras, o que era imposto aos professores o uso de manuais de autores consagrados, sobretudo de obras religiosas. E, o segundo nível – é decorrente da criação das Escolas Normais, que dar início a novas concepções de produção didática, o que orientava a não se restringir apenas aos manuais que deveria ser utilizado na sala de aula. (idem, p, 29)

Na elaboração do manual didático no decorrer do século XIX, era pensado prioritariamente para atender o professor, mas ele passou a ser considerado também como obra a ser consumida pelas crianças e adolescentes.

De acordo com a Lei Nº 1. 006 de 1938, o Artigo 12, destaca que o interesse e autorização do livro didático surgem a partir do interesse do “autor ou editor, importador ou vendedor”, através de um requerimento dirigido ao Ministério da Educação, juntamente com três exemplares da obra impressa ou datilografados, e acompanhados esta última hipótese, de uma via dos desenhos, mapas ou esquemas. (DECRETO LEI, 1938, D’ÁVILA, 1955, P, 317).

2.2 – Conceituando e analisando os manuais didáticos

Os manuais didáticos circulam aos milhões diariamente pelas mãos de professores e alunos. Editoras divulgam novos capítulos e reeditam os mais vendidos, dando ao manual proeminência na indústria cultural.

Na prática o manual didático tem sido utilizado pelo professor, independentemente de seu uso em sala de aula, para preparação de aulas em todos os níveis da escolarização, quer para fazer o planejamento do ano letivo, quer para sistematizar os conteúdos escolares ou simplesmente com referencial na elaboração de exercícios ou questionários (Bittencourt, 1993).

De acordo com Choppin (2004), o manual didático, “é um instrumento pedagógico inscrito em uma longa tradição, inseparável tanto na sua elaboração como na sua utilização das estruturas, dos métodos e das condições do ensino de seu tempo”. Nesse entendimento, o manual didático é um veículo portador de um sistema de valores, de uma ideologia, de uma cultura.

Choppin diz ainda que, os livros didáticos, que aqui, tratamos como manuais didáticos, ao longo do seu desenvolvimento histórico exercem quatro funções essenciais, podendo variar de acordo com o ambiente sociocultural, a época, as disciplinas, os níveis de ensino, os métodos e as formas de utilização,

1. *Função referencial*, o manual didático é então apenas a fiel tradição do programa (...) ele constitui o suporte privilegiado

dos conteúdos educativos, o depositário dos conhecimentos, técnicas ou habilidades, que um grupo social acredita que seja necessário transmitir às novas gerações.

2. *Função instrumental*, o manual didático põe em prática métodos de aprendizagem, propõe exercícios ou atividades que, segundo o contexto, visam a facilitar a memorização dos conhecimentos, favorecer a aquisição de competências disciplinares ou transversais, a apropriação de habilidades, de métodos de análise ou de resolução de problemas, etc.

3. *Função ideológica e cultural*, o manual didático se afirmou como um dos vetores essenciais da língua, da cultura e dos valores das classes dirigentes. Instrumento privilegiado de construção de identidade, geralmente ele é reconhecido, assim como a moeda e a bandeira, como um símbolo da soberania nacional e, nesse sentido, assume um importante papel político.

4. *Função documental*, acredita-se que o manual didático pode fornecer, sem que sua leitura seja dirigida, um conjunto de documentos, textuais ou icônicos, cuja observação ou confrontação podem vir a desenvolver o espírito crítico do aluno. Essa função surgiu muito recentemente na literatura escolar e não é universal: só é encontrada – afirmação que pode ser feita com muitas reservas – em ambientes pedagógicos que privilegiam a iniciativa pessoal da criança e visam a favorecer sua autonomia; supõe, também, um nível de formação elevado dos professores. (CHOPPIN, 2004, p.553)

Tendo como parâmetro essas funções descritas por Choppin (2004), tentaremos analisar o desenvolvimento do manual didático no Brasil.

A função referencial constitui o manual didático como um suporte teórico de conteúdos programáticos, instituídos por um determinado grupo social que seleciona o que deve ser transmitido às futuras gerações. No Brasil esta função pode ser observada desde meados do século XVIII, quando de acordo com Bittencourt “o manual didático aparecia, como principal instrumento de formação do professor, garantindo, ao mesmo tempo, a veiculação de conteúdo e método de acordo com as prescrições do poder estabelecido” (1993, p.24). Nesse sentido o manual didático era utilizado como guia para o trabalho do professor, subsidiando a sua má formação teórica e direcionando a sua prática pedagógica de acordo com o que estava proposto, como nos reforça Bittencourt,

nos seus primórdios, prioritariamente atender ao professor. No decorrer do século XIX, embora o manual mantivesse esse

caráter intrínseco em sua elaboração, ele passou a ser considerado também como obra a ser consumida diretamente por crianças e adolescentes, passando estes a ter direito de posse sobre ele. (1993, p.26)

Ainda em relação à função referencial, podemos observar que os manuais didáticos traziam propostas de conteúdos referenciados aos documentos curriculares oficiais, assim, como é constante encontrarmos em suas capas, referências aos currículos ou programas de ensino estabelecidos para os diversos períodos históricos no Brasil, a exemplo, nos manuais escolhidas para nossa pesquisa que destacam como referência aos programas de Práticas do Ensino do Curso Normal e com Orientações para o Ensino Primário (D'ÁVILA, 1958) e com Orientações para Faculdades de Filosofia, das Escolas de Professores e Institutos de Educação (ANÍSIO, 1955).

Enquanto sua função instrumental, o manual no Brasil adquiriu algumas características que o fizeram, em muitos casos, o mais importante e imprescindível para o desenvolvimento da prática didático-pedagógica de alguns professores, propondo métodos de aprendizagem e favorecendo, segundo contexto, memorização, resolução de problemas e outros. Esses manuais já vinham desde o início do século XIX, influenciando e direcionando métodos de ensino para a escola e professores.

Nesta perspectiva podemos verificar no manual didático de Anísio (1955), no capítulo que discutir sobre Teoria do Método, algumas orientações e discussões sobre o tema, como a “definição e divisão do método, os métodos lógicos e método didático, normas para aplicação dos métodos e a importância dos métodos”.

A aplicação do método é tido como ensinamentos que proporcionam aos professores na sua prática guiar, dirigir e abrir novos horizontes para os alunos na construção do seu conhecimento. Assim, a didática é definida como “um complexo de normas ou regras, subordinadas entre si e estabelecidas pelo estudo científico do ensino, por meio das quais o mestre consegue que o aluno aprenda com maior facilidade, clareza e convicção possível” (ANÍSIO, 1955, 513).

Diante deste entendimento, o autor ainda destaca que, alguns aspectos importantes na utilização de métodos, como

O mestre que se prepara, dantemão, que dispõe todas as coisas necessárias para aclarar as inteligências dos alunos, dividindo a matéria, com certa ordem, que procede, em suma, racionalmente, poupa-se esforços inúteis, emprega sempre os meios mais acertados e consegue ensinar com proveito e eficácia, com facilidade e segurança, persuadindo e convencendo seus alunos. (ANÍSIO, 1955, p, 525).

Essas características metodológicas nortearam por muito tempo as práticas dos professores, embora muito contestada por contribuir para uma forma de aprendizagem baseada unicamente no livro.

Freitag, Motta e Costa (1987) afirmam que o manual didático não é visto como um instrumento de trabalho auxiliar na sala de aula, mas sim como a autoridade, o critério de verdade, o padrão de excelência a ser adotado na aula.

Concordando com estes autores, podemos dizer que muitos professores usavam ou usam o manual didático como único recurso, e os conteúdos contidos neles são tidos pelos educandos e, em alguns casos, pelos próprios professores, como uma verdade absoluta que não deve ser contestada, mas sim apenas aprendida.

De acordo com Choppin, o manual didático não é o único instrumento que faz parte do universo escolar no processo de ensino-aprendizagem, outros materiais didáticos podem fazer parte do universo dos textos impressos, como:

(quadros ou mapas de parede, mapas mundi, diários de férias, coleções de imagens, “livros de prêmio” — livros presenteados em cerimônias de final de ano aos alunos exemplares — enciclopédias escolares...) ou produzidos em outros suportes (audiovisuais, softwares didáticos, CD-Rom, internet, fitas cassete e os vídeos). (CHOPPIN, 2004, p, 553).

Assim, podemos observar que o manual didático, não tem mais existência independente, mas torna-se um elemento constitutivo de um conjunto multimídia.

Com relação à função ideológica, o manual é visto como um símbolo de controle nacional, sendo o principal difundir da língua, da cultura e dos valores das classes governantes. Para alguns autores como Freitag, Motta e Costa, os manuais foram concebidos para que o “Estado pudesse controlar o saber a ser divulgado pela escola”. É tanto que, sua elaboração poderia ser pelo mestre voluntariamente em serviço da pátria ou por ordem de superiores, assim, a confecção da obra seria “uma tarefa patriótica, um gesto honroso, digno das altas personalidades da nação”. (Bittencourt, 2008, p, 30).

Ainda segundo esses autores, o manual didático não tem uma história própria no Brasil, pois,

Sua história não passa de uma sequência de decretos, leis e medidas governamentais que se sucedem, a partir de 1930, de forma aparentemente desordenada, e sem a correção e a crítica de outros setores da sociedade (partidos, sindicatos, associações de pais e mestres, associações de alunos, equipes científicas, etc.). (COSTA, FREITAG, MOTTA, 1987, p.5).

Essa sequência de decretos, leis e medidas governamentais que os referidos autores fazem menção, como diretrizes para a história do manual didático no Brasil passam a se efetivarem por meio das mudanças ocorridas na sociedade a partir da ditadura do Estado Novo, por meio do decreto Lei nº. 1.006 de 30/12/1938, na qual são considerados livros didáticos os compêndios e os livros de leitura de classe, no Art. 2º,

§1.º- Compêndios são livros que exponham total ou parcialmente a matéria das disciplinas constantes dos programas escolares;

§2.º - Livros de leitura de classe são os livros usados para a leitura dos alunos em aula; tais livros também são chamados de livros de texto, livro-texto, compêndio escolar, livro escolar, livro de classe, manual, livro didático.” (DECRETO LEI Nº 1.006,12/1938, s/p).

Ainda neste mesmo decreto foi criada a Comissão Nacional do Livro Didático (CNLD), com atribuições sobre o processo de condições de produção, importação, autorização e utilização dos manuais, conforme Art. 9º “fica instituída, em caráter permanente, a Comissão Nacional do Livro Didático”,

§1.º - A Comissão Nacional do Livro Didático se comporá de sete membros, que exercerão a função por designação do Presidente da República, e serão escolhidos dentre pessoas de notório preparo pedagógico e reconhecido valor moral, das quais duas especializadas em metodologia das línguas, três especializadas em metodologia das ciências e duas especializadas em metodologias das técnicas.

§ 2.º - Os membros da Comissão Nacional do Livro Didático não poderão ter nenhuma ligação de caráter comercial com qualquer casa editora do país ou do estrangeiro. (DECRETO LEI, Nº. 1.006, 12/1938, s/p)

No tocante a utilização dos manuais, a referida lei destaca que os professores tinham liberdade de utilizar, mas que deveriam seguir as orientações pré-estabelecidas pelos programas escolares, conforme Art. 6.º “é livre ao professor escolha do processo de utilização dos livros adotados, uma vez que observada a orientação didática dos programas escolares”.

Analisando a função documental do manual didático, podemos dizer que é uma recente renovação metodológica, no que diz respeito a sua utilização, na qual possibilita ao aluno e professor a construção do conhecimento e a socialização de informações sobre os conteúdos. Nesse sentido, o manual didático é visto como um documento a mais e não como uma verdade única e absoluta que não pode ser contestada.

Nessa perspectiva, o manual é também fonte de documentação, acervo que proporciona ao aluno acessar documentos necessários ao desenvolvimento dos conteúdos, assim como recorre a imagens (fotografias, mapas, gráficos etc.). Analisando os manuais objetos da nossa pesquisa, não encontramos nenhum tipo de imagens ilustrativas no decorrer das obras, mas observamos que no final de cada capítulo ou conteúdo discutido era acrescentado questões com temas sugestivos, seguido de referências para realização de leituras complementares.

Bittencourt (2004) também nos fala das diversas interferências na elaboração e usos dos manuais didáticos. Segundo ela,

As pesquisas e reflexões sobre o livro didático permitem apreendê-lo em sua complexidade. Apesar de ser um objeto bastante familiar e de fácil identificação, é praticamente impossível defini-lo. Pode-se constatar que o livro didático assume ou pode assumir funções diferentes, dependendo das condições, do lugar e do momento em que é produzido e utilizado nas diferentes situações escolares. Por ser um objeto de 'múltiplas facetas', o livro didático é pesquisado enquanto produto cultural; como mercadoria ligada ao mundo editorial e dentro da lógica de mercado capitalista; como suporte de conhecimentos e de métodos de ensino das diversas disciplinas e matérias escolares; e, ainda, como veículo de valores, ideológicos ou culturais (BITTENCOURT, 2004, p. 471)

Bittencourt (1993) faz referência ao manual didático, como todo e qualquer produto impresso com objetivo de ser utilizado na escola, sejam eles compêndios, manuais, livros didáticos do aluno e do professor, atlas, cartilhas, livros de leitura para estudantes e livros de orientação para professores, nos quais são estruturados para o processo de ensino-aprendizagem.

De acordo com Oliveira (1984), o manual didático é entendido, “como instrumento com dupla função, a de transmitir um dado conteúdo e de possibilitar a prática de ensino”. O autor ainda ressalta que, o manual didático deve servir como mediador da relação entre professor e aluno e como modelo de atuação pedagógica. (Oliveira, 1984, Ferraro, 2011, p, 172).

Corroborando com o entendimento de Oliveira (1984), Bittencourt define o manual didático, como

uma concepção mais ampla e atual parte do princípio de que os materiais didáticos são mediadores do processo de aquisição de conhecimento, bem como facilitadores da apreensão de conceitos, do domínio de informações e de uma linguagem específica da área de cada disciplina. (BITTENCOURT, 2004, p. 296).

Para Albuquerque (2008), os manuais didáticos “são como elementos que compõem a construção do saber produzido na escola e que contribuem com a constituição da disciplina escolar”. Para tanto, compreende que as disciplinas escolares trazem em si certa autonomia.

Diante às diversas funções atribuídas aos manuais didáticos, Chartier (1990), enfatiza que os mesmos estão carregados de várias representações sociais, escolares, políticas, culturais, etc, que tendem a impor sua autoridade aos próprios indivíduos.

Nesse sentido, entendemos que, o manual didático transmite conhecimento, realiza a socialização da leitura, mas também desenvolve hábitos individuais no leitor através dos múltiplos textos, cartilhas e compêndios com referências de conteúdos e livros de leituras com discussões conceituais.

Nesta perspectiva, destacaremos no capítulo seguinte, as discussões metodológicas, exercícios, questionários e orientações pedagógicas utilizadas nos manuais como referência principal no ensino e na prática pedagógica dos professores, a partir dos manuais didáticos escolhidos para as análises “Tratado de Pedagogia, de Monsenhor Pedro Anísio e Práticas Pedagógicas, de Antônio D’Ávila”.

CAPÍTULO 3 – PRÁTICAS PEDAGÓGICAS NOS MANUAIS

Segundo Chartier (1990), existem inúmeras maneiras de se ler e compreender um texto. Assim, ele nos alerta que se faz necessário “reconhecer a pluralidade das leituras possíveis do mesmo texto, em função das disposições individuais, culturais e sociais de cada um dos leitores”.

Nesse entendimento, ele destaca que desde os primórdios do surgimento do livro, os atos de leitura que lhe dão significado se encontram em todas as suas etapas constitutivas, pois

pensar que os atos de leitura que dão aos textos significações plurais e móveis situam-se no encontro de maneiras de ler, coletivas ou individuais, herdadas ou inovadoras, íntimas ou públicas e de protocolos de leitura depositados no objeto lido, não somente pelo autor que indica a justa compreensão de seu texto, mas também, pelo impressor que compõe as formas tipográficas, seja com um objetivo explícito, seja inconscientemente, em conformidade com os hábitos de seu tempo. (CHARTIER, 1996, p. 78).

Nesta perspectiva, os manuais didáticos como já enfatizarmos exerceram e exercem centralidade na transmissão da educação formal, sejam, na exposição de conteúdos, métodos/técnicas, exercícios e ações pedagógicas. Assim, esses recursos eram fundamentais para o repasse do ensino erudito, tanto por proceder o currículo escolar quanto pela pequena expansão dos meios de comunicação.

De acordo com Bittencourt (2004) os manuais didáticos passaram a ser precedidos pelos programas curriculares, a partir do século XIX, nos quais tinham a função de sistematizar os conhecimentos, organizando-os em disciplinas escolares. Segundo a autora, a importância e uso dos manuais didáticos dependiam da atuação dos professores, para garantir o repasse do saber.

As editoras, no final do século XIX, incentivavam os professores a comprar “livros úteis” para o seu aperfeiçoamento profissional deles, oferecendo uma bibliografia mais variada, composta por livros didáticos e uma literatura pedagógica especializada. Nas últimas décadas do século, iniciou-se um movimento por parte dos próprios professores na difusão de obras especializadas e de carácter didático. (BITTENCOURT, 2008, p. 176)

O final do século XIX foi marcado, por grandes acontecimentos no campo educacional, por movimentações de professores que se reuniam para lutar pela melhoria da classe e por um apoio didático-pedagógico, como a inclusão de manuais que ofertassem aperfeiçoamento profissional.

Vale salientar que, até final do século XIX os manuais didáticos ainda eram elaborados no estilo de catecismo, nos quais os textos apresentavam na estrutura de perguntas e respostas, os mesmos ensinavam os passos a ser seguido pelos professores, o momento da fala desse e também do aluno. Assim, os manuais não só tinha a função de armazenar conteúdos, era função também, ser instrumentalizador do aprendizado do professor, para trabalhar com conteúdos e com os métodos de ensino na sua prática docente.

Neste sentido, entendemos que existem uma multiplicidade de textos didáticos, cada um com suas especificidades que agrada ou atende as necessidades do leitor em cada etapa de leitura. De acordo com Chartier (1990) o livro didático ao conferir ao leitor a oportunidade da leitura, oferta também, espaço para socialização e apreensão do que se foi lido, essa aquisição da leitura pode partir do individual para o coletivo ou vice-versa.

Para Bittencourt (2008) a história do manual no processo de aprendizagem está “vinculada a uma aprendizagem que envolvia leitura e oralidade, e também a presença e intervenção do professor enquanto leitor individual e coletivo”.

Nesta perspectiva, apresentaremos nesse capítulo as análises dos manuais didáticos, iniciando com um levantamento biográfico dos autores, em seguida as discussões inerentes aos dados mais significativos para o objeto de estudo.

3.1- Análise do Manual Didático *Práticas Escolares*

Neste subtópico, destacaremos nossa análise sobre o manual didático “Práticas Escolares”, de Antônio D’Ávila. Inicialmente, destacaremos uma pequena biografia do autor, sua atuação profissional e produção, em seguida, discutiremos conteúdos gerais da obra, e por fim, os conteúdos específicos que discutem sobre as práticas pedagógicas e orientações para os professores.

3.1.1- Antônio D’Ávila – sua atuação e produção

Antônio D’Ávila nasceu no dia 13 de Julho de 1903, em Jaú – São Paulo e faleceu no dia 26 de Julho de 1989, em São Paulo. Formou-se professor pela Escola Normal Caetano de Campos, diplomando-se em 1920.

No início da sua carreira profissional lecionou como professor substituído de grupo escolar, sendo posteriormente professor de escolas distritais, rurais e reunidas, adjunto e diretor de grupo escolar. Por meio de concurso foi nomeado professor – fiscal da escola Normal Livre, assistente da cadeira de Metodologia do Instituto de Educação da Universidade de São Paulo, foi chefe da Orientação Pedagógica do SENAC, em São Paulo, diretor do Serviço de Orientação Pedagógica do Departamento de Educação de São Paulo e atuou como assessor Técnico da Divisão de Ensino do SENAI. (TREVISAN, 2003, s/p).

D’ Ávila foi tradutor de livros e autor de livros didáticos, manuais de ensino, conferências e palestras. A primeira publicação é datada no ano de 1934 e se trata do livro “Didática da Escola Nova”, de A.M. Aguayo, manual que D’ Ávila traduziu juntamente com João Batista Damasco Penna. Em 1935, publicou “As Modernas Diretrizes da Didática” sua tese de concurso para o cargo de catedrático de Metodologia do Ensino Primário, no Instituto de educação da Universidade de São Paulo.

No ano de 1940, publicou a 1º edição do manual “Práticas Escolares”, de acordo com o programa de Prática do Ensino do Curso Normal e com a

Orientação do Ensino Primário. Em 1944, foi publicada a 1ª edição, do Volume 2, e, em 1954, a 1ª edição, do Volume 3, desse manual.

O autor publicou ainda várias obras relacionadas à educação, entre elas: Saudação aos Professores de 1907 (discurso); Poesia e Educação (conferência); Castigo e Educação (conferência); Saber e Saber Ensinar (palestra); Guia do Estudante (2ª edição).

3.1.2 - Aspectos Estruturais da obra

O manual foi editado e impresso pela Saraiva S/A – Livreiros-Editores em 1958, na cidade de São Paulo. A obra é composta por 350 páginas e apresenta um formato padrão para a época, medindo 15 cm de largura por 22 cm de altura, e 3 cm de espessura. O estado de conservação do manual é bom, não identificamos ausência de páginas. No que se refere às marcas de leituras não foram observados indícios de uso do exemplar.

A capa do manual fornece as seguintes informações: na parte superior está o nome do autor, logo abaixo o título do manual, "Pedagogia: teoria e prática" e, em seguida, a informação de que o manual está "de acordo com o programa do Curso Normal e com as diretrizes do ensino primário", mais abaixo ainda, "primeiro volume"; e, ao final, na parte inferior da capa, o nome da editora "Editora Saraiva".

Na página de rosto (figura 01), tem-se a informação do cargo ocupado pelo autor do manual na época, bem como sua filiação institucional: Assessor Técnico da Divisão de Ensino no SENAI em São Paulo. No verso dessa página, relacionam-se títulos de outras publicações do autor.

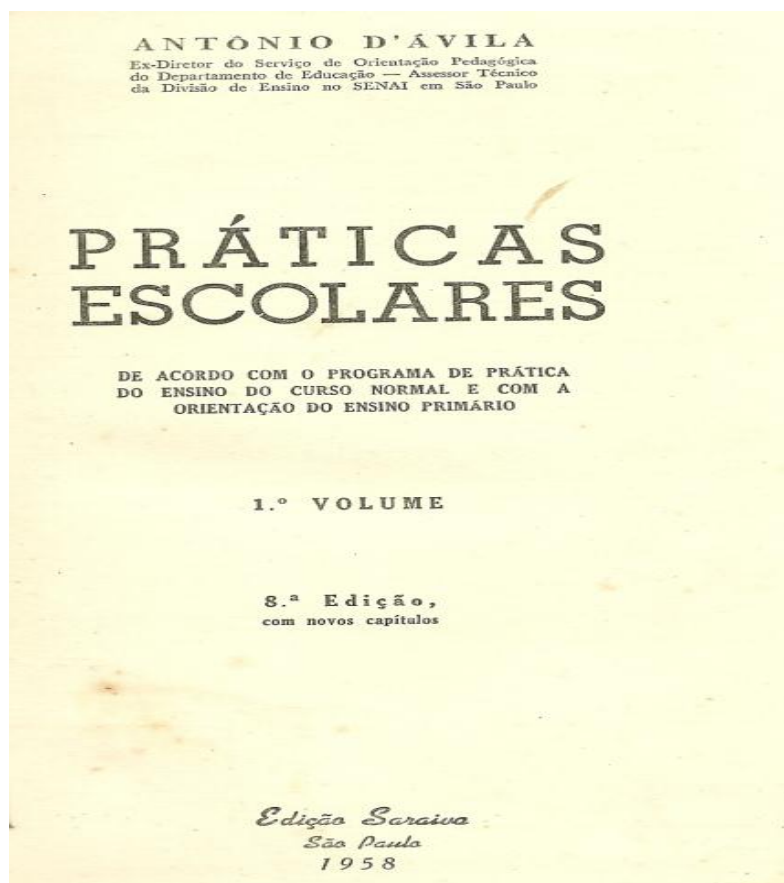


Figura 01 – Página de Rosto do Manual Didático *Práticas Escolares*. Fonte: Acervo do GPCES – UFPB.

O manual é composto de seis partes, sendo que cada parte contém desde um único capítulo até 12 capítulos, após o índice geral, tem-se o “Prefácio”, também numerado, datado de julho de 1954 e assinado pelo autor. Ao final, tem-se um índice (figura 02).

ÍNDICE GERAL	
Prefácio da 7. ^a edição	5
I — A escola. O mobiliário. O material	7
II — Ornamentação escolar	17
III — Dos alunos. Sua seleção. Exames diversos. Ficha escolar	19
IV — Retardados e repetentes	43
V — Da organização das classes, frequência e disciplina. O trabalho do aluno	51
VI — Programas e horários	65
VII — Instituições e associações escolares	87
VIII — Do professor	120
IX — Do método e dos processos	124
X — A lição	129
XI — A prática do ensino nas escolas normais	136
XII — O ensino da leitura (1. ^a parte)	160
XIII — O ensino da leitura (2. ^a parte)	178
XIV — O ensino da linguagem oral	192
XV — O ensino da linguagem escrita	206
XVI — O ensino da escrita	221
XVII — O ensino da aritmética	225
XVIII — O ensino da história	244
XIX — O ensino da geografia	262
XX — Tarefas para casa	276
XXI — A correlação e globalização do ensino. Projetos	281
XXII — Decroly e os centros de interesse	291
XXIII — Plano Dalton	296
XXIV — Método Cousinet	302
XXV — Sistema de Winnetka	304
XXVI — Método Montessori	307
XXVII — Biblioteca do professor	309
XXVIII — Livro didático	315
XXIX — Escrituração e correspondência	331

Figura 02 – Índice do Manual *Práticas Escolares*. Fonte: (D'Ávila, 1958, p, 345)

No prefácio o autor ressalta que nesta 8^o edição, foram adicionados dois novos capítulos, um sobre “Novas Diretrizes da Caixa Escolar” e outro sobre “Tarefas para casa”.

Além de fazer referências aos seus manuais, D'Ávila cita no decorrer da obra diversos autores brasileiros, como, por exemplo, Almeida Júnior, Lourenço Filho, Fernando de Azevedo, e, autores estrangeiros, como Dewey e Aguayo, Rousseau, Augusto Comte, Comenius, entre outros.

No decorrer do manual é bastante significativa as referências utilizados pelo autor, para escrever e apresentar o manual aos normalistas e aos professores em exercício no magistério. São apresentadas em seu manual,

como forma de consulta ao leitor, cópias de legislações educacionais⁴, de decretos e planos elaborados.

3.1.3- Estrutura dos capítulos: conteúdos gerais

Nos capítulos um e dois, o autor discute a estrutura física, a ornamentação da escola e o material escolar, na qual cita “os cuidados na escolha do terreno para a construção da escola, a organização das salas, das carteiras, da cor das paredes e dos materiais escolares”. No tocante à ornamentação, o mesmo destaca a importância da decoração de murais na sala de aula, essa prática é denominada como,

fator muito importante no que se refere à educação estética. A decoração deve ser diferente nas diversas classes, variando em motivos e em disposição. Indispensável é ainda que a ornamentação não seja permanente. Convém mudar, substituir de quando em quando os objetos bonitos que adornam a sala (...). Os trabalhos gráficos é sempre educativa, e constitui uma oportunidade para desenvolver- se o gosto⁵ artístico do aluno, ao mesmo tempo que lhe enseja repousar o espírito em atividades interessantes. (D'ÁVILA, 1958, p, 17).

Dos capítulos três ao sétimo, o autor destaca a seleção dos alunos, os exames de admissão, a ficha escolar, a frequência, a disciplina (conceitos, orientações de como trabalhar a indisciplina e consequências dos regimes disciplinares violentos), as orientações de como trabalhar com os alunos (individuais e coletivos), e, os programas e horários (divididos por anos). No tocante a seleção dos alunos as sugestões eram,

⁴ Com relação às legislações, na obra encontramos as seguintes regulamentações: Modelo de Regulamento de uma Biblioteca Circulante (p, 97); Regulamento das Caixas Escolares do Estado de São Paulo (p, 101); Estatutos da Cooperativa Escolar (p, 107); Estatuto Padrão para as Associações de Pais e Mestres (p, 113); e, Decreto – Lei Nº 1.006, de 30 de Dezembro de 1938 – que Estabelece as condições de produção, importação e utilização do livro didático. (D'ÁVILA, 1958).

⁵ Manteremos a escrita e linguagem padrão da época.

- a) nas *classes de 1º ano*, distribuindo-se após a matrícula os alunos pelo critério inicial da idade cronológica (...) redistribuídas em classes de fortes, médios e fracos, até dia 15 de fevereiro.
- b) nas *classes de 2º, 3º e 4º anos*, distribuindo-se os alunos de acordo com a média de promoção do ano anterior e nos casos de falta desta, por exame de verificação de adiantamento, sendo eles reclassificados (...) em classes de fortes, médios e fracos.
- c) durante o restante do citado mês será feitos em todas as classes os reajustamentos dos alunos acaso mal classificados. (D' ÁVILA, 1958, p, 20)

Nesse entendimento, percebemos que, para configuração das turmas existiam uma pré-seleção, no caso do primeiro ano, inicialmente realizada pela idade série, e ao mesmo tempo pelo nível de aprendizagem classificados com turmas de fortes, médios e fracos, podemos até denominar a composição de turmas com classes A, B, C. No tocante, ao segundo, terceiro e quarto anos, a configuração das turmas se dava pela média do ano anterior, ou pela realização de uma avaliação de aprendizagem, que possibilitava a relocação para as classes. Vale salientar que, essa seleção não era fixa, mas flexível, uma vez que, nos primeiros meses os alunos poderiam ser remanejados de turmas.

Outro procedimento de seleção dos alunos era o “*Teste do ABC*”, elaborado pelo professor Lourenço Filho, composto por uma série de testes que determinavam a maturidade necessária do aluno na leitura e na escrita. O teste era orientado através das análises dos aspectos cognitivos e de coordenação, denominados de funções e metodologicamente, seguido pelo tipo de teste/prova a ser realizado em cada função, como podemos verificar na (figura 03),

Quadro de funções e de testes.

1. Coordenação visual-motora	teste 1 (cópia de figuras); teste 3 (reprodução de movimento); teste 7 (recorte em papel).
2. Resistência à inversão na cópia de figuras	teste 3 (reprodução motora e gráfica de movimentos).
3. Memorização visual	teste 2 (denominação de 7 figuras apresentadas em conjunto, por 30").
4. Coordenação auditivo-motora	teste 6 (reprodução de polissílabos não usuais).
5. Capacidade de prolação	teste 4 e 6 (reprodução de palavras usuais e não usuais).
6. Resistência à ecolalia	teste 4 (reprodução de palavras de uso corrente).

(*) Do folheto já citado.

(*) Aos alunos de escola normal recomendamos a leitura do livro *Testes A B C*, do Prof. LOURENÇO FILHO, pelo qual ficarão orientados a respeito de todas as pesquisas sobre os referidos testes.

7. Memorização auditiva	teste 8 (pontilhado em papel quadriculado).
8. Índice de fatigabilidade	teste 7 (recorte em papel).
9. Índice de atenção dirigida	teste 2 (denominação de figuras).
10. Vocabulário e compreensão geral ..	teste 5 (reprodução de narrativa).
	teste 7 (recorte); teste 8 (pontilhado).
	teste 2 (determinação de figuras); teste 5 (reprodução de uma narrativa; todas as provas pelo que envolvem de execução a uma ordem dada).

As provas dos testes A B C Testes A B C (Formulário)

TESTE I

FÓRMULA VERBAL — Tome este lápis. Faça, neste papel, uma figura igual a esta (Tempo máximo de espera, para reprodução à vista do modelo, um minuto). Muito bem! Agora, faça outra, igual a esta. (Tempo máximo, um minuto). Agora, esta última. (Tempo máximo, um minuto). Muito bem!

TESTE II

FÓRMULA VERBAL — (Apresentando o cartão, pelo verso): Do outro lado deste cartão, estão umas figuras muito bonitas. Eu vou virar o cartão e você vai olhar as figuras, sem dizer nada. Depois que eu esconder as figuras, você vai dizer os nomes das coisas que você viu. (Depois de expor o cartão por trinta segundos, e de haver voltado de novo, escondendo as figuras): Que foi que você viu? (se a criança for tímida, acrescente): Que mais?... (se a criança inicia a enumeração à vista do cartão): Espere. Só diga quando eu mandar.

TESTE III

FÓRMULA VERBAL — (O examinador ao lado direito da criança, aponta com o dedo indicador, para a frente, tendo o braço um pouco dobrado): Olhe bem o que meu dedo vai fazer aqui. (Reproduzir no ar o movimento 1). Faça agora, com o seu dedinho, o que eu fiz com o meu dedo. Agora faça isto. (Reproduz no ar o movimento 2). Agora isto. (Movimen-

to 3). Muito bem! Agora pegue este lápis, e faça no papel as figuras que você fez no ar, com o seu dedinho. Faça uma de cada vez. (Quando a criança fizer longa pausa, ou mostrar-se tímida): Muito bem. Agora faça a outra... Agora, a última.

TESTE IV

FÓRMULA VERBAL — Vou dizer sete palavras. Você preste muita atenção, porque depois vai dizê-las também. Escute: árvore — cadeira — pedra — cachorro — flor — casa — peça. Repita agora o que eu disse. (Se a criança parar na enumeração): Muito bem! Que mais? (As palavras devem ser pronunciadas em voz natural, sem cadência ou sublinhação de qualquer delas).

TESTE V

FÓRMULA VERBAL — Você gosta de histórias? Vou contar uma. Preste atenção porque depois você vai me contar esta mesma história: (Pausa) Maria comprou uma boneca. Era uma linda boneca de louça. A boneca tinha os olhos azuis e um vestido amarelo. Mas, no mesmo dia em que a Maria a comprou, a boneca caiu e partiu-se. Maria chorou muito (Pausa). Agora V. me conte esta história. (Se a criança iniciar a narração e hesitar): Que mais?

TESTE VI

FÓRMULA VERBAL — Diga alto: Cavalheiro! (pronuncie devagar mas sem escandir as sílabas). Muito bem. Agora eu vou dizer outras palavras e você as vai repetindo: Tombadouro — Pindamonhan-

Figura 03: Orientações iniciais do *Teste do ABC*. Fonte: (D' ÁVILA, 1958, p. 20 -21)

Observando a figura (03), nota-se que, para cada função, eram designados os testes que correspondiam para aquela determinada função, podendo ser repetido. De acordo com D'Ávila, após a realização deste teste, eram feitas as interpretações do perfil das classes e em seguida, formavam-se as turmas.

Complementando as discussões estruturais da escola, D' Ávila enfatiza os programas e horários pré-estabelecidos para o curso primário, destacando dentro da estrutura curricular orientações pedagógicas para cada ano, como podemos verificar abaixo,

1.º ANO

Disciplina de Expressão, Leitura — Exercícios preparatórios de observação sobre objetos ou gravuras, a fim de corrigir e ampliar o vocabulário do aluno.

Leitura de sentenças simples e concatenadas, escritas no quadro negro pelo professor. Análise das sentenças. Exercícios variados para o reconhecimento de frases e palavras destacadas.

Leitura alternada no quadro negro e na cartilha adotada.

Conhecimento de palavras novas, formadas com sílabas já dominadas pela classe. Exercícios de rimas e de flexões de palavras. Estudo do alfabeto.

Leitura, com relativa facilidade, de um primeiro livro dos aprovados para esta classe. Reprodução do trecho lido.

Observação — A adoção de outro método, que não seja o analítico-sintético, depende de prévia autorização da Diretoria de Ensino, mediante exposição escrita do professor, justificando os motivos de sua preferência.

Linguagem oral — Breve descrição de objetos presentes, de plantas e de animais da região escolar, para que o aluno nomeie as suas partes e qualidades essenciais, sua utilidade, origem, etc.

Comentário de gravuras expressivas, que se refiram a assuntos relacionados com a vida infantil.

Narração, pelo professor, de histórias atraentes e instrutivas, seguidas de interpretação oral pelo aluno.

Ensaio de dramatização de contos narrados em classe.

Recitação de adágios populares, de quadrinhas e de pequenas poesias aprendidas por audição.

Linguagem escrita — Cópia de sentenças aprendidas na lição de leitura.

Exercícios variados para ordenar, completar e ampliar sentenças.

Construção de sentenças com palavras dadas.

Ditados de sentenças conhecidas.

Respostas a questionário simples, referentes a lições anteriores.

Redação de sentenças coordenadas à vista de objetos ou gravuras.

Desenho — Desenho espontâneo a lápis preto e de cores.

Desenhos de memória de objetos usuais, folhas, flores, frutas de estação, brinquedos infantis, etc.

Desenhos livres ilustrando histórias, trabalhos escritos.

Execução de contorno de objetos sugeridos pelo professor ou de ornatos singelos, imitando frisos, molduras etc., contornos coloridos, sementes etc.

(*) Ao lado deste programa, ver o *Programa Experimental*.

Figura 04 – Estrutura Curricular e orientações do 1º Ano. Fonte: (D'ÁVILA, 1958, p, 72)

A composição das disciplinas no 1º e 2º ano são iguais, mudando apenas os processos metodológicos e as orientações pedagógicas, destinando assim, para o 1º ano as seguintes orientações - quanto a escolha de outro método, faz-se necessário a prévia autorização do diretor de ensino, na qual o professor deveria descrever o porque da escolha de outro tipo de método. Com relação essa mudança de método, não consta nenhuma observação na estrutura curricular do 2º ano.

No tocante ao uso de manuais e cartilhas encontramos direcionamentos para a realização de atividades voltadas ao manuseio de ambos, inclusive do

próprio quadro negro. Vale salientar também que, na disciplina de “Trabalhos Manuais”, existe um direcionamento inicialmente para ambos os sexos, e, posteriormente, uma complementação para as meninas, com orientações de estudos sobre noções de crochê e confecção de artifícios de roupas. Assim, podemos observar que, existia uma preocupação na preparação de estudos voltados às prendas domésticas para as meninas, uma vez que, encontramos essas orientações tanto no 1º ano quanto no 2º ano.

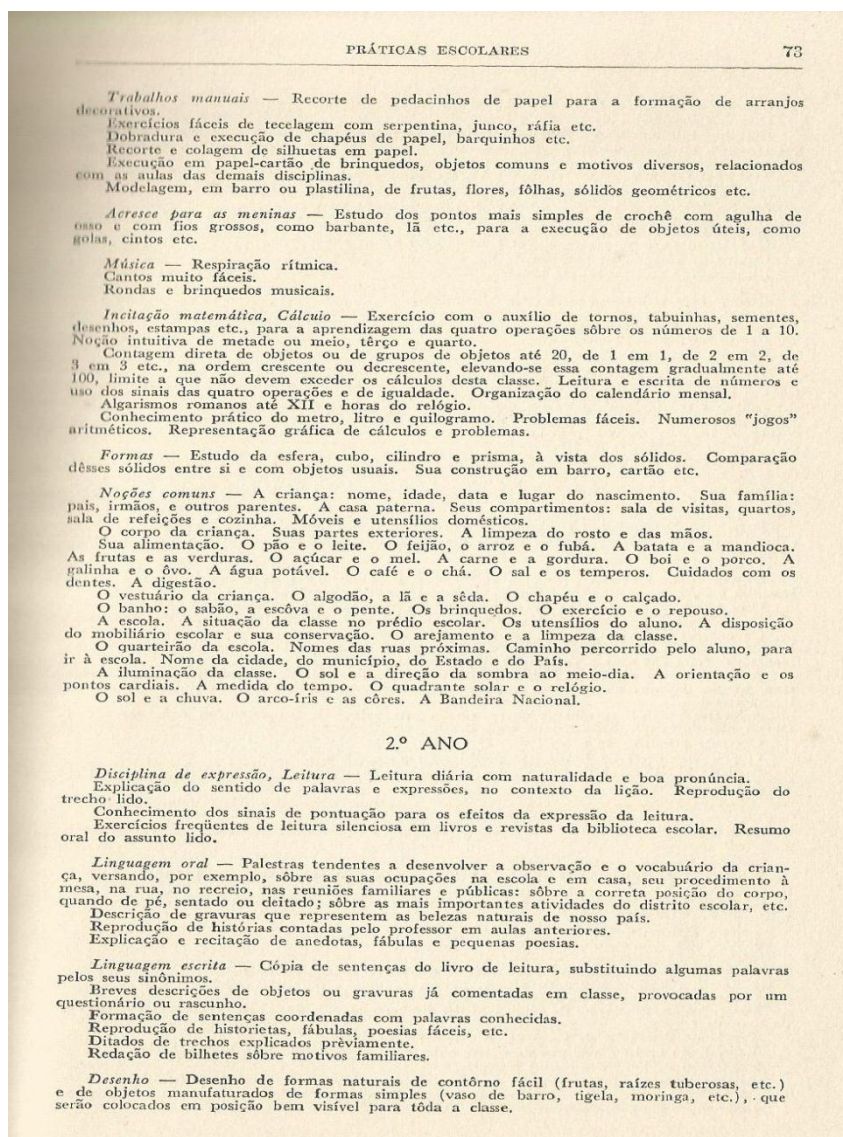


Figura 05 – Estrutura Curricular e orientações do 1º e 2º Ano. Fonte: (D’ÁVILA, 1958, p, 73).

Reafirmando o proposto no próprio Decreto-Lei nº 1.006, na discussão sobre o nacionalismo, podemos encontrar também na composição curricular tanto do 1º ano quanto no 2º ano, às orientações de cultivo ao civismo nacional

através de estudos voltados a discussão sobre Bandeira Nacional, Datas Históricas, como comemoração do Dia da Independência e Proclamação da República, e até mesmo, discussões sobre a atuação do próprio presidente da república.

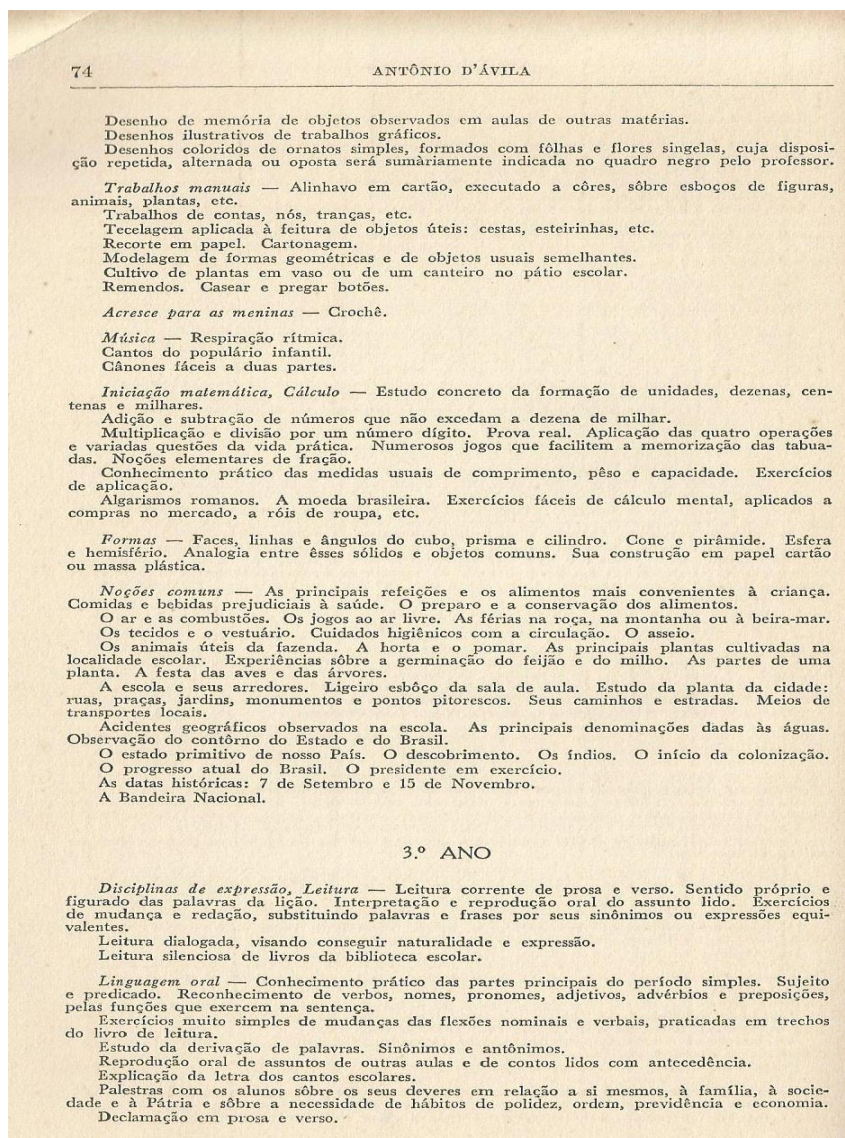


Figura 06 – Estrutura Curricular e orientações do 2º e 3º Ano. Fonte: (D'ÁVILA, 1958, p, 74).

No tocante, a estrutura curricular do 3º e 4º ano, podemos destacar um predomínio das disciplinas de formação geral, e a inclusão de outras disciplinas diferentemente do 1º e 2º ano, como: Noções de Aritmética, Geometria, Geografia, História e Instrução cívica, todas com orientações pedagógicas. No

4º ano, há uma separação entre a disciplina de Geografia e História, passando a ser reorganizada como História e Instrução Cívica.

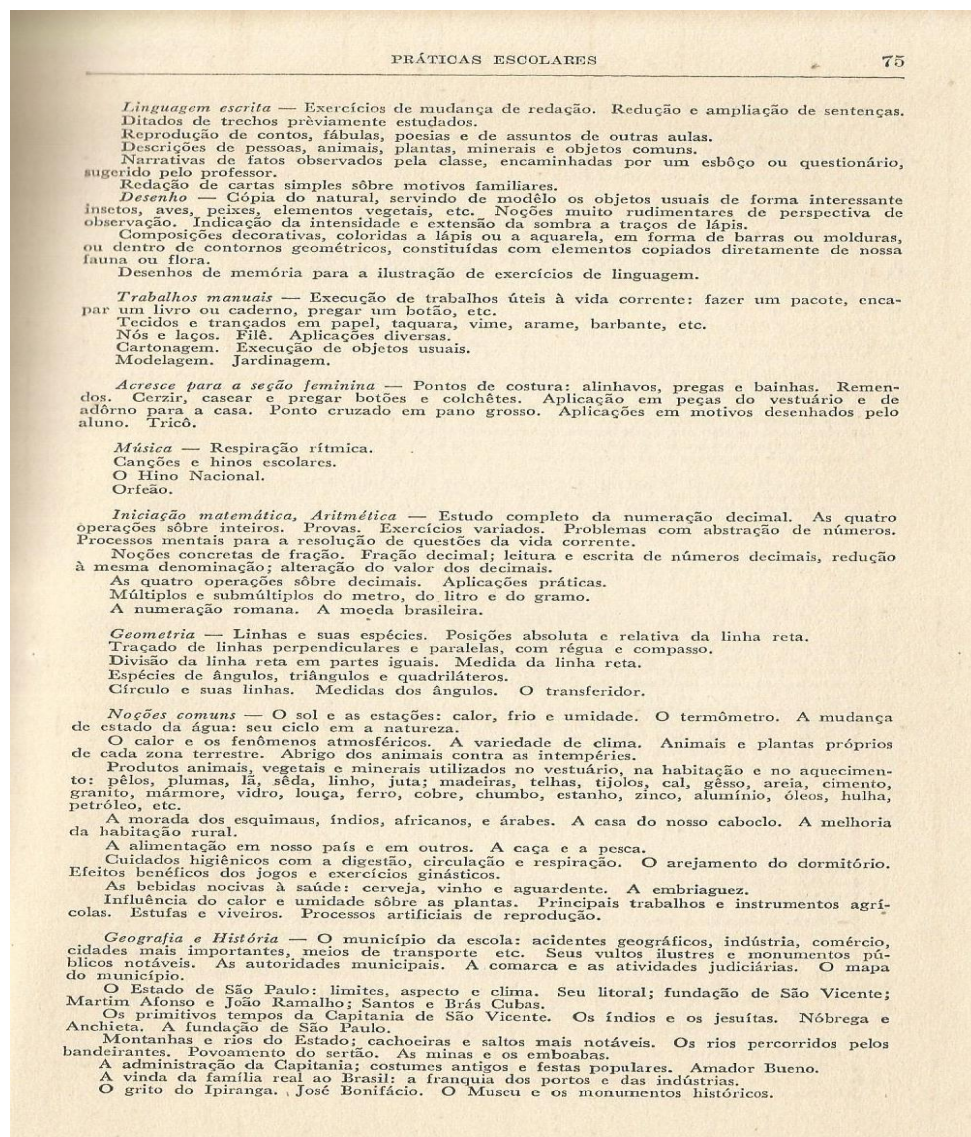


Figura 07 – Estrutura Curricular e orientações do 3º Ano. Fonte: (D'ÁVILA, 1958, p, 75).

As orientações sobre o nacionalismo no 3º e 4º ano são destinadas as “Canções e Hino Nacional e da Bandeira”, como podemos verificar nas figuras 07 e 08.

A regência. Diogo Feijó. A abolição da escravidão. A imigração e o desenvolvimento de nossa lavoura.
 A proclamação da República. Biografia de paulistas ilustres.
 A atual organização político-administrativa do Estado. As vias de comunicação. Sua população e superfície. Cidades mais importantes. Produção agrícola e industrial. Comércio exterior. O grande progresso do Estado.

4.º ANO

Disciplina de expressão, Leitura — Leitura expressiva em prosa e verso, sempre precedida de leitura silenciosa e de comentário do texto. Exposição do assunto lido.
 Leitura de diálogos interessantes, de comédias infantis e de outros gêneros literários.
 Leitura de trechos extraídos de revistas e jornais de livros instrutivos, para o desenvolvimento de assuntos tratados em aulas de outras disciplinas.

Linguagem oral — Análise lógica do período simples. Estudo sucinto das categorias gramaticais, de acordo com a função que exercem na sentença.
 Exercícios de flexões nominais e verbais. Conjugação de verbos em sentença, mudança do tratamento gramatical de cartas e diálogos.
 Ampliação do vocabulário do aluno pelo estudo da derivação e composição de palavras. Sinônimos, antônimos, homônimos, e parônimos. Uso do dicionário.
 Interpretação de adágios populares, da letra dos cantos escolares e exposição de assuntos estudados em outras disciplinas.
 Narrações de episódios e de cenas naturais.
 Estudo prático e elementar do período composto e do complexo.
 Declamação em prosa e verso.

Linguagem escrita — Descrições e narrações com esboço e livres.
 Mudanças de estruturas e de fraseologia. Redução de poesia a prosa.
 Exercícios simples de análise lógica por meio de diagramas.
 Redação, se possível, de um jornal da classe.
 Cartas, ofícios, recibos e requerimentos.

Desenho — Cópia do natural, pela perspectiva de observação, de formas naturais e de objetos manufaturados, isolados ou agrupados. Execução da sombra própria e da projetada, para dar o relevo. Desenhos a lápis preto, a carvão, a lápis de cores ou a aquarela.
 Desenhos explicativos das aulas de geografia, história, ciências, etc. Desenhos ilustrativos de trabalhos gráficos.

Composições decorativas com elementos geométricos ou tirados de nossa fauna ou flora, formando barras, cercaduras, rosáceas e fundos diversos aplicados ao adorno de superfícies quadrangulares, triangulares, circulares, etc., e aproveitadas como ornamento dos trabalhos de agulha e dos objetos feitos nas aulas de trabalhos manuais.

Trabalhos manuais — Execução de objetos úteis com vime, arame, junco, etc.
 Pequenos trabalhos em madeira mole: cantoneiras, brinquedos, etc.
 Cartonagem. Desenvolvimento dos sólidos geométricos.
 Recorte de figuras geométricas, para a demonstração concreta da equivalência das áreas.
 Variados exercícios de modelagem.
 Trabalhos de jardinagem e, onde fôr possível, ensaios de sericicultura e apicultura.

Acréscio para a seção feminina — Costura: pesponto, caseado, cerzido, etc. Pontos ornamentais. Pontos de marca: letras e nomes. Bordado muito simples.
 Aplicações a pequenas peças, como lenços, toalhinhas, babadouros, aventais, camisas, roupinhas para bonecas, etc.
 Tricô e suas aplicações em peças usuais.

Música — Respiração rítmica.
 Canções e hinos escolares.
 O Hino à Bandeira.
 Orfeão.

Iniciação matemática, Aritmética — Revisão das quatro operações sobre inteiros e decimais. Frações ordinárias, próprias e impróprias, homogêneas e heterogêneas. Número misto e sua conversão em fração imprópria, e vice-versa. Simplificação de frações. Redução à mesma denominação pelo processo geral.

As quatro operações sobre frações ordinárias. Exercícios fáceis e problemas. A conversão de ordinárias em decimais e vice-versa.

Sistema métrico decimal. A potência como um caso especial da multiplicação. O metro quadrado e o metro cúbico; seus múltiplos e submúltiplos. Problemas e questões práticas. Cálculo mental espetáculo rápido.

A numeração romana.
 Aplicações do método de redução à unidade.
 Noções sumárias de porcentagem para o cálculo de impostos, de abatimentos em compras ou faturas, de juros de pequenas quantias etc.
 Moedas estrangeiras e questões fáceis de câmbio.

Figura 08 – Estrutura Curricular e orientações do 4º Ano. Fonte: (D'ÁVILA, 1958, p, 76).

Também podemos observar que, nas discussões sobre “Trabalhos Manuais”, assim, como no 1º e 2º ano, existe uma orientação inicial para ambos os sexos, e posteriormente, uma orientação para estudos domésticos que pode ser caracterizado com primeiros passos para a construção de uma profissão, através do desenvolvimento de noções de pontos para costuras (figura 09).

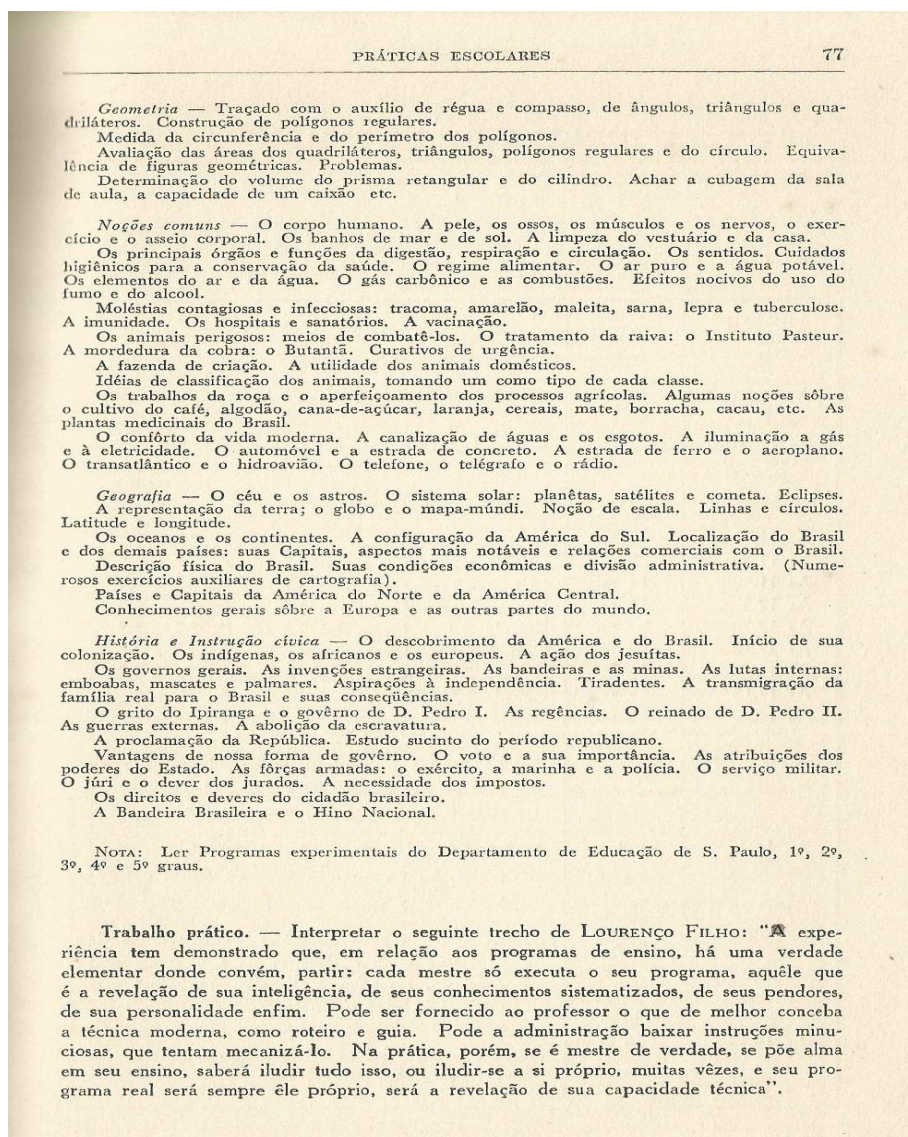


Figura 09 – Estrutura Curricular e orientações do 4º Ano. Fonte: (D'ÁVILA, 1958, p, 77).

De maneira geral, podemos constatar que na composição curricular do 1º ao 4º ano existiam orientações que possibilitavam o norteio a prática pedagógica dos professores que já atuavam e dos futuros profissionais.

3.1.4 - A imagem do professor no manual didático e sua prática pedagógica

Quanto ao perfil dos professores, D'Ávila (1958), destaca a necessidade de possuir qualidades excepcionais e mesmo superiores às exigidas pela maioria das profissões, pois seu papel é guiar as crianças, despertar as energias, ser o criador de situações favoráveis.

Nesse entendimento, o professor era compreendido como aquele que é “acolhedor, tem boa aparência pessoal, reserva sua dignidade, é otimista, tem entusiasmo, é imparcialidade; sincero, simpático, e possuidor de vitalidades e cultura”, características essas, entendidas segundo o autor como indispensáveis para a formação e prática pedagógica dos professores, assim como, do próprio processo de ensino – aprendizagem.

Segundo D'Ávila, a formação dos professores primários se realizava em cursos de formação profissional, permitida apenas aqueles que tinham concluído o curso ginásial completo (4 anos), este curso tinha caráter propedêutico, já o primeiro tinha caráter técnico. Após, esta formação e aprovado no curso pré-normal o candidato ao magistério ingressava na Escola Normal e nela realizava a formação pedagógica.

Assim, admissão ao curso normal era restringida pelo exame de seleção exigido por lei, e o diploma só seria conferido se os professores manifestassem o gosto pelo magistério, como nos reforça D'Ávila,

Da vocação para o magistério – que ela não existe, sabem-no todos os que já atentaram para o caso. Mas que há falta de jeito, de queda, de qualidades para o exercício do magistério, é matéria pacífica. Tal candidato se revela no curso normal incapaz de expor qualquer assunto por falta absoluta de predicados, tal não gosta da criança e aborrece-se em sua presença, tal finalmente, não quer saber da profissão. (idem, p, 121)

Sobre a formação dos professores, D'Ávila ainda ressalta na obra algumas questões para estudo e sugestões de leituras complementares, que auxiliavam na própria discussão sobre a valorização e avaliação da profissão,

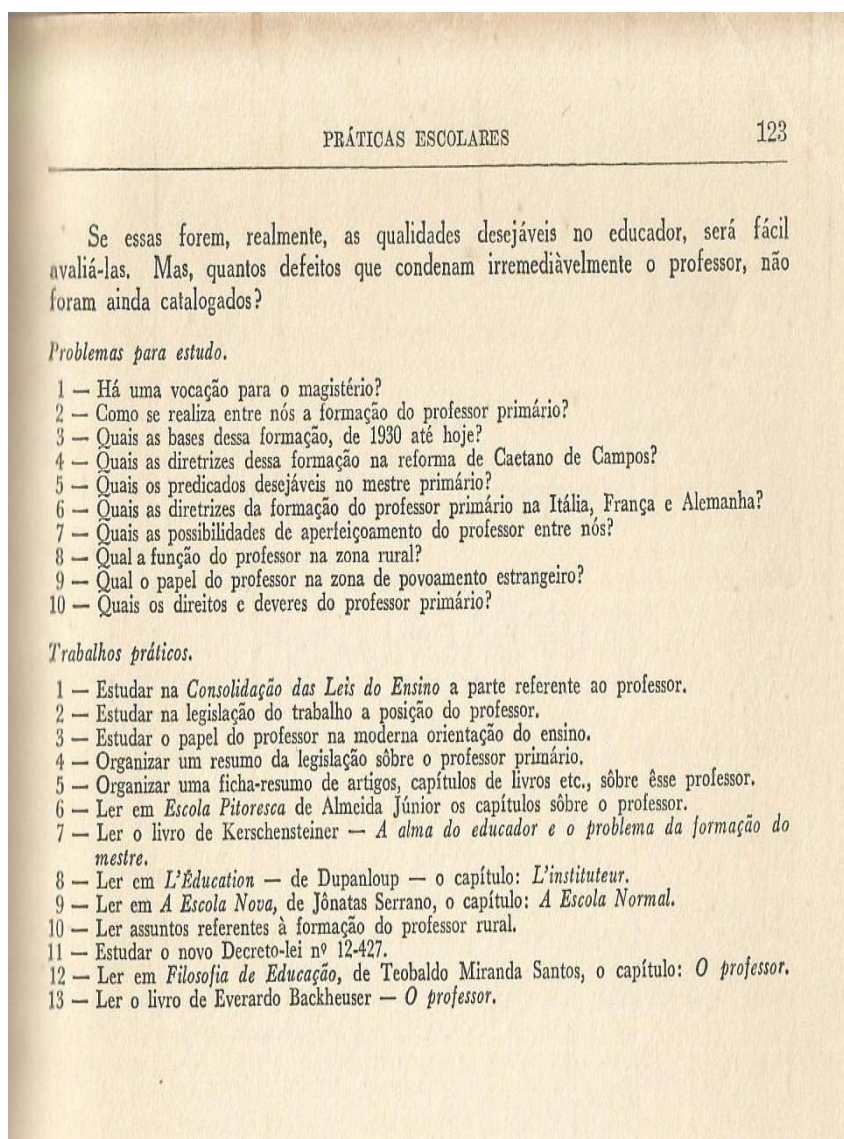


Figura 10 – Questionamentos para estudos. Fonte: (D'ÁVILA, 1958, p, 123).

Analisando as questões de estudo acima, verificamos que, inicialmente há uma preocupação em discutir se existe uma vocação para o exercício do magistério. Entendemos que, esse questionamento é de suma importância ser focado nos cursos de professores, uma vez que, persiste a ideia que a profissão do magistério é associada ao sentimento missionário, herança adquirida no período jesuítico, que defendia o ideário da igreja católica, que possuía a imagem do professor “abnegado, com uma missão árdua, nobre, e por vezes, perigosa, a de salvar almas”. (STAMATTO, 2009, p. 27).

Paralelo, a essa discussão há uma preocupação também, em discutir a formação do professor a partir da legislação em âmbito nacional e confrontar

com outros contextos, a exemplo, as “diretrizes da formação do professor na Itália, França e Alemanha”. Concomitantemente, a essa discussão é enfocado o perfil e função do professor nas diferentes localidades – zona rural e zona de povoamento estrangeiro.

Complementando a discussão sobre a formação de professores, o autor destaca algumas referências para leituras, baseados em autores como: Backheuser, Almeida Júnior, Teobaldo Miranda Santos, entre outros que discutem sobre: professor, Escola Normal, Leis e Decretos, etc.

Diante das questões propostas, podemos perceber uma discussão e reflexão sobre a formação de professores, tanto nos aspectos da escolha da profissão, formação inicial e continuada, diretrizes e bases que orientam a profissão, entre outros. Aspectos esses, que possibilitam ao professor momentos de estudos e aperfeiçoamento profissional.

Concomitantemente, a essa discussão, D’Ávila destaca questões referentes aos diferentes métodos, discutindo conceito de acordo com vários autores, como: Montessori e Decroly. Os métodos discutidos são: intuitivo, analítico e sintético, os mesmos são complementados com questionamentos no final da discussão teórica, como podemos verificar na figura 11,

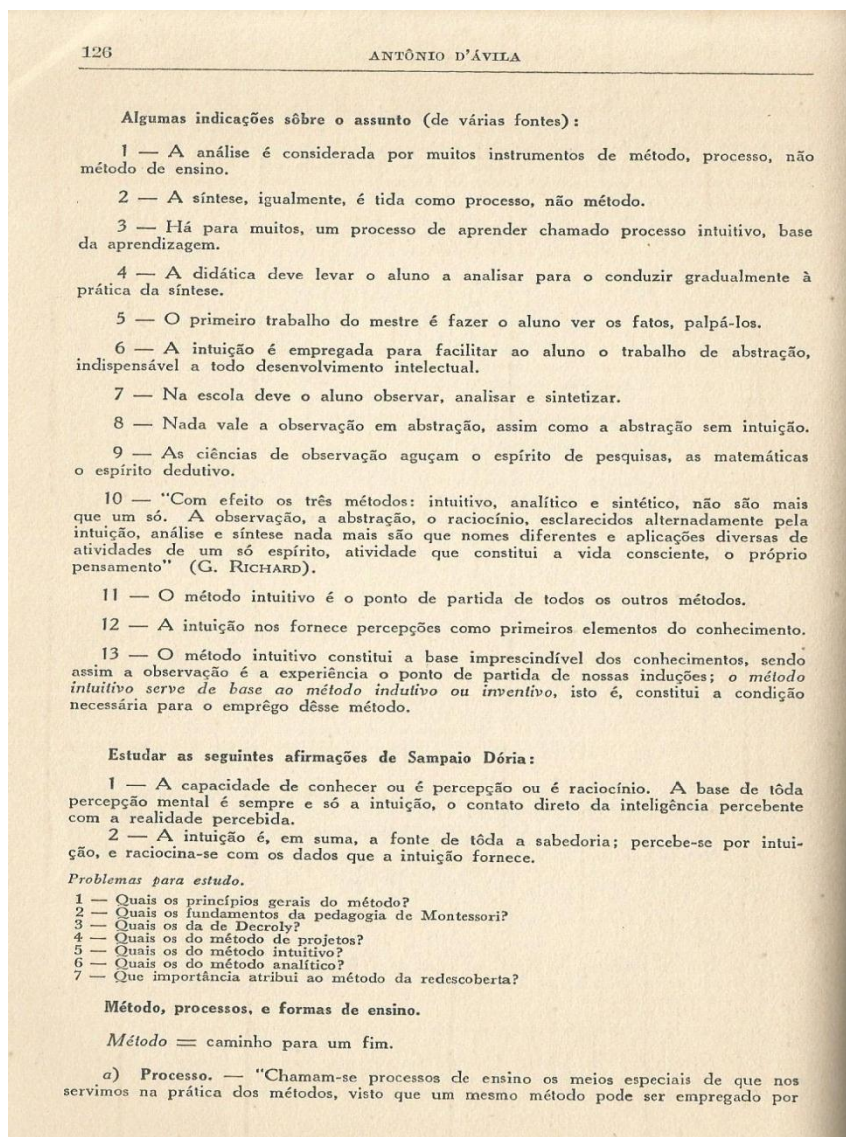


Figura 11 - Definição de método e questionamentos para estudos. Fonte: (D'ÁVILA, 1958, p, 126)

Com relação às orientações para elaboração das lições⁶ e tarefas de casa, o autor destaca passo a passo, o momento em que o professor deveria direcionar a aula, os momentos em que o aluno poderia ler, escrever ou repetir a lição, assim, como as sugestões de atividades para estudos.

Segundo Chartier (1990), "definir o que merece ser lido trata-se de impor a boa leitura, isto é, o bom modo de apropriação e nesse caso são as editoras que também impõem o modo de apropriação". Nesse sentido, entende-se que,

⁶ O autor destaca a nomenclatura "Lição", no nosso entendimento para se referir à elaboração de planos de aulas.

no manual há uma preocupação não apenas com a formação dos professores, mas também na divulgação de materiais didáticos capazes de auxiliá-los no cotidiano da sala de aula, a exemplo, as sugestões de leituras complementares com indicação de referências, modelos de planos de aulas e métodos.

No tocante as lições, as orientações eram pré-estabelecidas de acordo com os modelos de alguns autores, a exemplo, Herbart, que destaca a elaboração de uma aula a partir de cinco passos: *preparação* – passo inicial, na qual se prepara o espírito do aluno, fazendo questionamentos de ideias antigas, buscando ativar as ideias armazenadas na mente, para depois, estabelecerem uma relação das ideias antigas com as novas; *apresentação* - feitas através da oralidade ou escrita com interpretação, mediante experiência ou demonstração; *associação* – o exercício de comparação e de combinação das aquisições já apropriadas com as novas; *recapitulação*: processo de descoberta das ideias gerais com estabelecimentos concretos de conceitos, princípios ou regras, reduzindo o conhecimento a uma expressão verbal consistente e precisa. E, por fim, o último passo, *aplicação*: momento de aplicar as noções aprendidas nos problemas e coisas da vida, realizada através de exercícios e práticas. Esse último momento, é entendido como o processo que avalia se o proposto e executado pelo professor atingiu seu objetivo com êxito, ou seja, demonstra se os alunos conseguiram assimilar o conteúdo trabalhado.

A seguir, destacamos um exemplo prático do modelo de lição sugerido por Herbart,

O professor, na classe, fala de *insetos*, dando noções gerais pela palavra ou pelo desenho. A mente do aluno se prepara para aprender a lição (1º passo); Por meio de perguntas bem dirigidas, pela exposição do assunto, o professor apresenta o tema da lição *insetos* (2º passo); encaminhando o assunto os alunos associam as noções antigas às novas, retificando-nas, enriquecem-nas, estabelecem comparações, organizam ideias (3º passo); recapitulando, fixam, generalizam, definem e precisam a ideia: *inseto é*.....(4º passo); a Aplicação pode ser feita com a classificação de insetos, a descoberta de insetos fora da escola, a discriminação de animaizinhos que não são insetos, etc. (5º passo). (idem, p, 130- 131).

Outro modelo destacado por D'Ávila, que se diferencia do modelo de Herbert, por ser organizado com objetivos e detalhes metodológicos é o modelo de Rude, na qual é configurado a partir das seguintes orientações,

1- *Objetivos do trabalho*; 2- *Meios de trabalho* (material e meios auxiliares); 3- *o processo de trabalho* se desenvolve em forma de trabalho. Estas formas podem ser observações, ensaios e experiências de física, química, biologia, etc. conversações livres, perguntas do professor e respostas das crianças, informações e dissertações, leitura de fontes históricas e interpretação, ocupação silenciosa em um trecho de leitura, com o lápis, papel ou caderno para tomar notas, trabalhos escritos, expressão gráfica, expressão corporal, exercícios físicos e trabalhos na oficina, exercícios de memorização, etc; 4- *resultado do trabalho* (expressões, aplicação). (D'ÁVILA, 1958, p, 130).

Para D'Ávila (1954), por meio do planejamento é que se organiza, que se controla, que se comanda, que se orienta, que se aperfeiçoa e que se progride. “Um bom planejamento é a garantia ou, pelo menos, um dos mais decisivos fatores de êxito da ação” (D'ÁVILA, 1954, p. 115).

Diante do exposto, observa-se que o manual trazia as discussões teóricas que auxiliavam aos professores, e complementava com sugestões mais práticas sobre a temática em discussão. Espaço, que possibilitavam a escolha dos procedimentos pedagógicos que melhor se adequava ao contexto escolar e nas práticas na sala de aula.

3.2- Análise do Manual Didático *Tratado de Pedagogia*

Neste subtópico, destacaremos nossa análise sobre o manual didático “Tratado de Pedagogia”, de Monsenhor Pedro Anísio. Inicialmente, destacaremos sua atuação profissional e produção, em seguida, discutiremos conteúdos gerais da obra, e por fim, os conteúdos específicos que discutem sobre as práticas pedagógicas e orientações para os professores.

3.2.1- Monsenhor Pedro Anísio – sua atuação e produção

Monsenhor Pedro Anísio⁷ era membro da Academia Paraibana de Letras, ex-professor de Filosofia e de Teologia do Seminário da Paraíba, ex-professor de Pedagogia e Pedologia da Escola Normal Oficial, ex-professor de Sociologia do Colégio Estadual da Paraíba (João Pessoa)⁸. Anísio publicou as seguintes obras: Tratado de Pedagogia (1º edição, 1933); Compêndio de Pedologia e Pedagogia Experimental (1937).

3.2.2- Estrutura física do manual

O manual foi editado pela “Organização Simões”, no Rio de Janeiro, e impresso pela “Emprêsa Gráfica da Revista dos Tributos LTda”, em 1955, na cidade de São Paulo. A obra é composta por 591 páginas e apresenta um formato padrão para a época, medindo 13,7 cm de largura por 19,3 cm de altura, e 3,5 cm de espessura. O estado de conservação do manual é bom, não identificamos ausência de páginas e, ainda, apresenta a capa original (Figura 12).

⁷ No levantamento realizado sobre a biografia do autor, não encontramos dados sobre data de nascimento e falecimento, assim, como aspectos de sua formação profissional inicial.

⁸ Informações encontradas na contra capa do manual “Tratado de Pedagogia”. (ANÍSIO, 1955).

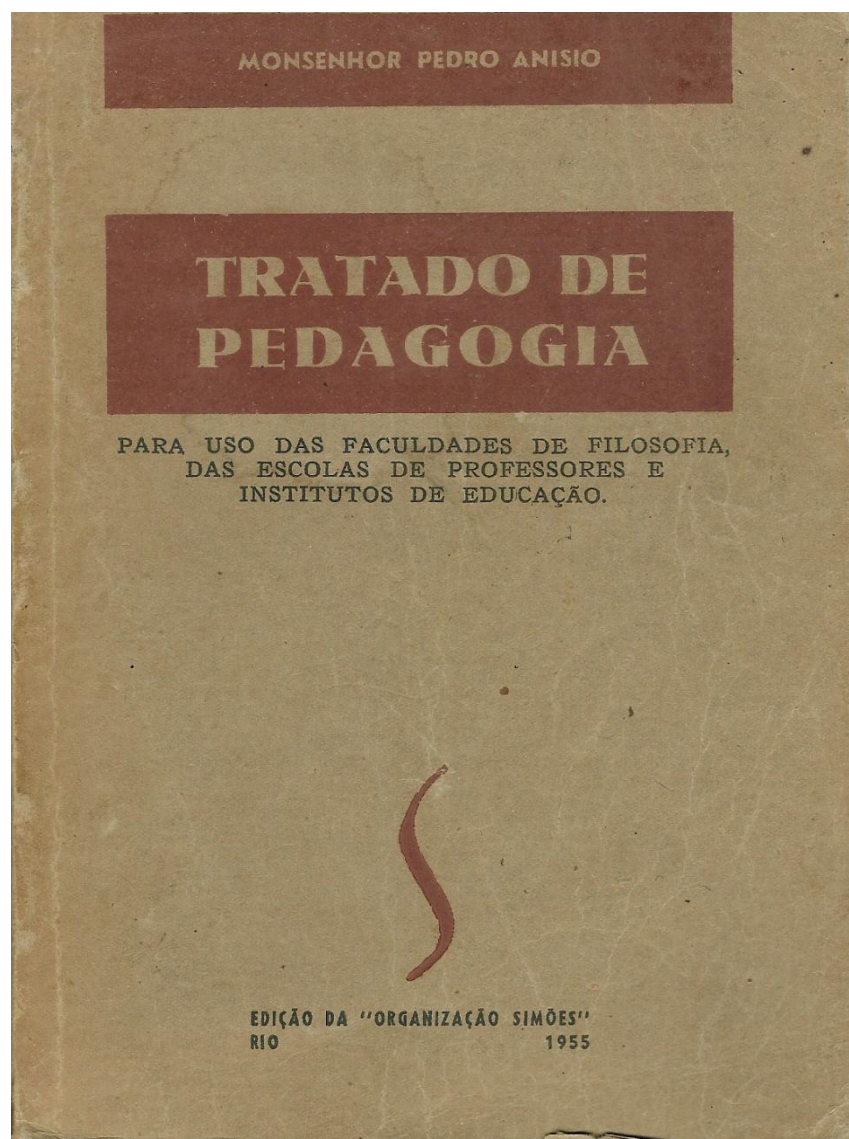


Figura 12- Manual *Tratado de Pedagogia*. (ANÍSIO, 1955). Fonte: Acervo do GPCES.

A obra apresenta o prefácio da 1ª edição, de 1933, que tem como prefaciador Tristão de Athayde, o mesmo destaca a necessidade da ordem e bom censo no setor pedagógico, e tece algumas considerações sobre os princípios da Escola Nova, como bom método de atividade pedagógica que,

verdadeiramente molda-se então pelos princípios da Pedagogia e substitui à antiga “escola de aprender”, em que o

aluno era tratado, de ordinário, com um ser, inerte e passivo, a “escola ativa” que, antes de tudo, exige a colaboração eficiente do aluno, respeita na medida do possível, a sua índole, acomodando-se às suas aptidões, acomodando-se a seu natural e levando-se, de pouco em pouco, ao ensino próprio e autônomo. (ANÍSIO, 1955, p, 9-10)

Prosseguindo, o autor o destaca uma página intitulada de “Advertência”, na qual trazem dois esclarecimentos, um sobre a data da primeira edição (1933), deste manual, e outro, sobre a publicação de mais quatro edições. E por esse motivo, explica a necessidade de atualizar a obra em virtude dos avanços da Pedagogia como ciência unitária e autônoma, nos principais países da Europa e da América.

O índice⁹ encontra-se nas últimas páginas, e, está estruturada em duas partes, a primeira – refere-se aos conceitos e evolução histórica – filosófica da Pedagogia, destacando os movimentos pedagógicos, suas causas, as ideias educativas na antiguidade (a Pedagogia Grega e Romana), a organização cristã, a Pedagogia e a Cultura clássica, a razão filosófica, os princípios da Escola Nova, os conceitos e estruturação da Pedagogia, os conceitos de Educação, a finalidade da educação, a relação do educador e as comunidades educativas, os princípios da educação formal e intelectual dos alunos, a educação moral e os meios educativos, configurando assim, em 10 capítulos, como exemplo na figura 13,

⁹ Ver índice completo em Anexo 04.

ÍNDICE	
✱	
Prefácio da 1. ^a edição	7
Advertências	11
INTRODUÇÃO	
EVOLUÇÃO HISTÓRICO-FILOSÓFICA DA PEDAGOGIA	
I — O movimento pedológico	13
As causas do movimento pedagógico	14
As idéias educativas na antiguidade	14
A Pedagogia grega e romana	15
A organização cristã da Pedagogia	17
A Pedagogia e a cultura clássica	19
A razão filosófica	20
II — <i>Rousseau</i> . A Pedagogia do “ <i>Emílio</i> ”	23
A revolução pedagógica de <i>Rousseau</i> O “ <i>Emílio</i> ”	26
III — <i>A Escola Nova</i>	28
A filosofia imanentista	28
A trilogia da escola nova	30
Os métodos da escola nova	32
CAPÍTULO I	
A PEDAGOGIA CIÊNCIA DA EDUCAÇÃO. SUA ESTRUTURAÇÃO FILOSÓFICA	
I — Conceito de Pedagogia	37
II — A Pedagogia, ciência prática ou normativa	39
Escólio 1 — O Conhecimento empírico. Artes e ciências práticas	40
Escólio 2 — O caráter científico da Pedagogia	43

Figura 13 - Início da primeira parte do índice. Fonte: (ANÍSIO, 1955, p, 580)

Como podemos verificar no índice da primeira parte, os pontos discutidos são de caráter mais teórico, com discussões conceituais sobre Educação e Pedagogia, só nos últimos capítulos encontramos algumas orientações sobre o ingresso dos alunos no curso de formação de professores.

A segunda parte é composta por 03 capítulos que enfatiza os conteúdos sobre didática geral e teoria do ensino, definições de métodos, princípios, teorias dos meios didáticos e organização escolar, como consta no índice da figura 14,

TRATADO DE PEDAGOGIA		589
A exortação		490
A sugestão do vício		491
III — <i>A inspeção</i>		491
IV — <i>Os exercícios ativos. Os jogos e o trabalho</i>		494
V — <i>A emulação</i>		495
Os concursos		498
Os exames		498
VI — <i>As recompensas: prêmios e castigos</i>		
Os prêmios		499
Os castigos		501
Os castigos físicos		504
Temas para investigações		506
Meios educativos		
II PARTE		
DIDÁTICA GERAL OUTEORIA DO ENSINO		
Didática geral ou teoria do ensino		513
CAPÍTULO I		
TEORIA DO MÉTODO		
Método Organo Genético		
I — Definição e divisão do método		519
Definição do método		519
Classificação dos métodos		519
Os métodos lógicos e o método didático		520
Definição do método didático		520
Método analítico e sintético		520
Várias formas de análise e de síntese		521
Aplicações pedagógicas		522
Normas para a aplicação dos métodos		523
Importância dos métodos		524
Temas para investigações		523
Teoria do ensinamento		525
II — <i>Princípios do método didático</i>		
Escólio 2 — Os centros de interesse		530
Escólio 1 — A globalização do ensino		529
Temas para investigações		531

Figura 14 - Início da Segunda parte do Índice. Fonte: (ANÍSIO, 1955, p, 589).

Na capa final da obra, encontra-se a indicação de algumas obras de diversos autores, seguida com os respectivos valores de compra. Os manuais destacados possuem títulos com orientações desde estudos gramaticais, literários, de Língua Estrangeira, noções de Economia, História, Latim, Matemática e Didática, como exemplo, podemos citar algumas referências, a saber: Regência Verbal – Novos elementos, de Artur de Almeida Torres (Cr\$ 35,00); Latim para o ginásio – 3º Série, de Junito de Souza Peixoto (Cr\$ 80,00); Didática Magna, de Comenius (Cr\$ 110,00); Inglês Básico, de André Jansen

(Cr\$ 85,00), entre outros. No final das referências, encontra-se o endereço e o nome da editora responsável pela venda dos manuais.

3.2.3- Estrutura dos capítulos - conteúdos gerais (1º parte)

Antes do primeiro capítulo, o autor apresenta a Introdução do manual, discutindo a Evolução Histórica –Filosófica da Pedagogia, destacando os movimentos pedagógicos perpassando desde os séculos XII ao XX, as ideias educativas na antiguidade, com destaques a filosofia religiosa, como um dos aspectos essenciais na evolução pedagógica.

Nesta perspectiva, defende uma educação associada a princípios religiosos, e faz críticas à filosofia adotada por Locke, por esse defende o ideário da educação construída através do naturalismo e a concepção mecânica da vida. Anísio (1955) destaca a concepção pedagógica de educação e escola de Locke como sendo, respectivamente,

uma doutrina de educação negativa (...), que faz do espírito humano a tabula rasa que a sensação vai ornando de caracteres, para ele nenhuma outra fonte de conhecimentos há senão a experiência. Os primeiros princípios, as verdades universais e necessárias, como em suma, todas as ideias, não são mais que imagens desprendidas dos objetos (...), a escola deve ser particular, deputando-se para cada aluno um preceptor. (ANÍSIO, 1955, p, 21).

Contrapondo, a concepção de Locke, o autor destaca o ideário de Rousseau, com a “Pedagogia do Emílio”, e enfoca sua Pedagogia como uma influência importante sobre o mundo, pois o mesmo “envenenar as almas, corrompe as consciências e inflama as paixões”, ou seja, ele consegue penetrar no lado mais profundo, sensível e baixo do ser humano. Rousseau é caracterizado por Anísio (1955), como sendo “o pai do mundo moderno, encarado sob todos os aspectos de ideologia democrática, de mística naturalista, de nervosismo, de utopia e demência moral”. (p, 23).

Complementando, a discussão sobre os princípios religiosos, Anísio destaca a Filosofia da Escola Nova e critica-a, enfocando que a implantação da mesma “rompeu com as tradições católicas, banuiu das aulas o ensino religioso e todos os símbolos cristãos, proclamou a autonomia do aluno, que, doravante, será livre de todo o freio autoritativo e fez da vida terrena o último fim do homem”.

O autor ainda destaca à Trilogia da Escola Nova, é enfatizada como condições essenciais para o êxito na prática pedagógica, uma vez que, é sintetizada a partir da: atividade – autonomia educativa, na qual todos “possuem uma maneira própria de agir”, e, para “encaminhá-lo na vida, para conduzi-lo à perfeição do adulto, a primeira coisa que se requer do educador é o conhecimento da mentalidade do menino, do círculo de suas ideias e experiências”. Espontaneidade – “que se respeito, dentro dos justos limites, o caráter do aluno, criatura racional e livre que deve ser dirigida como homem e não como autômato”. E, por fim, o Interesse – no caso, da Escola Nova é seguido os princípios básicos da filosofia positivista ou idealista, (Anísio, 1955, p, 30).

Nesse entendimento, verifica-se que, na discussão sobre a Trilogia da Escola Nova o autor já inicia trazendo questionamentos pertinentes à formação do professor, quanto alguns procedimentos pedagógicos orientados a partir dos princípios escolanovistas. Na qual, pressupõe do professor a importância de sua autonomia no ato educativo, que resultará no respeito e valorização da construção do aluno, como um ser pensante e de concepções próprias. E, aliado a essa perspectiva, se faz necessário como nos reforça Anísio (1955), que o professor e a escola propiciem para o aluno um espaço alegre, belo e tranquilo.

No primeiro capítulo, o autor traz a discussão teórica sobre o conceito de Pedagogia, tendo como princípios norteadores os seguintes aspectos: a Ciência Prática ou Normativa, Ético-social, suas ciências fundamentais e auxiliares, a relação entre Filosofia e Pedagogia, a Pedagogia Cristã Humanismo Integral, e, por fim, sua divisão, que segundo o autor configura-se em duas partes,

uma teórica ou especulativa que estuda o fato educativo em geral, considerando o homem ideal, como ser dotado de inteligência e vontade, outra, mais propriamente denominada prática ou aplicada que se ocupa da investigação dos meios e métodos educativos, enquanto considera para o homem concreto, integrado no meio social, com seus caracteres peculiares que o distinguem dos outros homens. (ANÍSIO, 1955, p, 68)

Com relação ao segundo capítulo, as discussões decorrem a cerca do Conceito de Educação, perpassando pela sua importância, dificuldades e limites. No final, desta discussão o autor traz os primeiros questionamentos para estudos, com perguntas relacionadas à temática, a exemplo,

Temas para investigações: 1- Conceito de educação. Desenvolva a ideia de educação. Que importância tem para o homem? 2- Em que consiste a ideia de aperfeiçoamento? E a de formação? 3- são os animais suscetíveis de educação? Em que difere a educação do processo de criação e de domesticação? 4- pode dizer-se que a Pedagogia é ciência e ciência autônoma? Por quê? 5- Qual a diferença entre arte e ciência, entre conhecimento empírico e conhecimento científico? 6- Cite as principais ciências auxiliares da Pedagogia. Quais as fontes racionais?. (ANÍSIO, 1955, p, 96-97)

Ainda, neste capítulo Anísio (1955), destaca seu entendimento a cerca das diferenças na personalidade dos indivíduos, na qual divide esse em aspectos educativos – individual e social. Para realizar essa discussão, o autor faz referência a Sociólogos como: Durkheim, Draghicesco, Levy Bruhl, entre outros. E autores da Psicologia como: Thorndike e Gates, Arturo Stossner, Jung, etc.

Para finalizar o capítulo, é apresentado um Apêndice, que subdividem em 04 Apêndices, na qual, respectivamente discutem sobre: Método dos Testes¹⁰ – neste é enfatizado sua definição, natureza e aplicação. A definição de teste é compreendida como “provas que servem para determinar em que

¹⁰ A nomenclatura “teste” é utilizada no manual de Anísio (1955), para referir á realização de provas, para quaisquer finalidades, seja educativa ou de caráter de admissão profissional.

grau uma pessoa possui uma aptidão ou caráter”. (Anísio, 1955, p, 137). A importância da utilização do teste tem como intuito,

investigar certos processos psíquicos, determinar o nível mental dos alunos, selecionar os mais bem dotados, estabelecer as correlações, discriminar os diferentes tipos psicológicos e traçar o perfil mental do educando, que é a aspiração precípua da Pedagogia e da Pedagogia Experimental. (ANÍSIO, 1955, p, 138)

No tocante a aplicação dos testes na escola, era entendida com uma prática pedagógica que deveria ser “o menos complicado possível, de modo que dispense o uso de aparelhos especiais e as experiências de laboratórios”. Assim, verificamos que, existia a preocupação em elaborar as provas, mas que não fossem diferenciadas, pelo contrário unificadas.

Vale salientar que, no decorrer da discussão o autor, reforça os testes não apenas com o caráter de avaliar os aspectos conceituais, mas enfatiza que, os testes pedagógicos não só se aplicam para “medir a inteligência, mas para verificar o aproveitamento escolar, os progressos realizados pelos alunos nos estudos”, ou seja, o ato de avaliar sobrepõe na avaliação de todos os aspectos do processo de aprendizagem, incluindo todos os atores envolvidos.

O Apêndice 02 é apresentado a Escala de Testes de Binet e Simon (Psicólogos), com orientações baseadas na percepção do desenvolvimento cognitivo do indivíduo, o teste podia ser realizado a partir da faixa etária dos 03 meses de idade, como podemos verificar no quadro 02,

Faixa Etária	Orientações pedagógicas
1 a 2 anos	3 meses: Seguir com o olhar uma vela acesa. 9 meses: Prestar atenção ao som. Segurar objetos. 1 ano: Distinguir os alimentos. 2 ano: Andar. Executar uma ordem simples. Realizar por si mesmo suas necessidades.
3 anos	Indicar a boca, os olhos, o nariz. Repetir números de dois algarismos. Contemplar uma gravura, enumerando, particularidades desconexas. Dizer o nome e o sobrenome.
4 anos	Indicar o sexo. Nomear objetos conhecidos. Repetir números de três algarismos. Comparar duas linhas (5 e 6 centímetros).
5 anos	Comparar dois pesos (3 e 12; 6 e 16 gramas). Copiar um quadrado. Repetir frases de 10 sílabas. Contar quatro

	moedinhas (tostões). Recompôr um retângulo com os dois triângulos, cortando-o pela diagonal (jogo da paciência).
--	--

Quadro 02 - Escala de Testes de Binet e Simon¹¹. Fonte: (ANÍSIO, 1955, p, 146), (grifos nossos).

Como observamos a Escala de Teste, descreve algumas orientações para serem realizadas de acordo com a faixa etária, sendo destacada no manual dos 3 meses aos 15 anos de idade. E, todas as orientações trazem em si referências de conteúdos curriculares.

Outro teste indicado pelo autor refere-se ao Teste de Ballar, que visava sua aplicação na Técnica do Serviço de Psicologia aplicada pela Diretoria Geral de Ensino nas escolas, inicialmente, o teste traz orientações gerais, com explicações sobre o número de questão, que no caso, era composto por 100 questões, nível de dificuldade, orientações indicando onde os alunos deveriam responder, quando eram autorizados a responder e como deveriam indicar quando concluíssem o teste, como exemplo,

Teste Formula Verbal: 1¹²- Escrevam quantos pés tem uma mesa de três pés (*Três*). 2 – Os carneiros pretos dão lã preta. Qual é a cor do leite de uma vaca preta? Escrevam na linha nº 2 (*branco*), (...) 16 – Escrevam aqui qual é o menor número de fósforos necessários para formar um quadrado, sem quebrar nem um fosforo (4), (...) 52 – (apresentando o cartaz – 5, 10,15,20 – é iniciando a marcação do tempo – 20”). Pensem qual é o número que continua esta série. (ao terminar o tempo) escrevam aí (25), (...) 95 – Que parenta minha é a filha de minha irmã? Escrevam aí (*sobrinha*). (ANÍSIO, 1955, p, 151 – 160. Grifos nossos).

Como podemos verificar, o teste faz referência a diversos assuntos, englobando, por exemplo, disciplinas como Português, Matemática, Ciências, História, entre outros. Algumas questões eram escritas em cartazes, possibilitando, assim, a utilização de outros recursos, na qual, desprendia o professor do quadro de giz.

¹¹ Ver Escala de Teste de Binet e Simon na íntegra em ANÍSIO (1955).

¹² Os números sublinhados referem-se à numeração das questões (na qual é composta de 100 questões), com relação às palavras em itálico entre parênteses refere-se às respostas das questões, que veem acompanhadas nas orientações do teste. Ver teste na íntegra em ANÍSIO (1955).

O último Apêndice refere-se a questões de caráter psicológico, na qual visava detalhar aspectos relacionados ao desenvolvimento psicossocial da criança, desde acompanhamento da família, educação, antecedentes da criança, vida cotidiana fora da escola, entre outros, como podemos observar no teste denominado de Ficha de Rossolimo¹³,

1-Investigação relativa à família da criança, sua educação e instrução doméstica; 2- Investigação relativa à escola que a criança frequenta; 3- Investigação relativa ao desenvolvimento e crescimento da criança; 4- Investigação relativa aos antecedentes da criança; 5- Investigação relativa à hereditariedade (...) 10 – Investigação experimental mediante exames adequados da individualidade e expressão gráfica dos resultados no perfil psicológico. 11- Conclusões definitivas tiradas de todos os dados obtidos. (ANÍSIO, 1955, p, 161)

Com relação ao capítulo três são discutidos aspectos relacionados à construção do ideal humano e pedagógico, ou seja, a relação da educação e perfeição humana. Assim, como aspectos do ideal cristã, baseados nos princípios religiosos. No final da discussão o autor destaca algumas questões para estudos.

Nos capítulos quatro e cinco, a discussão decorre a respeito dos componentes do processo educativo, conceituando o papel do educador/mestre, através da concepção do ideal pedagógico e da fé. Prosseguindo, o autor enfatiza as discussões sobre a quem pertence o direito de educar (Família, Estado e Igreja).

No tocante ao capítulo seis, é destinada a estrutura da disciplina de Educação Física com destaques para a realização das aulas, variedade de exercícios, boa posição, orientações para alimentação adequada e precauções higiênicas, os jogos e a ginástica.

Com relação ao capítulo sete e nove discutem respectivamente, sobre o desenvolvimento psicológico, fisiológico e sexual do menino e a educação moral (com enfoque a educação do coração, os sentimentos ideais – intelectual, estético, ético). Já o oito, refere-se ao desenvolvimento da

¹³ A Ficha de Rossolimo era composta por onze orientações.

inteligência intelectual, o autor faz referência na discussão a autores com Dewey e Binet, e focar aspectos relacionados à percepção externa (sentidos), a atenção (definição e valor), a representação (fantasia e a memória), associação (estado consciente e sub consciente).

Para finalizar a primeira parte do manual, Anísio (1955), destaca o décimo capítulo, com discussões referentes aos meios educativos, tendo como reflexão inicial a importância e realização de bons exemplos, tanto no que diz respeito à formação pessoal e profissional. Na qual, enfatiza a inspeção e recompensas – prêmios e castigos.

3.2.4- A imagem do professor no manual didático e sua prática pedagógica

Neste sub-tópico destacaremos os capítulos que discutem sobre o perfil do professor¹⁴, sua formação e as práticas pedagógicas (orientações didáticas). Com relação, ao perfil do professor encontramos as primeiras discussões no capítulo quatro, da primeira parte da obra. O autor refere-se ao educador tendo como referência os princípios religiosos, na qual cabe ao mesmo “intervir para realizar no educando o ideal pedagógico, o ideal eterno, que é Deus, fundamentando de todo o criador, ponto de apoio de toda ciência”.

Nesta perspectiva, o magistério é dotado de uma marca religiosa e o professor é elevado à condição de um dos principais agentes do processo de disseminação da doutrina católica. Uma vez que o papel do professor, segundo Anísio (1955) é “iluminar, aclarar, fazer conhecer a verdade e suscitar as energias íntimas do discípulo para abraçar com toda sua alma”. (p, 224).

Em consonância com estes aspectos, o professor possui importância crucial na formação do aluno, tanto no campo intelectual, quanto moral e espiritual,

¹⁴ No manual, Anísio utiliza a nomenclatura “Educador ou Mestre”.

sob a influência do educador, pouco a pouco, se desenvolve a personalidade. O mestre plasma, educa o espírito, segundo o modelo eterno que traz em si. Cada gesto, cada palavra, cada uma de suas ações tem ressonâncias eternas, porque tem sempre ante os olhos o ideal. Nesta concepção, o educador, quer sejam os pais, quer o Mestre, quer o sacerdote, age como representante de Deus como enviado d'Aquele que só merece o nome de Mestre: *Ônus est magister vester*". (ANÍSIO, 1955, p.224-225)

Para a boa execução da prática educativa do professor, segundo a concepção defendida por Anísio, o docente tem que possuir os seguintes caracteres: autoridade, amor, virtude (baseada em princípios cristãos) e ciência. Sem estes elementos o professor não é capaz de levar a bom termo a educação da juventude. Em relação à autoridade, o autor a coloca como um dos "fundamentos da pedagogia" e essencial para na formação da consciência moral do aluno,

Não se compreende, magistério sem autoridade, educação sem disciplina (...), a autoridade é necessária, não para destruir a natureza, mas para ajudá-la, confortá-la, robustecê-la, para formar a consciência moral, subordinar os instintos à razão e dar ao homem a verdadeira liberdade, levando-o ao senhorio perfeito de si mesmo. Assim, o princípio de autoridade é o fundamento da pedagogia, o primeiro e principal caráter do ofício educativo. Longe de ser contrário à liberdade, ela é, como diz ilustre pedagogo italiano, a que favorece a libertação do homem, ensinando-o a agir segundo a reta razão e a boa vontade. A autoridade no mestre corresponde a obediência no discípulo e ela vem ajuntar-se o amor, a virtude e a ciência, dotes que devem exornar a pessoa do mestre. (ANÍSIO, 1955, p.229 - 230)

Nos discursos, do autor nota-se que a escola não poderia se separar da religião, pois a mesma dá "significação e valor absoluto à vida, torna-a proveitosa e criadora". Ocorrendo a separação, aconteceria à mutilação da consciência humana, a desagregação harmônica da alma, na qual, resultaria na decadência da nossa cultura, ou seja, retrocederia à selvageria da humanidade.

Nas discussões sobre a prática pedagógica dos professores o autor, destaca no primeiro capítulo, da segunda parte da obra, intitulado como “Didática Geral ou Teoria do Ensino”, e traz noções preliminares sobre a didática, destacando-a com uma parte especial da Pedagogia. Na qual é entendida como,

uma ciência prática ou normativa e pode definir-se um complexo de normas e regras, subordinadas entre si e estabelecidas pelo estudo científico do ensino, por meio das quais o mestre consegue que o aluno aprenda com a maior facilidade, clareza e convicção possível. (ANÍSIO, 1955, p, 513)

Nesse sentido, observa-se que, a didática se constitui como uma ferramenta essencial no processo de ensino aprendizagem do aluno e na prática pedagógica do professor. Uma vez que, segundo Anísio (1955), ela proporciona que o docente “ajude ao aluno a entender, a guiá-lo, a dirigir sua inteligência” (idem, p, 514).

Continuando, Anísio (1955), discute a divisão da didática como sendo – geral e especial, na primeira – estuda os métodos e processos comuns a todo o ensino. Já segunda- trata da maneira de ensinar cada disciplina.

Nesta perspectiva, as discussões pedagógicas são voltadas também ao entendimento sobre: Teoria e Método (com definição, classificação, aplicações pedagógicas e princípios). Prosseguindo, o autor destaca orientações de Organização da Escola (com discussões sobre admissão e classificação dos alunos, distribuição do horário escolar, e preparação das lições).

Assim, inicia com a definição do método, como o “caminho reto que o homem segue para chegar ao fim posposto”. Em seguida, destaca que, o método é dividido em: *inventivos* – quando o homem quer descobrir a verdade; *demonstrativos* – ocorrer quando quer prová-lo e defendê-lo; e, *didáticos* – ocorrer quando o homem quer comunicar e ensinar. Continuando, o autor enfoca as subdivisões destes métodos, como podemos observar na figura 15,

Estes três métodos gerais compreendem todos os outros *especiais* que divergem segundo os intentos vários dos raciocínios.

OS MÉTODOS LÓGICOS E O MÉTODO DIDÁTICO.

Os dois primeiros métodos: o *inventivo* e o *demonstrativo* são propriamente da alçada da Lógica e não se devem confundir, por via alguma, com o *método didático*.

Este difere dos métodos *lógicos*, tanto do inventivo como do demonstrativo; do primeiro, porque não visa a descobrir verdades novas, mas a comunicar ao aluno verdades já conhecidas do mestre; e do segundo, porque não se restringe a provar a verdade, a considerar a ciência em si mesma, mas também se preocupa — e isto é o principal — com as disposições psicológicas do aluno, com o seu estado de ânimo, devendo acomodar-se à sua índole e capacidade.

DEFINIÇÃO DO MÉTODO DIDÁTICO — O método didático é, pois, a ordem que estabelece o mestre em seus pensamentos e raciocínios para comunicar a verdade a seus discípulos, ou ainda: “A arte de conduzir o aluno a aprender as verdades que lhe são ensinadas”.

MÉTODO ANALÍTICO E SINTÉTICO — O método didático divide-se em *analítico* e *sintético*. Esta divisão funda-se na *ordem diversa*, em que se sucedem as operações de nossa mente.

Não há senão dois caminhos a seguir, dois pontos de partida: ou a inteligência procede de um fato qualquer, de um *tudo*, de um *particular*, de um *efeito*, para determinar os *princípios*, a *lei* a *causa*, ou, ao invés, parte dos *princípios*, do *universal*, da *causa* para chegar aos fatos.

No primeiro caso, faz-se uma *decomposição*, uma análise, donde vem o nome de método *analítico*; no segundo caso, opera-se uma *composição*, uma *síntese* e o método chama-se *sintético*.

Figura 15– Definição dos métodos e subdivisão. Fonte: (ANÍSIO, 1955, p, 520)

A discussão sobre método é realizado, destacando a diferença entre métodos lógicos e didáticos, e a divisão que ocorre dentro dos próprios métodos. Para complementar, Anísio (1955), indica algumas questões para estudo sobre a temática, explorando o conteúdo, e ao mesmo tempo, estingando o aluno a expor seu entendimento a cerca da discussão através de análises e explicações, como podemos verificar na figura 16,

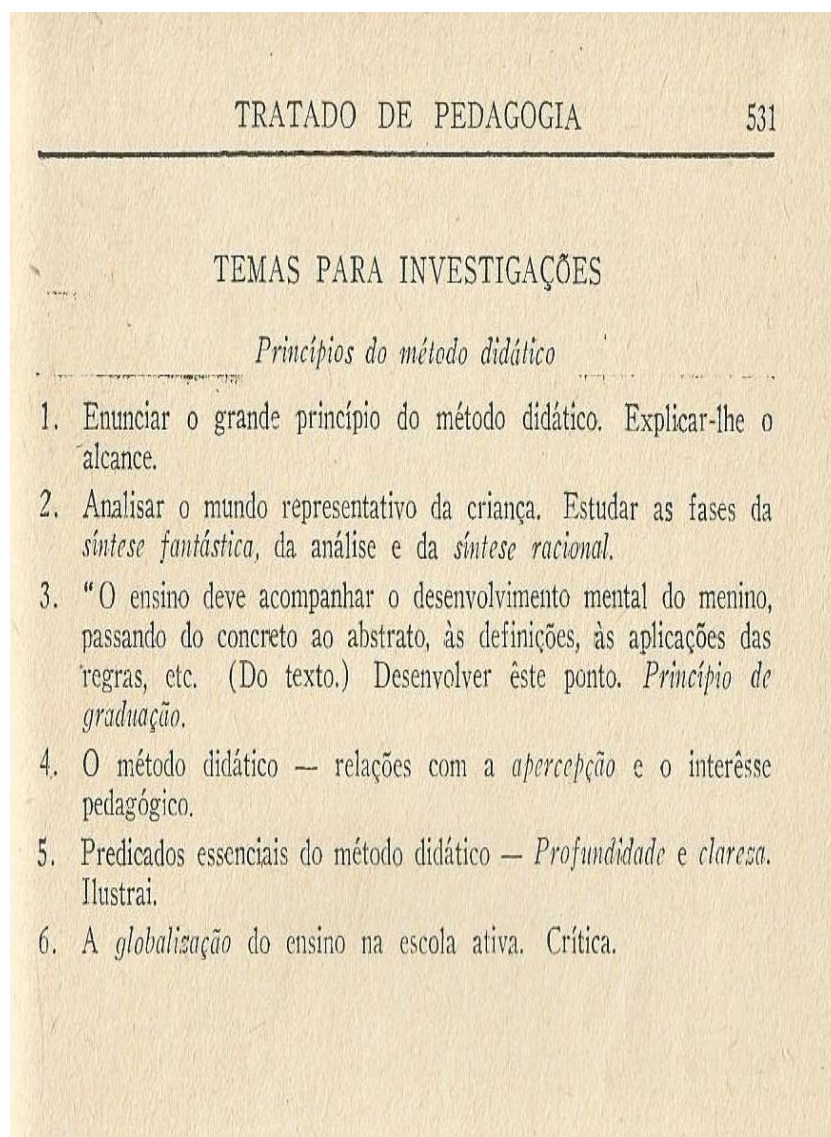


Figura 16 – Questionamentos para estudos. Fonte: (ANÍSIO, 1955, p, 531)

Ainda no segundo capítulo, Anísio (1955), traz a diferença entre método e processos de ensino, destacando como,

processos de ensino – são os meios de que se vale o mestre para excitar a mente do aluno. São os meios peculiares empregados na aplicação de um método. Método – é o caminho seguido pelo mestre, no ensinamento das verdades, segundo uma dada ordem e princípios logicamente combinados. Os Métodos indicam a marcha geral do ensino. Os processos são auxílios e indústrias de que o mestre lança

mão para conseguir o fim do ensinamento. (ANÍSIO, 1955, p, 535)

Assim, podemos observar que, no decorrer do capítulo o autor vem discutindo e conceituando método e processos de ensino, no intuito de favorecer a análise e percepção das diferenças entre os termos. Nesta mesma perspectiva, o autor ainda destaca as diversas formas de ensino, como: forma expositiva – na qual o professor apresenta os discursos, expõe o que sabe e cabe aos alunos ouvi-lo; forma inventiva – é oriunda de levantamentos através de perguntas e respostas, encadeadas entre si, formando um diálogo entre professor e aluno.

Nos aspectos referentes aos “processos de ensino”, o mesmo é dividido em: formas de ensino: forma expositiva, na qual o “mestre apresenta as verdades num discurso seguido, expõe o que sabe, discorre de uma maneira ininterrupta, sem que os alunos tenham que procurar a verdade, estes se limitam a ouvi-lo”. Forma inventiva – refere-se ao momento de “perguntas e respostas, encadeadas entre si, formando-se um verdadeiro diálogo em que intervêm mestre e aluno”. E, modo de ensino: modo individual – quando o professor atende o aluno em particular; modo simultâneo – é aquele em que o professor instrui todos os alunos ao mesmo tempo; e, modo mútuo - quando o professor instrui os alunos utilizando-se de monitores.

O capítulo três refere-se à “Organização Escolar”, no início o autor enfoca sobre a admissão e classificação dos alunos superficialmente, o mesmo discute acerca da diferenciação entre a escola educativa e profissional, na qual, a primeira visa dar aos alunos a cultura liberal, a par da formação moral e dos hábitos e virtudes. E, a segunda, destaca a preparação do aluno para exercer um determinado ofício, uma arte ou profissão especial. Complementa esse, tópico com algumas orientações para os primeiros contatos com os alunos,

No primeiro bimestre, o ensino tem a forma de palestra e de conversação. Este estudo individual dos alunos é necessário para proceder – se a classificação tão exata quanto possível, segundo o grau de desenvolvimento, os talentos, as aptidões e a idade de cada um. Este período destina-se também a

preparar o aluno à aprendizagem da leitura, da escrita e do desenho, porquanto os jogos estimulam no menino o apetite de imitação e assim o dispõem aos exercícios escolares, (...) nos períodos seguintes vai se introduzindo o aluno, lento a lento, no estudo das disciplinas. (ANÍSIO, 1955, p, 551 - 552)

No que diz respeito, a organização pedagógica dos registros da vida escolar, o autor destaca como recursos importantes: o livro de matrícula - que serve para nos informar do movimento dos alunos que compõem a escola, neles são registrados dados de identificação do aluno, assim, como observações relativas ao processo de aprendizagem do aluno e acompanhamento da família. Livro de chamada e de notas – serve para marcar o comparecimento ou falta dos alunos, o progresso na instrução, a boa ou má conduta, disciplina e qualidade especiais de seu espírito, quanto à atenção, à memória, à imaginação, à inteligência, etc.

Diante o exposto, podemos verificar que ao longo do manual, é claramente perceptível a valorização dos princípios da doutrina católica na educação, assim como o reforço sucessivo de afirmações que relacionam educação e catolicismo.

As discussões sobre a formação do professor e as práticas pedagógicas são oriundas, segundo entendimento do autor, a partir do princípio da Escola Ativa de “liberdade de movimento” para professor e aluno. Anísio destaca muito bem os conteúdos de caráter mais teóricos, com discussões baseadas em diversos autores de várias áreas da educação.

4- CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir das análises realizada para a efetivação da pesquisa ora relatada, optamos, inicialmente por retomar as discussões desenvolvidas em cada capítulo, enfatizando as questões que nortearam nossa pesquisa, prosseguindo apontamos alguns pontos conclusivos.

Diante as leituras realizadas para a construção dessa pesquisa nos fez entender melhor como se configurou o contexto da elaboração do manual didático; o entendimento das orientações metodológicas nos manuais, que auxiliavam os professores na prática escolar e os demais conteúdos teóricos que norteava nos estudos e desenvolvimento de suas aulas.

No primeiro capítulo, descrevemos o percurso da pesquisa, discutindo inicialmente sobre as perspectivas de pesquisas no âmbito da História da Educação, sobre o manual didático, destacando alguns autores, que desde 1960 veem desenvolvendo trabalhos tendo com fonte de pesquisa esse excelente instrumento.

Percebemos que, no decorrer dos anos essa fonte recebeu diversas nomenclatura, e os aspectos analisados perpassam desde sua elaboração ao manuseio, seja, pelo professor ou aluno.

Nesse sentido, procuramos compreender nos manuais didáticos as discussões distribuídas no decorrer das obras, no intuito de conhecermos os conteúdos selecionados para compor a mesma, e para auxiliar os professores e futuros profissionais do magistério, assim, como as orientações pedagógicas.

Esse capítulo traz em si, a introdução da nossa pesquisa, perpassando também pela escolha da temática, os objetivos, as discussões conceituais e metodológicas.

Com relação ao segundo capítulo, compreendemos que, nos estudos sobre a história dos manuais didáticos verifica-se que, este recurso esteve presente em praticamente todo o processo de institucionalização do sistema educacional no Brasil, servindo de fonte de conhecimento tanto para professores quanto alunos, com direcionamento do que se devia ser estudado nas escolas e a metodologia utilizada para aplicação dos conteúdos. Nesse

percurso, o manual didático tornou-se uma das maiores tradições da cultura escolar brasileira.

De acordo com o momento histórico da produção e circulação dos manuais, nos faz refletir sobre sua periodização que, além de apresentar as prescrições oficiais para o ensino da Pedagogia nos cursos de formação de professores, esses manuais foram elaborados com a expectativa de responder a um anseio do momento histórico de sua produção.

No tocante ao terceiro capítulo, nos restringimos às análises dos manuais, com ênfase às orientações, discussões metodológicas e formação dos professores, na qual encontram-se uma síntese dos saberes e das práticas pedagógicas, predominantemente, do ideário escolanovista e que eram consideradas necessárias para que os futuros professores pudessem exercer, com eficiência e êxito, suas atividades no magistério primário, especialmente as referentes ao ensino da leitura e escrita.

Os manuais demonstram há necessidade do professor conhecer o problema da educação, para poder educar corretamente, ou seja, de acordo com a sua época, com a sociedade em que vive em concordância com as aspirações do momento, mas também para poder avaliar as novas ideias, os propósitos e as reformas.

As análises nos proporcionaram perceber a multiplicidade de estratégias empreendidas, no intuito de disseminar as ideias e concepções de ensino e educação entre os professores, e, conseqüentemente, influenciar suas práticas pedagógicas.

Os manuais didáticos foram referenciados pelos autores no nosso entendimento para a utilização efetiva pelos professores por duas formas: como manuais e como livros de pesquisas. Quando usados como manuais, tendo a função de complementar a aula expositiva, com a apresentação de textos, exercícios e discussões de conteúdos; como livro de consulta ou de pesquisas, seguido de discussões teóricas e indicações de referências de diversos autores sobre as temáticas discutidas no decorrer das obras.

O manual de D'Ávila apoia-se em quadros estatísticos e de recenseamentos, programas educacionais, faz breves introduções para iniciar determinados assuntos, traz índice de livros que possam servir para estudos, pesquisas, modelos de questionário para pesquisas, sugestões de leitura

complementares, problemas ou sugestões para estudo e debates bem como modelos de programas diversos, assim, como modelo de estatutos e leis que regem a administração de escolas.

Vale salientar ainda que, o autor expõe com clareza para os professores ativos e futuros professores, os problemas referentes à aprendizagem, e defende o ideário que o professor deve recorrer às técnicas de leituras, aos estudos sobre os diferentes métodos, antes mesmo, de vivenciar sua prática nas escolas primárias, compreendido assim, como momentos de estudos, observações e avaliação. Uma vez que, na própria obra existem referências de autores que discutem aspectos referentes à educação.

Com relação ao manual pedagógico de Anísio, observamos que o autor destaca suas concepções baseadas no ideário religioso. E, no decorrer da obra defende a educação e a prática pedagógica como uma coisa divina, que representa na pessoa do professor a expressão viva da brisa divina.

Compreendemos que, esse manual possibilitou na época aos professores apreenderem sobre os diversos aspectos da educação e prática pedagógica, através de uma obra moderna, que traz referências de diversos autores, nas diferentes áreas.

De acordo com os principais aspectos analisados nos manuais durante a pesquisa, podemos concluir que o manual didático se expressa como uma ferramenta muito importante no processo de ensino-aprendizagem, tanto no auxílio do aluno quanto na prática pedagógica dos professores, trazendo conceitos teóricos, questões complementares para estudos, sugestões de pesquisas e referências, que auxiliam na sala de aula.

No tocante ao método adotado pelos autores verificamos que, consiste no modelo de texto corrido e explicativo, os conteúdos são apresentados de forma mais descritiva e contínua, nos quais proporcionam um aparato pedagógico pertinente para época.

Diante do exposto, concluímos que o manual didático, dentre outras fontes de pesquisas em História da Educação, se configura como uma fonte valiosa para o estudo das práticas pedagógicas e, ainda, afirmamos o processo de análises das obras apresentadas, ao mesmo tempo em que nos traz respostas para algumas questões, outras indagações também vão surgindo.

Percebe-se que, os autores dos manuais debatiam questões de aprendizagem que persistem até os dias atuais. Buscavam produzir manuais capazes de situar os alunos e professores em suas diversas áreas, compondo textos que possibilitavam a discussão teórico-prática.

Por fim, apontamos que, os manuais didáticos são constituídos como um instrumento pedagógico de investigação, na qual, auxiliam no processo de leitura e no desenvolvimento da escrita. Sendo, portadores das noções essenciais de uma ciência cujos textos são orientados a partir dos programas escolares.

REFERÊNCIAS:

ALBUQUERQUE, Maria Adailza M. de. **O livro didático local de Geografia em Pernambuco**. In. Simpósio Internacional Livro Didático – Educação e História. São Paulo: USP, 2008.

_____. **Livros Didáticos Publicados em Pernambuco e Paraíba: contribuições para a história da disciplina escolar Geografia**. In: VI Encontro Nacional de Ensino de Geografia - Fala professor, 2007, Uberlândia. Anais do VI Encontro Nacional de Ensino de Geografia - Fala Professor. Uberlândia: AGB/ IG/ UFU, 2007 a. V. 1. CD-ROM.

ALVES, Gilberto Luiz. **Manuais Didáticos de História do Brasil no Colégio Pedro II: do Império às Primeiras décadas da República**. Revista HISTEDBR On-line, Campinas, n.35, p 230-249, set. 2009

ANÍSIO. M. P. **Tratado de Pedagogia – Para uso das Faculdades de Filosofia, das Escolas de Professores e Instituto de Educação**. Edição da Organização Simões. Rio de Janeiro. 1955.

BITTENCOURT, C. M. F. **Livro Didático e Saber Escolar (1810 – 1910)**. Editora Autêntica. Belo Horizonte. 2008.

_____, C. M. F. **Em foco: história, produção e memória do livro didático**. In: **Educação e Pesquisa**, São Paulo, 2004, v. 30, n. 3. p. 471-473.

_____, Circe Maria Fernandes. **Livro didático e conhecimento histórico: uma História do saber escolar**. Tese de doutorado defendida junto a Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP. São Paulo: USP, 1993.

CARDOSO, C. A. A. IN: KULESZA, W. A (Orgs.). **A Escola e a Igreja nas Ruas da Cidade**. Editora Universitária da UFPB. João Pessoa – PB. 2010.

COSTA, Wanderly Ferreira; FREITAG, Bárbara; MOTTA, Valéria Rodrigues. **O histórico do livro didático no Brasil**. In. O Estado da Arte do livro didático no Brasil. Brasília: INEP, 1987.

CHATIER, R. **A História cultural: entre práticas e representações**. Lisboa, DIFEL. Rio de Janeiro. 1990.

CHERVEL, A. **História das disciplinas escolares: reflexões sobre um campo de pesquisa**. Teoria & Educação. Porto Alegre, n. 2. 1990.

CHOPPIN, Alain. **História dos livros e das edições didáticas: sobre o estado da arte**. In: Educação e Pesquisa. [online]. São Paulo, 2004, v. 30, n. 3, pp. 549-566.

D'ÁVILA, A. **Práticas escolares**. 8ª Edição. Saraiva. São Paulo. 1958.

FERRARO, *Juliana Ricarte*. **A produção dos livros didáticos: uma reflexão sobre imagem, texto e autoria**. Cadernos do CEOM - Ano 25, n. 34 - Arquivos e tecnologias digitais. Santa Catarina. 2011. Disponível em: <http://bell.unochapeco.edu.br/revistas/index.php/rcc/article/viewFile/973/542>. Acesso em 16 de Outubro de 2012.

GATTI JÚNIOR, Décio. **A História das Instituições Educacionais: Inovações paradigmáticas e temáticas**. IN: JÚNIOR, Décio Gatti & ARAUJO, José Carlos Souza. (orgs). Novos Temas em História da Educação Brasileira – Instituições Escolares e Educação na Imprensa. Campinas, São Paulo. Autores Associados, Uberlândia, MG: EDUFU. 2002. p, 3-24.

_____, **A História e a historiografia das instituições escolares**. In: LOMBARDI, J. C. & SAVIANI, D. (orgs). Navegando pela História da Educação

Brasileira – 20 anos de HISTEDBR. Campinas, SP. Autores Associados. 2004. p, 239- 258.

JÚLIA, D. **A cultura escolar como objeto histórico**. Revista Brasileira de História da Educação. n. 1, jan/jun. Campinas, 2001. Disponível em: <http://www.sbhe.org.br/novo/rbhe/RBHE1.pdf>. Acesso em 14 de outubro de 2011.

NUNES, Clarice. **História da educação brasileira: novas abordagens de velhos objetos**. Teoria & Educação. n. 6, 1992, p. 151-182. Disponível em: <http://www.bvanisioteixeira.ufba.br/artigos/historia.html>. Acesso em 12 de setembro de 2011.

OLIVEIRA, João Batista Araújo; GUIMARÃES, Sonia Dantas Pinto; BOMENY, Helena Maria Bousquet. **A política do livro didático**. Campinas: Ed. Unicamp, 1984.

RICHARDSON, Roberto Jarry (Colab). **Pesquisa Social: métodos e Técnicas**. – 3.ed.. São Paulo: Atlas, 1999.

STAMATTO, M. I. S. **Formação e profissionalização docente: da tutela da igreja ao controle do estado – Brasil Colonial, Imperial e Primeira República**. In: Educação, direitos humanos e inclusão social: histórias, memórias e políticas educacionais. In: ANANIAS, M. & PINHEIRO, A. C. F. Volume 2. Editora Universitária – UFPB. João Pessoa – PB. 2009.

TREVISAN, T. A. **A Pedagogia por meio de Pedagogia: Teoria e Prática (1954), de Antônio D'Ávila**. FFC – UNESP. 2003. Disponível em: <http://sbhe.org.br/novo/congressos/cbhe3/Documentos/Individ/Eixo4/312.pdf>, acesso em: 21 de Maio de 2013.

VIDAL, D. G. **Cultura e Prática Escolares: uma reflexão sobre documentos e arquivos escolares**. SOUZA, R. F & VALDEMARIN, V. T. In: A Cultura Escolar em Debate – questões conceituais, metodológicas e desafios para a pesquisa. Autores Associados. São Paulo. 2010.

ANEXOS

ANEXO 01 – DECRETO LEI Nº 1.006, de 30 de Dezembro de 1938

XXVIII

LIVRO DIDÁTICO

Reproduzimos na íntegra o Decreto-lei n.º 1.006, sobre o livro didático, com modificações nele introduzidas por vários decretos posteriores. (1)

Logo após a publicação do primeiro, a Comissão de Estudos da Diretoria do Serviço de Orientação Pedagógica (2) realizou interessante estudo de seus itens e organizou quatro fichas para o julgamento dos livros compreendidos no referido decreto-lei. Pretendia o Departamento de Educação, oferecê-las como contribuição paulista à Comissão Nacional do Livro Didático, instituído por aquele decreto. Circunstâncias diversas, porém, impediram que isso fosse feito, motivo porque vão elas aqui reproduzidas.

Manda a honestidade profissional declarar que as fichas em apêço foram inspiradas em modelo oficial, de outras, organizadas pela Comissão de Revisão de Leitura Didática do Departamento de Educação.

DECRETO-LEI N.º 1.006, DE 30 DE DEZEMBRO DE 1938

Estabelece as condições de produção, importação e utilização do livro didático

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

CAPÍTULO I

Da elaboração e utilização do livro didático.

Art. 1.º — É livre, no país, a produção ou a importação de livros didáticos.

Art. 2.º — Para os efeitos da presente lei, são considerados livros didáticos os compêndios e os livros de leitura de classe.

§ 1.º — Compêndios são os livros que exponham, total ou parcialmente, a matéria das disciplinas constantes dos programas escolares.

§ 2.º — Livros de leitura de classe são os livros usados para leitura dos alunos em aula.

Art. 3.º — A partir de 1.º de janeiro de 1940, os livros didáticos que não tiverem tido autorização prévia, concedida pelo Ministério da Educação, nos termos desta lei, não poderão ser adotados no ensino das escolas pré-primárias, primárias, normais, profissionais e secundárias, em toda a República.

Parágrafo único — Os livros didáticos próprios do ensino superior independem da autorização de que trata este artigo, nem estão sujeitos às demais determinações da presente lei mas é dever dos professores orientar os alunos, a fim de que escolham as boas obras, e não se utilizem das que lhes possam ser perniciosas à formação da cultura.

(1) Ver nota no fim do capítulo.

(2) Faziam parte dessa Comissão os professores: Vicente Peixoto, José B. Madeira, D. D. Maria Odila Guimarães Bueno, Adalvíia de Toledo, Matilde Brasiliense, Dirce Ribeiro, Palmira A. Sampaio, Maria Aparecida Pimenta, Haidê Bueno de Camargo e Mayre Fabrício de Barros.

Art. 4.º — Os livros didáticos editados pelos poderes públicos não estarão isentos da prévia autorização do Ministério da Educação, para que sejam adotados no ensino pré-primário, primário, normal, profissional e secundário.

Art. 5.º — Os poderes públicos não poderão determinar a obrigatoriedade de adoção de um só livro ou de certos e determinados livros para cada grau ou ramo de ensino, nem estabelecer preferência entre os livros didáticos de uso autorizado, sendo livre aos diretores, nas escolas pré-primárias e primárias, e aos professores, nas escolas normais, profissionais e secundárias, a escolha de livros para uso dos alunos, uma vez que constem da relação oficial das obras de uso autorizado, e respeitada a restrição formulada no artigo 25 desta lei.

Parágrafo único — A direção das escolas normais, profissionais e secundárias sejam públicas ou particulares, não poderão, relativamente ao ensino desses estabelecimentos, praticar os atos vedados no presente artigo.

Art. 6.º — É livre ao professor a escolha do processo de utilização dos livros adotados, uma vez que seja observada a orientação didática dos programas escolares.

Parágrafo único — Fica vedado o ditado de lições constantes dos compêndios ou o ditado de notas relativas a pontos dos programas escolares.

Art. 7.º — Um mesmo livro poderá ser adotado, em classe, durante anos sucessivos. Mas o livro adotado no início de um ano escolar, não poderá ser mudado no seu decurso.

Art. 8.º — Constitui uma das principais funções das caixas escolares, a serem organizadas em todas as escolas primárias do país, com observância do disposto no art. 130 da Constituição, dar às crianças necessitadas, nessas escolas matriculadas, os livros didáticos indispensáveis ao seu estudo.

CAPÍTULO II

Da Comissão Nacional do Livro Didático

Art. 9.º — Fica instituída, em caráter permanente, a Comissão Nacional do Livro Didático.

§ 1.º — A Comissão Nacional do Livro Didático se comporá de sete membros, que exercerão a função por designação do Presidente da República, e serão escolhidos dentre pessoas de notório preparo pedagógico e reconhecido valor moral, das quais duas especializadas em metodologia das línguas, três especializadas em metodologia das ciências e duas especializadas em metodologia das técnicas.

§ 2.º — Os membros da Comissão Nacional do Livro Didático não poderão ter nenhuma ligação de caráter comercial com qualquer casa editora do país ou do estrangeiro.

§ 3.º — Os membros da Comissão Nacional do Livro Didático perceberão, por sessão a que comparecerem, a diária de cem mil-réis, limitado, porém, a um conto de réis, o máximo dessa vantagem em cada mês.

Art. 10 — Compete à Comissão Nacional do Livro Didático:

- a) examinar os livros didáticos que lhe forem apresentados, e proferir julgamento favorável ou contrário à autorização de seu uso;
- b) estimular a produção e orientar a importação de livros didáticos;
- c) indicar os livros didáticos estrangeiros de notável valor, que mereçam ser traduzidos e editados pelos poderes públicos, bem como sugerir-lhes a abertura de concurso para a produção de determinadas espécies de livros didáticos de sensível necessidade e ainda não existentes no país;
- d) promover, periodicamente, a organização de exposições nacionais dos livros didáticos cujo uso tenha sido autorizado na forma desta lei.

Art. 11 — O expediente administrativo da Comissão Nacional do Livro Didático ficará a cargo de uma secretária, que será dirigida por um secretário, designado pelo Ministro da Educação, dentre os funcionários efetivos de seu Ministério.

Parágrafo único — Todo o demais pessoal, efetivo ou extranumerário da Secretaria da Comissão Nacional do Livro Didático será constituído na forma da lei.

CAPÍTULO III

Do processo de autorização do livro didático

Art. 12 — A autorização para uso do Livro Didático será requerida pelo interessado, autor ou editor, importador ou vendedor, em petição dirigida ao Ministro da Educação, à qual se juntarão três exemplares da obra, impressos ou datilografados, acompanhados nesta última hipótese, de uma via dos desenhos, mapas ou esquemas, que da mesma forem parte integrante.

Parágrafo único — É vedado aos membros da Comissão Nacional do Livro Didático requerer autorização para uso de obras de sua autoria.

Art. 13 — As petições de autorização serão encaminhadas à Comissão Nacional do Livro Didático, que tomará conhecimento das obras a examinar, segundo a ordem cronológica de sua entrada no Ministério da Educação.

§ 1.º — Com relação a cada obra, a Comissão Nacional do Livro Didático proferirá julgamento, mencionando os motivos precisos da decisão e concluindo pela outorga ou recusa da autorização de seu uso.

§ 2.º — A Comissão Nacional do Livro Didático poderá, na sua decisão, indicar modificações a serem feitas no texto da obra examinada para que se torne possível a autorização de seu uso. Nesta hipótese, deverá a obra, depois de modificada, ser novamente, submetida ao exame da Comissão Nacional do Livro Didático, para decisão final.

§ 3.º — Do julgamento não unânime da Comissão Nacional do Livro Didático, caberá recurso para o Ministério da Educação, que dê decisão ouvido o Conselho Nacional de Educação.

§ 4.º — Resolvida a matéria por qualquer das formas dos parágrafos anteriores, será a solução publicada, e comunicada ao interessado. A publicação e a comunicação de que a obra teve o uso autorizado farão menção do número de registro de que trata o art. 17 desta lei.

Art. 14 — Quando a Comissão Nacional do Livro Didático autorizar o uso de um livro, à vista dos originais datilografados, deverá fornecer ao autor ou ao editor recomendações quanto à sua impressão.

Parágrafo único — Depois de impresso, deverá o livro ser submetido novamente ao exame da Comissão Nacional do Livro Didático, para as necessárias verificações.

Art. 15 — Sempre que a Comissão Nacional do Livro Didático julgar conveniente, poderá solicitar o parecer de especialistas a ela estranhos, para maior elucidação da matéria sujeita ao seu exame.

Art. 16 — As reedições de livros didáticos, cujo uso tenha sido autorizado, poderão ser feitas, caso não incluam importantes edições ou alterações, independentes de nova petição, mas deverão ser comunicadas à Comissão Nacional do Livro Didático: caso sejam nelas incluídas tais edições ou alterações, a petição de nova autorização deverá ser feita, na forma desta lei.

Art. 17 — De cada livro, cujo uso fôr autorizado, fará a Comissão Nacional do Livro Didático, registro especial, devidamente numerado, de que constem todas as indicações a ele relativas, inclusive um sumário de sua matéria.

Art. 18 — O Ministério da Educação fará publicar, no "Diário Oficial", em janeiro de cada ano, a relação completa dos livros didáticos de uso autorizado, agrupados segundo os graus e ramos do ensino, e apresentados, em cada grupo, pela ordem alfabética dos autores.

Parágrafo único — A menção de cada livro será acompanhada de todas as indicações a que se refere o art. 17 desta lei.

Art. 19 — Os livros didáticos, cujo uso tenha sido autorizado na forma desta lei, deverão conter na capa, impresso diretamente ou por meio de etiqueta, os seguintes dizeres: Livros de uso autorizado pelo Ministério da Educação. Em seguida, entre parêntesis, declarar-se-á ainda o número do registro feito pela Comissão Nacional do Livro Didático, pela maneira seguinte: (Registro n.º).

CAPÍTULO IV

Das causas que impedem a autorização do livro didático

Art. 20 — Não poderá ser autorizado o uso do livro didático:

- a) que atente, de qualquer forma, contra a unidade, a independência ou a honra nacional;
- b) que contenha, de modo explícito ou implícito, pregação ideológica ou indicação da violência contra o regime político adotado pela Nação;
- c) que envolva qualquer ofensa ao Chefe da Nação, ou autoridades constituídas, ao Exército, à Marinha ou às demais instituições nacionais;
- d) que despreze ou escureça as tradições nacionais, ou tente deslustrar as figuras dos que se bateram ou se sacrificaram pela pátria;
- e) que encerre qualquer afirmação ou sugestão, que induza o pessimismo quanto ao poder e ao destino da raça brasileira;
- f) que inspire o sentimento da superioridade ou inferioridade do homem de uma região do país, com relação ao das demais regiões;
- g) que incite ódio contra as raças e as nações estrangeiras;
- h) que desperte ou alimente a oposição e a luta entre as classes sociais;
- i) que procure negar ou destruir o sentimento religioso, ou envolva combate a qualquer confissão religiosa;
- j) que atente contra a família, ou pregue ou insinue contra a indissolubilidade dos vínculos conjugais;
- k) que inspire o desamor à virtude, induza o sentimento da inutilidade ou desnecessidade do esforço individual, ou combata as legítimas prerrogativas da personalidade humana.

Art. 21 — Será ainda negada autorização de uso ao livro didático:

- a) que seja escrito em linguagem defeituosa, quer pela incorreção gramatical, quer pelo inconveniente ou abusivo emprego de termos ou expressões regionais ou da gíria, quer pela obscuridade do estilo;
- b) que apresente o assunto com erros de natureza científica ou técnica;
- c) que esteja redigido de maneira inadequada, pela violação dos preceitos fundamentais da pedagogia ou pela inobservância das normas didáticas oficialmente adotadas, ou que esteja impresso em desacordo com os preceitos essenciais da higiene da visão;
- d) que não traga por extenso o nome do autor ou autores;
- e) que não contenha a declaração do preço de venda, o qual não poderá ser excessivo em face do seu custo.

Art. 22 — Não se concederá autorização, para uso no ensino primário, de livros didáticos que não estejam escritos em língua nacional.

Art. 23 — Não será autorizado o uso do livro didático que, escrito em língua nacional, não adote a ortografia estabelecida por lei.

Art. 24 — Não poderá ser negada autorização para uso de qualquer livro didático, por motivo de sua orientação religiosa.

CAPÍTULO V

Disposições gerais e transitórias

Art. 25 — A partir de 1.º de janeiro de 1940, será vedada a adoção de livros didáticos de autoria do professor, na sua classe, do diretor, na sua escola, e qualquer outra autoridade escolar de caráter técnico ou administrativo, na circunscrição sobre que se exercer sua jurisdição, salvo se esse livro fôr editado pelos poderes públicos.

Art. 26 — Fica proibida a prática de atos de propaganda favorável ou contrária a determinado livro didático, dentro das escolas.

Parágrafo único — A proibição deste artigo não impede que autores, editores e livreiros, ou representantes seus, remetam exemplares de obras de uso autorizado, bem como circulares, prospectos ou folhetos explicativos sobre as mesmas, aos professores, ou aos diretores das escolas.

Art. 27 — É vedado a professores ou a quaisquer outras autoridades escolares de caráter técnico ou administrativo tornarem-se agentes ou representantes de autores, editores ou livreiros, para venda ou propaganda de livros didáticos, ainda que tais atos se pratiquem fora das repartições ou estabelecimentos em que trabalham.

Art. 28 — Uma vez autorizado o uso de um livro didático, o preço de sua venda não poderá ser alterado, sem prévia licença da Comissão Nacional do Livro Didático.

Art. 29 — Serão impostas as seguintes penalidades:

a) ao autor ou editor que, violando a disposição da segunda parte do art. 16 desta lei, fizer constar do livro didático, a declaração de uso autorizado e a todo aquele que incluir essa declaração em livro cujo uso não tenha sido autorizado, ou violar o dispositivo nos arts. 26 e 28 desta lei, a multa de um conto de réis a cinco contos de réis.

b) aos infratores da proibição constante do parágrafo único do art. 5.º ou dos arts. 25 e 27 desta lei, e ainda aos diretores das escolas pré-primárias ou primárias e aos professores das escolas normais, profissionais ou secundárias, que a partir de 1.º de janeiro de 1940, admitirem no ensino de sua responsabilidade, livros didáticos de uso não autorizado, a multa de cem mil-réis a dois contos de réis, se não forem empregados públicos, ou, se o forem, a suspensão, por quinze a sessenta dias.

§ 1.º — Nas reincidências, serão os infratores punidos com o dobro da multa, nos casos da alínea "a" deste artigo.

§ 2.º — A reincidência, nos casos da alínea "b" deste artigo, acarretará aos responsáveis a exoneração do cargo ou função que ocuparem.

Art. 30 — As penalidades de que trata o artigo anterior serão aplicadas, com relação aos particulares e aos empregados públicos federais, pelas autoridades federais, e, com relação aos empregados públicos estaduais e municipais, respectivamente, pelas autoridades estaduais e municipais.

Art. 31 — As autoridades federais, estaduais e municipais, prestarão uma às outras o necessário auxílio para a perfeita vigilância do cumprimento desta lei.

Art. 32 — Da imposição de uma penalidade por qualquer autoridade federal, estadual ou municipal, caberá recurso, uma vez, para a autoridade imediatamente superior, se a houver, dentro do prazo de vinte dias contados da data da respectiva comunicação à parte interessada.

Art. 33 — Será proibido o funcionamento do estabelecimento particular de ensino que não determinar o afastamento dos responsáveis pela reincidência nos casos da alínea "b" do art. 29 desta lei.

Art. 34 — Será apreendida a edição dos livros didáticos que contiverem a declaração de uso autorizado pelo Ministério da Educação, sem que essa autorização tenha sido concedida.

Art. 35 — Verificando que apesar de não ter o uso autorizado, circula no país livro didático, que, por incidir numa ou mais das hipóteses previstas nos arts. 20 a 21 desta lei, seja manifestamente pernicioso à formação espiritual da infância ou da juventude, a Comissão Nacional do Livro Didático, em exposição circunstanciada, o denunciará ao Ministro da Educação, o qual, aceitos os fundamentos da denúncia, providenciará a apreensão da respectiva edição.

Art. 36 — Aos livros didáticos escritos na língua nacional, editados até à data da publicação da presente lei, não será negada a autorização de uso, pelo fato de não adotarem a ortografia oficial.

Parágrafo único — Todavia, a partir de 1.º de janeiro de 1941, não poderão ser usados, nos estabelecimentos de ensino de todo o país, livros didáticos escritos na língua nacional, que não adotarem a ortografia oficial, sob pena de apreensão, a ser mandada fazer pelo Ministro da Educação.

Art. 37 — Os exemplares de livros didáticos, impressos ou datilografados, e os desenhos, mapas ou esquemas, de que trata o art. 12 desta lei, não são sujeitos ao selo previsto no n.º 60, da tabela B, que acompanha o regulamento, aprovado pelo Decreto n.º 1.137, de outubro de 1936.

Art. 38 — As despesas decorrentes da execução desta lei correrão em 1939, por conta dos recursos constantes subconsignação 26, da verba 3, do orçamento do Ministério da Educação já decretado para aquele exercício.

Art. 39 — Esta lei entrará em vigor, na data de sua publicação, no "Diário Oficial", e será divulgada pelos órgãos oficiais dos governos dos Estados e do Território do Acre.

Art. 40 — Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 30 de dezembro de 1938, 117.º da Independência e 50.º da República.

GETÚLIO VARGAS

GUSTAVO CAPANEMA

O regime do livro didático. Assinado o decreto-lei que dispõe sobre o assunto. — O Sr. Presidente da República acaba de assinar, no Ministério da Educação e Saúde, o seguinte decreto-lei, dispondo sobre o regime do livro didático, e que tomou o n.º 1.417. (De uma notícia):

"Art. 1.º — Fica revogado o parágrafo único do art. 12 do Decreto-lei n.º 1.006, de 30 de dezembro de 1938.

Art. 2.º — A autorização para o uso do livro didático, cuja autoria seja no todo ou em parte de algum membro da Comissão Nacional do Livro Didático, será requerida ao Ministro da Educação, com observância do disposto no art. 12 do Decreto-lei n.º 1.006, de 30 de dezembro de 1938. Recebido o livro, submetê-lo-á o Ministro da Educação ao exame de uma comissão especial de três membros por ele escolhidos dentre especialistas estranhos à Comissão Nacional do Livro Didático.

Art. 3.º — Observar-se-á, quanto ao processo de autorização do livro didático de que trata o artigo anterior, o disposto nos arts. 12 e 14 do Decreto-lei n.º 1.006, de 30 de dezembro de 1939, cabendo à comissão especial constituída para examiná-lo as atribuições da Comissão Nacional do Livro Didático.

Art. 4.º — Este decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação".

NOTA: Publicamos ainda hoje o Decreto-lei n.º 1.006 e outro, que o modificou, apenas como fundamento do plano de fichas elaborado sobre suas disposições.

— 1 —

PADRÃO DE FICHA PARA O JULGAMENTO DE LIVROS PARA O CURSO PRÉ-PRIMÁRIO

Dados para identificação do livro

N.º do protocolo:

Nome do livro

Nome do autor (por extenso)

Editor Sede da casa editora

N.º da edição Data da edição Preço

Grau a que se destina Já aprovado?

Onde? Quando?

Data em que foi aprovado pela Comissão Nacional do Livro Didático

.....

ANEXO 02 – DECRETO- LEI Nº. 8.460 DE 26 DE DEZEMBRO DE 1945



Senado Federal

Subsecretaria de Informações

Este texto não substitui o original publicado no Diário Oficial.

DECRETO-LEI N. 8.460 – DE 26 DE DEZEMBRO DE 1945

Consolida a legislação sobre as condições de produção, importação e utilização do livro didático.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição,

Decreta:

CAPÍTULO I

DA ELABORAÇÃO E UTILIZAÇÃO DO LIVRO DIDÁTICO

Art. 1º É livre no país, a produção ou a importação de livros didáticos, salvo daqueles total ou parcialmente escritos em língua estrangeira, quando destinados a uso de alunos nas escolas primárias.

Art. 2º Para os efeitos da presente lei, são consideradas livros didáticos os compêndios e os livros de leitura de classe.

§ 1º Compêndios são os livros que exponham, total ou parcialmente, a matéria das disciplinas constantes dos programas escolares.

§ 2º Livros de leitura de classe são os livros usados para leitura dos alunos em aula.

Art. 3º A partir da data a ser fixada pelo Ministro da Educação e Saúde, os livros didáticos que não tiverem tido autorização prévia, concedida nos termos desta lei, não poderão ser adotados no ensino das escolas primárias, normais, profissionais e secundárias, em todo o território nacional.

Parágrafo único. Os livros didáticos próprios do ensino superior independem da autorização de que trata este artigo, nem estão sujeitos às demais determinações da presente lei; mas é dever dos professores orientar os

alunos, a fim de que escolham as boas obras, e não se utilizem das que lhes possam ser perniciosas à formação da cultura.

Art. 4º Os livros didáticos editados pelos poderes públicos não estarão isentos da prévia autorização do Ministério da Educação e Saúde para que sejam adotados no ensino primário, normal, profissional e secundário.

Art. 5º Os poderes públicos não poderão determinar a obrigatoriedade de adoção de um só livro ou de certos e determinados livros para cada grau ou ramo de ensino nem estabelecer preferência entre os livros didáticos de uso autorizado, sendo livre aos professores de ensino primário, secundário, normal e profissional a escolha de livros para uso dos alunos, uma vez que constem da relação oficial das obras de uso autorizado.

Parágrafo único. A direção das escolas primárias, normais profissionais e secundárias, sejam públicas ou particulares, não poderá, relativamente, praticar os atos vedados no presente artigo.

Art. 6º É livre ao professor a escolha do processo de utilização dos livros adotados, desde que seja observada a orientação didática dos programas escolares, ficando vedado, porém, o ditado de lições constantes dos compêndios ou o de notas relativas a pontos dos programas.

Art. 7º Um mesmo livro poderá ser adotado, em classe, durante anos sucessivos; mas o livro adotado no início de um ano escolar não poderá ser mudado no seu decurso.

Art. 8º Constitui uma das principais funções das caixas escolares das escolas primárias, dar às crianças necessitadas, os livros didáticos indispensáveis ao seu estudo.

Art. 9º A publicação oficial de livros didáticos, para uso nos estabelecimentos de ensino do país, será atribuição do instituto nacional do Livro, segundo a regulamentação que fôr estabelecida

CAPÍTULO II

DA COMISSÃO NACIONAL DO LIVRO DIDÁTICO

Art. 10. Para os efeitos desta lei funcionará no Ministério da Educação e Saúde, em caráter permanente, a Comissão Nacional do Livro Didático.

Art. 11. A Comissão Nacional do Livro Didático compor-se-á de quinze membros, nomeados pelo Presidente da República, escolhidos dentre pessoas de notório preparo pedagógico e reconhecido valor moral.

Parágrafo único. Os membros da Comissão Nacional do Livro Didático não poderão ter nenhuma ligação de caráter comercial com qualquer casa editora do país ou do estrangeiro.

Art. 12. Compete à Comissão Nacional do Livro Didático:

a) examinar os livros didáticos que lhe forem apresentados, e proferir julgamento favorável ou contrário a autorização de seu uso;

b) estimular a produção e orientar a importação de livros didáticos;

c) indicar os livros didáticos estrangeiros de notável valor, que mereçam ser traduzidos e editados pelos poderes públicos, bem como sugerir-lhes a abertura de concurso para a produção de determinadas espécies de livros didáticos de sensível necessidade e ainda não existentes no país.

Art. 13. A Comissão Nacional do Livro Didático funcionará por meio de sub-comissões especializadas, que se reunirão e decidirão separada e independentemente.

Parágrafo único. A coordenação dos trabalhos da Comissão Nacional do Livro Didático ficará a cargo de um presidente, que será designado pelo Ministro de Estado, dentre os membros da Comissão.

Art. 14. Poderá o Ministro da Educação e Saúde designar comissões especiais de três ou cinco membros para proceder ao exame e julgamento dos livros didáticos cuja matéria não seja da especialidade das sub-comissões referidas no artigo anterior.

Parágrafo único. Quando se trate de livro didático, de autoria, seja no todo ou em parte, de algum membro da Comissão Nacional do Livro Didático, procederá o Ministro na forma estabelecida no art. 25.

Art. 15. Os membros da Comissão, Nacional do Livro Didático perceberão, a título de gratificação, cinquenta cruzeiros por sessão a que comparecerem, limitado o pagamento ao máximo de dez sessões por mês.

§ 1º Não poderá realizar-se, num mesmo dia, mais de uma sessão.

§ 2º Por parecer emitido sobre o valor das obras sujeitas ao seu julgamento, perceberá o relator setenta e cinco cruzeiros se se tratar de livro destinado ao ensino primário ou ao primeiro ciclo do ensino de segundo grau; e cem cruzeiros, se se tratar de livro para o colégio, ensino normal, ou de nível técnico.

§ 3º Os membros das comissões especiais, que forem designados na forma do art. 14 e seu parágrafo, perceberão, cada um, cem cruzeiros por parecer que emitirem, e, bem assim, os catedráticos designados na forma do art. 25.

Art. 16. Os serviços administrativos da Comissão Nacional do Livro Didático serão chefiadas por um funcionário designado pelo Ministro da Educação e Saúde.

CAPÍTULO III

DO PROCESSO DE AUTORIZAÇÃO DO LIVRO DIDÁTICO

Art. 17. A autorização para uso do livro didático será requerida pelo interessado, autor ou editor, importador ou vendedor, em petição dirigida ao Ministro da Educação e Saúde, à qual se juntarão três exemplares da obra, impressos ou dactilografados, acompanhados, nesta última hipótese, de uma via dos desenhos, mapas ou esquemas, que da mesma forem parte integrante.

Art. 18. As petições de autorização serão encaminhadas à Comissão Nacional do Livro Didático que tomará conhecimento das obras a examinar, segundo a ordem cronológica de sua entrada no Serviço de Comunicações do Ministério.

§ 1º Com relação a cada obra, a Comissão Nacional do Livro Didático proferirá julgamento, mencionando os motivos precisos da decisão e concluindo pela outorga ou recusa da autorização de uso.

§ 2º A Comissão Nacional do Livro Didático poderá, na sua decisão, indicar modificações ou correções a serem feitas no texto da obra examinada, para que se torne possível a autorização de seu uso. Nesta hipótese, poderá a obra, depois de modificada ou corrigida, ser usada, cabendo, todavia, à Comissão Nacional do Livro Didático, em qualquer tempo, declarar cassada a

autorização, se as modificações ou correções recomendadas não tiverem sido devidamente realizadas.

§ 3º Resolvida a matéria por qualquer das formas dos parágrafos anteriores, será a solução publicada e comunicada ao interessado. A publicação e a comunicação de que a obra teve o uso autorizado farão menção do número do registro de que trata o art. 24 desta lei.

Art. 19. Quando a Comissão Nacional do Livro Didático autorizar o uso de um livro, à vista de originais dactilografados, poderá formular ao autor ou ao editor recomendações quanto à sua impressão.

Parágrafo único. Depois de impresso, deverá o livro ser submetido novamente ao exame da Comissão Nacional do Livro Didático, para as necessárias verificações.

Art. 20. Sempre que a Comissão Nacional do Livro Didático julgar conveniente, poderá solicitar o parecer de especialistas a ela estranhos, para maior elucidação da matéria sujeita ao seu exame.

Art. 21. As reedições de livros didáticos cujo uso tenha sido autorizado, poderão ser feitas, caso não incluam importantes adições ou alterações, independentemente de nova petição mas deverão ser comunicadas à Comissão do Livro Didático; caso sejam nelas incluídas tais adições ou alterações, a petição de nova autorização deverá ser feita, na forma desta lei.

Art. 22. De cada livro, cujo uso fôr autorizado, fará a Comissão Nacional do Livro Didático registro especial, devidamente numerado, de que constem tôdas as indicações a êle relativas, inclusive um sumário de sua matéria.

Art. 23. O Ministério da Educação e Saúde fará publicar semestralmente, no Diário Oficial, a relação completa dos livros didáticos de uso autorizado, agrupados segundo os graus e ramos de ensino e apresentados, em cada grupo, pela ordem alfabética dos autores.

Parágrafo único. A menção de cada livro será acompanhada de tôdas as indicações a que se refere o art. 22 desta lei.

Art. 24. Os livros didáticos, cujo uso tenha sido autorizado na forma desta lei, deverão conter na capa, impresso diretamente ou por meio de etiqueta, os seguintes dizeres. “Livro de uso autorizado pelo Ministério da Educação e Saúde”. Em seguida, entre parêntese, declarar-se-á ainda o número do registro

feito pela Comissão Nacional do Livro Didático, pela maneira seguinte: (Registro n...).

Art. 25. Quando se tratar de autorização para uso de livro didático, de autoria, seja no todo ou em parte, de algum membro da Comissão, o Ministro da Educação e Saúde submetê-lo-á ao parecer de dois catedráticos da especialidade, ou de disciplinas congêneres, com exercício em escolas superiores, oficiais ou reconhecidas.

§ 1º Estes catedráticos serão escolhidos dentre uma lista organizada pelo Conselho Nacional de Educação, na qual não figurem nomes de autores de livros didáticos da disciplina, em qualquer tempo submetidos à apreciação da Comissão Nacional do Livro Didático.

§ 2º Observar-se-á, quanto ao processo de autorização, o disposto nos arts. 18 e 19 desta lei, cabendo ao Ministro resolver afinal sobre a autorização de uso.

CAPÍTULO IV

DAS CAUSAS QUE IMPEDEM A AUTORIZAÇÃO DO LIVRO DIDÁTICO

Art. 26. Não poderá ser autorizado o uso do livro didático:

- a) que atente, de qualquer forma, contra a unidade, a independência ou a honra nacional;
- b) que contenha, de modo explícito ou implícito, pregação ideológica ou indicação da, violência contra o regime democrático;
- c) que envolva qualquer ofensa às autoridades constituídas, às forças armadas, ou às demais instituições nacionais;
- d) que despreze ou escureça as tradições nacionais, ou tente deslustrar as figuras dos que se bateram ou se sacrificaram pela pátria;
- e) que encerre qualquer afirmação ou sugestão, que induza o pessimismo quanto ao valor e ao destino do povo brasileiro;
- f) que inspire o sentimento da superioridade ou inferioridade do homem de uma região do país, com relação ao das demais regiões;
- g) que incite ódio contra as raças e nações estrangeiras;

h) que desperte ou alimente a oposição e a luta entre as classes sociais e raças;

i) que procure negar ou destruir o sentimento religioso, ou envolva combate a qualquer confissão religiosas.

j) que atente contra a família, ou pregue ou insinue conta a indissolubidade dos vínculos conjugais;

k) que inspire o desamor à virtude, induza o sentimento da inutilidade ou desnecessidade do esforço individual, ou combata as legítimas prerrogativas da personalidade humana.

Art. 27. Será ainda negada autoridade de uso ao livro didático;

a) que esteja escrito em linguagem defeituosa, quer pela incorreção gramatical, quer pelo inconveniente ou abusivo emprêgo de termos ou expressões regionais ou de gíria, quer pela obscuridade do estilo;

b) que apresente o assunto com erros de natureza científica ou técnica.

c) que esteja redigido de maneira inadequada, pela violação dos preceitos fundamentais da pedagogia ou pela inobservância das normas didáticas oficialmente adotadas, ou que esteja impresso em desacôrdo com os preceitos essenciais da higiene da visão:

d) que não traga por extenso o nome do autor ou dos autores;

e) que não contenha a declaração do preço de venda, o qual não poderá ser excessivo em face do seu custo.

Art. 28. Não se concederá autorização, para, uso no ensino primário, de livros didáticos que não estejam escritos na língua, nacional.

Art. 29. Não será autorizado o uso do livro didático que escrito em língua nacional, não adote a ortografia estabelecida por lei.

Art. 30. Não poderá ser negada autorização para uso de qualquer livro didático, por motivo de sua orientação religiosa, ou de orientação pedagógica, considerando, porém, o que se dispõem nas letras i do art. 26, e c do art. 27.

CAPÍTULO V

DISPOSIÇÕES GERAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 31. Fica proibida a prática de atos de propaganda favorável ou contrária a determinado livro didático, dentro de escolas e repartições públicas.

Parágrafo único. A proibição deste artigo não impede que autores, editores e livreiros, ou representantes seus, remetam exemplares de obras de uso autorizado, bem como circulares, prospectos ou folhetos explicativos sobre as mesmas, aos professores, ou aos diretores das escolas.

Art. 32. É vedado a professores ou a quaisquer outras autoridades escolares de caráter técnico ou administrativo tornarem-se agentes ou representantes de autores, editores ou livreiros, para venda ou propaganda de Livros didáticos, ainda que tais atos sejam praticados fora das repartições ou estabelecimentos em que trabalhem.

Art. 33. Uma vez autorizado o uso do livro didático, o preço de sua venda não poderá ser alterado, sem prévia licença da Comissão Nacional do Livro Didático.

Art. 34. Serão impostas as seguintes penalidades:

a) ao autor ou editor que, violando a disposição da segunda parte do artigo 21 desta lei, fizer constar do livro didático, a declaração de uso autorizado e a todo aquele que incluir essa declaração em livro cujo uso não tenha sido autorizado, ou violar o disposto nos arts. 31 e 33 desta lei a multa de mil a cinco mil cruzeiros;

b) aos infratores da proibição constante do parágrafo único do art. 5º ou do art. 32 desta lei, e ainda aos diretores das escolas primárias e aos professores das escolas normais, profissionais ou secundárias, que, a partir da data a ser fixada, na forma do art. 3º, admitirem no ensino de sua responsabilidade, livros didáticos de uso não autorizado, a multa de cem cruzeiros a dois mil cruzeiros, se não forem empregados públicos, ou se o forem, a suspensão por quinze a sessenta dias.

§ 1º Nas reincidências, serão os infratores punidos com o dobro da multa, nos casos da, alínea a deste artigo.

§ 2º A reincidência, nos casos da alínea b deste artigo, acarretará, aos responsáveis a demissão do cargo ou dispensa da função que ocuparem.

Art. 35. As penalidades de que trata o artigo anterior serão aplicadas, com relação aos particulares e aos servidores públicos federais, pelas autoridades federais, e, com relação aos servidores públicos estaduais e municipais, respectivamente, pelas autoridades estaduais e municipais.

Art. 36. As autoridades federais, estaduais e municipais, prestarão umas as outras o necessário auxílio para a perfeita vigilância do cumprimento desta lei.

Art. 37. Da imposição de uma penalidade por qualquer autoridade federal, estadual ou municipal, caberá recurso, uma vez, para a autoridade imediatamente superior, se a houver dentro do prazo de vinte dias contados da data da respectiva comunicação à parte interessada.

Art. 38. Será proibido o funcionamento do estabelecimento particular de ensino que não determinar o afastamento dos responsáveis pela, reincidência nos casos da alínea b do art. 34 desta lei.

Art. 39. Será apreendida, a edição dos livros didáticos que contiverem a declaração de uso autorizado pelo Ministério da Educação e Saúde sem que essa autorização tenha sido concedida.

Art. 40. Verificando que, apesar de não ter o uso autorizado, circula no país livro didático que, por incidir numa ou mais hipóteses previstas nos arts. 26 e 27 desta lei, seja, manifestamente pernicioso à formação espiritual da infância ou da juventude, a Comissão Nacional do Livro Didático, em exposição circunstanciada, o denunciará ao Ministro da Educação e Saúde, o qual, aceitos os fundamentos da denúncia, providenciará a apreensão da respectiva edição.

Art. 41. Aos livros didáticos escritos na língua nacional, editados até a data da publicação do presente decreto-lei, não será negada a autorização de uso, pelo fato de não adotarem a ortografia oficial.

Art. 42. Os exemplares de livros didáticos, impressos ou dactilografados, e os desenhos, mapas ou esquemas, de que trata o art. 12 dêste decreto-lei, não são sujeitos ao selo previsto no nº 60 da tabela B, que acompanha o regulamento aprovado pelo Decreto nº 1.137, de 7 de outubro de 1936.

Art. 43. Êste decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial, e será divulgado pelos órgãos oficiais dos governos dos Estados e dos Territórios.

Art. 44. Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 26 de dezembro de 1945, 124º da Independência e 57º da República.

José Linhares.

Raul Leitão da Cunha.

Disponível

em: <http://www6.senado.gov.br/legislacao/ListaPublicacoes.action?id=30359>.

Acesso em: 01 de Setembro de 2012.

ANEXO 03 – FICHA DE CATALOGAÇÃO DO GPCES



GRUPO DE PESQUISA CIÊNCIA, EDUCAÇÃO E SOCIEDADE MATERIAIS DIDÁTICOS NO ENSINO PRIMÁRIO E NORMAL DA PARAÍBA (1886-1930)

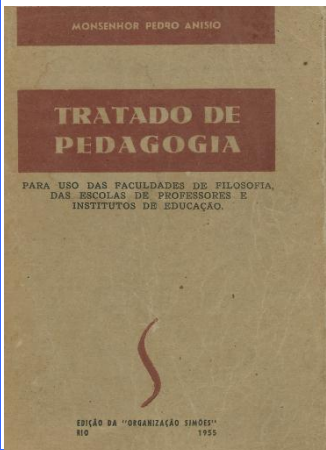


DADOS GERAIS DA OBRA					
Localização da obra	Acervo do Grupo de Pesquisa Ciência, Educação e Sociedade				
Título da obra	Práticas Escolares				
Idioma	Português	Gênero	Didático		
Autorias (sobrenome, nome) – (tipo de participação):					
D'ÁVILA, Antonio					
FICHA DE EDIÇÃO					
Local	São Paulo				
Editora	Saraiva				
Coleção	—				
Ano	1958	Edição	8ª	Ilustrado	Não: [] pb: [x] cores: []
nº páginas	350	ISBN	—		
OBSERVAÇÕES					
Sobre o autor:					
Antônio D'Ávila é ex-diretor do Serviço de Orientação Pedagógica do Departamento de Educação e Assessor Técnico da Divisão de Ensino do SENAI em São Paulo.					
Sobre a obra:					
É destinada ao Ensino Normal, com orientações do Ensino Primário.					



GRUPO DE PESQUISA CIÊNCIA, EDUCAÇÃO E SOCIEDADE
MATERIAIS DIDÁTICOS NO ENSINO PRIMÁRIO E NORMAL DA
PARAÍBA (1886-1930)



DADOS GERAIS DA OBRA					
Localização da obra	Biblioteca Central da UFPB				
Título da obra	Tratado de Pedagogia				
Idioma	Português	Gênero	Didático		
Autorias (sobrenome, nome) – (tipo de participação)					
ANÍSIO, Monsenhor Pedro					
					
FICHA DE EDIÇÃO					
Locais					
Editora	Edição da Organização Simões – Rio de Janeiro				
Coleção	—				
Ano	1955	Edição	4ª	Ilustrado	Não: [x] pb: [] cores: []
nº páginas	590	ISBN	—		
OBSERVAÇÕES					
Sobre o autor:					
Monsenhor Pedro Anísio era membro da Academia Paraibana de Letras, ex-professor de Filosofia e de Teologia do Seminário da Paraíba, ex-professor de Pedagogia e Pedagogia da Escola Normal Oficial, ex-professor de Sociologia do Colégio Estadual da Paraíba (João Pessoa)					
Sobre a obra:					
É um manual destinado para o uso das Faculdades de Filosofia, das Escolas de Professores e Institutos de Educação.					

ANEXO 04 – Índice do manual “Tratado de Pedagogia”, de Monsenhor Pedro Anísio.

ÍNDICE	
✕	
Prefácio da 1. ^a edição	7
Advertências	11
INTRODUÇÃO	
EVOLUÇÃO HISTÓRICO-FILOSÓFICA DA PEDAGOGIA	
I — O movimento pedológico	13
As causas do movimento pedagógico	14
As idéias educativas na antiguidade	14
A Pedagogia grega e romana	15
A organização cristã da Pedagogia	17
A Pedagogia e a cultura clássica	19
A razão filosófica	20
II — <i>Rousseau</i> . A Pedagogia do “ <i>Emílio</i> ”	23
A revolução pedagógica de <i>Rousseau</i> O “ <i>Emílio</i> ”	26
III — <i>A Escola Nova</i>	28
A filosofia imanentista	28
A trilogia da escola nova	30
Os métodos da escola nova	32
CAPÍTULO I	
A PEDAGOGIA CIÊNCIA DA EDUCAÇÃO. SUA ESTRUTURAÇÃO FILOSÓFICA	
I — Conceito de Pedagogia	37
II — A Pedagogia, ciência prática ou normativa	39
Escólio 1 — O Conhecimento empírico. Artes e ciências práticas	40
Escólio 2 — O caráter científico da Pedagogia	43

Unidade intrínseca da Pedagogia	45
A Pedagogia, ciência ético-social	46
Escólio 3 — A Determinação dos fins	47
Escólio 4 — O conhecimento por ação ou inclinação	49
Ciências fundamentais e auxiliares da Pedagogia	51
Escólio 5 — Ciências fundamentais e auxiliares	53
VI — FILOSOFIA E PEDAGOGIA	55
VII — A PEDAGOGIA CRISTÃ HUMANISMO INTEGRAL	59
Escólio — O pragmatismo da Igreja; sua filosofia de vida; sua obra educativa	65
VIII — <i>Divisão da Pedagogia</i>	67

CAPÍTULO II

A EDUCAÇÃO

I — VERDADEIRO CONCEITO DA EDUCAÇÃO	
Posição do homem no Universo	73
Verdadeiro conceito da educação	75
Criação, adestramento e educação	76
Importância da educação	77
Escólio 1 — Postulado essencial da escola sociológica	79
Escólio 2 — Escola ativa. Educação funcional	81
II — POSSIBILIDADE DA EDUCAÇÃO	83
Primazia do homem	84
A psicologia comparada	86
O testemunho da experiência	87
Obstáculos e limites da educação	88
Escólio 1 — Os sistemas filosóficos	90
Escólio 2 — A decadência física e moral	93
III — OS FATORES EDUCATIVOS	
O Desenvolvimento mental	97
Escólio 1 — A solução do problema na filosofia tomista	100
Instrução e educação	102
A causa principal da educação	102
Discurso do problema	104
A Solução do problema	105
Argumento da doutrina de S. Tomás	107
Argumento deduzido da condenação do naturalismo pedagógico	108
Escólio 2 — Outra solução; a forma educativa	109
VI — A HERANÇA E O TRANSFORMISMO	
Conceito e limites da herança	111
A lei biogenética	113

<i>Escólio</i> — O mecanismo da herança	116
Confronto da lei de Galton com a de Mendel	118
Individualidade e educação	121
V — AS DIFERENÇAS INDIVIDUAIS	123
VI — TEORIA DOS TALENTOS. TIPOS PSICOLÓGICOS	127
Os Tipos de memória e de representação	127
Tipos psicológicos	129
Tipos de pensamento	130
VII — EDUCAÇÃO GERAL E PROFISSIONAL	131
Soluções inaceitáveis	132
Educação profissional exclusiva	133
Educação geral; seus defeitos	134
Temas para investigação	136
Apêndice 1 — Método dos testes	137
A idade mental e o conciente intelectual	139
Juizo sobre os testes	142
Série de testes	143
Os testes pedagógicos	144
Apêndice 2 — Escala de testes de Binet e Simon	146
Apêndice 3 — Teste de Ballar	150
Apêndice 4 — Ficha de Rossolimo	161

CAPÍTULO III

O FIM DA EDUCAÇÃO

I — O <i>Universo ordenado</i>	165
Hierarquia das essências imutáveis	165
A lei da finalidade e evolução cósmica	167
A filosofia do existir: harmonia dinâmica	168
II — O <i>fim da educação</i>	
Ideal pedagógico	170
O ideal e o processo educativo	171
III — A IDEALIDADE ÉTICA: HETERONOMIA E AUTONOMIA	
O ideal eterno	174
A objeção de Durkheim	175
O fixo e o mudável no ideal pedagógico	177
IV — O IDEAL HUMANO; SEU CONTEÚDO	
A educação e a perfeição do homem	179
O ideal segundo o filósofo grego e o custeio	182
Classificação dos ideais	185
Verdadeiros e falsos ideais	186
O Edonismo	186
O ideal científico-realista	187

V — O IDEAL CRISTÃO. O EXISTENCIALISMO	
Harmonia cristã	190
A ordem moral, os preceitos	193
A revelação natural e a revelação sobrenatural	195
A moral antiga	196
A moral cristã	198
A lei do amor	199
A ordem sobrenatural e a psicologia da educação	201
O Dogma do pecado original	202
A educação religiosa	203
Temas para investigações	206
Excursus — TEORIA DOS VALORES	
Noção de valor	207
Os juízos de valor, complemento natural da ciência ..	208
Determinação e significado dos valores	211
Filosofia do homem integral e do universo ordenado	213
Avaliação dos valores	217

CAPÍTULO IV

O EDUCADOR E AS COMUNIDADES EDUCATIVAS

I — O EDUCADOR. O MESTRE	
O Educador e o ideal pedagógico	223
O Educador e a Fé. A Espiritualidade	225
Valor e eficácia da educação	226
A concepção cristã da escola	227
II — OS CARACTERES DO OFÍCIO EDUCATIVO	
O naturalismo pedagógico	228
A autoridade	229
O amor, a ciência	230
Perícia na Pedagogia	231
Perícia nas matérias do ensino	231
Perícia nas matérias exclusivas do seu ensino	231
III — O DIREITO DE EDUCAR. A QUEM PERTENCE A EDUCAÇÃO	
A Família. O Estado. A Igreja	232
Em busca da solução do problema	233
Soluções errôneas. A escola laica	233
A liberdade de ensino	235
Os direitos da Família	236
Os direitos da Igreja	237
Missão educativa da Igreja	237
A Igreja e a escola popular	238
Intervenção benéfica	239
Os direitos do Estado	239

IV — AS ESCOLAS DE MAGISTÉRIO	
Os Seminários pedagógicos	243
As Escolas normais	244
A. A formação teórica	245
B. A formação prática	248
Excursus — A Igreja e o Estado	250
V — <i>As comunidades educativas</i>	255
VI — <i>A Família</i>	257
VII — <i>A Escola</i>	262
Temas para investigações	265

CAPÍTULO V

O SUJEITO DA EDUCAÇÃO

I — <i>A Educação harmônica</i>	
Educar o homem todo: corpo e alma	269
O desequilíbrio natural: a luta dos apetites	270
O Tomismo e os sistemas opostos	271
Tomismo e Pedagogia	271
Aspectos da lei de correlação e da finalidade	273
II — A EDUCAÇÃO FORMAL	
O Intelectualismo e o neo-positivismo	274
Pedagogia integral; valor da sensibilidade	275
Divisão geral das faculdades	277
III — OS TRABALHOS ESCOLARES E A ORDEM DO DESENVOLVIMENTO	
das faculdades	278
A Educação materna	279
A Educação primária	280
Reforma da Escola primária	281
Como deve ser a Escola primária	281

CAPÍTULO VI

A EDUCAÇÃO FÍSICA

I — MEIOS INDIRETOS OU EDUCAÇÃO FÍSICA NEGATIVA	
Asseio dos meninos	284
Asseio da aula	285
Renovação do ar	285
Variedade nos exercícios	286
Boa posição	287
Alimentação	287
Outras precauções higiênicas	288

II — <i>Meios diretos</i> ou Educação física positiva	288
Os Exercícios propriamente ditos	289
Os jogos	290
A Ginástica	291
Excursus — A Educação física	293
Apêndices 1 — Programa de Educação física	297
Apêndices 2 — Programa de ginástica sueca	299

CAPÍTULO VII

O DESENVOLVIMENTO DO MENINO

I — O MENINO E O ADULTO	302
Particularidades anatômicas e fisiológicas	305
Caracteres anatômicos	305
Diferenças fisiológicas ou funcionais	306
II — O Desenvolvimento psicológico. Suas etapas características	306
III — O Ritmo da Evolução	309
Fatores do crescimento	311
A Raça. A Herança	312
As condições sociais	313
IV — <i>A Puberdade</i>	313
V — <i>Classificação dos períodos do desenvolvimento</i>	316
VI — <i>A Puberdade e a Educação sexual</i>	321
Excursus — Exercícios físicos	325
Apêndice — A Carta sanitária	328
Temas para investigação	329

CAPÍTULO VIII

INTELIGÊNCIA INTELECTUAL

I — FUNÇÕES PEDAGÓGICAS. INTELIGÊNCIA GERAL	333
Dewey e a Teoria do adestramento	334
Funções pedagógicas	337
Inquérito de Binet	339
Valor da instrução	339
II — <i>A Percepção externa</i>	340
Os Sentidos. Meios de conhecimento	340
Sensações e Percepções	340
Sensações afetivas e representativas	342
Órgãos dos Sentidos	343
Preceitos gerais para a educação dos sentidos	345

	Educação especial dos Sentidos	346
	O Sentido do tacto	346
	Educação do ouvido	347
	Exame da acuidade auditiva	348
	A educação intelectual do ouvido	349
	O sentido da vista	350
	A educação intelectual da vista	351
	Métodos especiais	354
	Temas para investigações	355
III — A	ATENÇÃO	356
	O Valor da atenção	358
	Definição da atenção	359
	A atenção e a escola	359
	Meios para excitar a atenção	360
	Ensino intuitivo	360
	Variedade dos exercícios	360
	A inflexão da voz	360
	A interrogação	361
	O interesse pedagógico. Definição	361
	Os interesses originais	361
	Educação dos interesses	362
	O Interesse imediato	362
	A iniciativa individual	363
	A Emulação e o desejo de ensinar	363
	A Eminência da personalidade	364
	Interesses mediatos	364
	Conclusões	365
	Temas para investigações	367
IV — A	<i>Representação. A fantasia e a memória</i>	367
	Definição da imaginação	368
	Funções da fantasia	368
	A imaginação e a memória	368
	Imagem — Lembrança e a percepção	369
	A percepção	369
	Os sentimentos. O interesse pedagógico	370
V —	<i>Associação. ESTADOS CONSCIENTES E SUB CONSCIENTES</i>	
	A Fantasia e a memória	371
	Associação das imagens	371
	As leis da associação	371
	A teoria associanista	372
	A síntese mental: a inteligência e a vontade	374
Escólio 1 —	As leis da aprendizagem	375
	As leis do efeito, da prontidão, do exercício e da novidade	376
	A lei da prontidão ou da intensidade	377
	A lei do exercício	377

	A lei da novidade	378
	A associação e a prática escolar	378
Escólio 2	— As leis de associação	379
Escólio 3	— A psicologia do comportamento	382
Escólio 4	— A psicanálise	384
	Temas para investigações	389
VI	— <i>A imaginação construtora</i>	
	Função complexa	390
	A cogitativa, o poder de invenção	390
	Imiscui-se em todas as operações	390
	Promove o progresso intelectual	390
	Seus efeitos na ordem moral	391
	Especial Educação	391
	Sua vivacidade na infância	391
	Como se há de refreá-la e educá-la	392
	A imaginação e os trabalhos escolares	392
VII	— <i>A MEMÓRIA</i>	
	Caráter essencial da memória	393
	O reconhecimento	393
	A localização	394
	A memória no sentido lato	394
	Memória espontânea e voluntária	395
	Memória sensitiva e intelectual	395
	Qualidades da memória	396
	Meios de aperfeiçoamento da memória	396
	"Uma coisa só é bem sabida"	398
	As repetições	398
	O método	399
	Regras gerais para aprender de memória	400
	O aprender de cor	400
	Métodos de aprender	401
	Temas para investigações	403
VIII	— <i>O Pensamento. O Conceito</i>	
	O nominalismo empírico	404
	Escólio 1 — A escola sensista e associacionista	404
	Os sentidos e a razão	405
	Escólio 2 — O inteligível e o material	406
	A abstração	408
	Escólio 3 — As três fases da síntese conceptual ..	408
	Objeto do conceito	410
Escólio 4	— A formação dos conceitos	411
	Nomes abstratos e concretos	412
	Os conceitos e os vocábulos	413
IX	— <i>O JUÍZO E O RACIOCÍNIO</i>	
	O Juízo 415	415

Definição	415
Caráter essencial do juízo	415
Divisão dos juízos	416
Matéria e forma do juízo	416
Condições para bem julgar	417
Educação da faculdade judicativa	417
Juízos imediatos e mediatos	418
A intuição e o discurso	419
O raciocínio	419
Divisão do raciocínio	420
A dedução	421
A indução	421
Escólio 5 — A natureza da indução	422
Divisão do argumento indutivo	423
Várias espécies do argumento indutivo	424
A educação da faculdade de raciocinar	424
Temas para investigação	424

CAPÍTULO IX

A EDUCAÇÃO MORAL

I — <i>A educação do coração</i>	
A) A consciência moral do menino	430
A primeira fase: a dispersão	430
Escólio 1 — O sentimento religioso	431
As fases ulteriores: o esforço e a formação dos hábitos	434
Escólio 2 — O sentimento moral	435
B) A consciência moral e os sentimentos	438
Efeitos dos sentimentos	438
O equilíbrio afetivo	439
C) A formação dos sentimentos	440
Sentimentalismo e intelectualismo	440
Idéias e sentimentos	441
Idéia-fôrças	441
A repressão dos sentimentos	441
O estímulo dos sentimentos	443
Princípios e regras	443
II — <i>Os sentimentos ideais</i>	
O sentimento intelectual	445
Os sentimentos superiores	445
Sentimento estético	448
Educação estética	449
O sentimento ético	450

A) A formação cristã da consciência e do coração	450
A) A cultura moral e religiosa	452
B) A formação cristã da consciência e do coração	454
Temas para investigações:	
A educação moral	458
Sentimento intelectual	458
Sentimento estético	458
Sentimento ético	458
III — A educação da vontade	459
Definição da vontade	459
Escólio 1 — Appetite natural, appetite sensitivo e racional	459
A vontade no menino	460
Objeto da vontade	461
A vontade e a liberdade	461
As fases da atividade voluntária	462
Escólio 2 — Psiquismo superior e inferior	464
A vontade e a psicologia dinâmica	465
Dotes da vontade. Os caracteres débeis e fortes	466
Aplicação pedagógica	466
Cultura indireta da vontade	466
A preguiça, a abulia	467
A sobrecarga	467
Os sentimentos. A inteligência	467
Cultura direta da vontade	468
a) Idéias retas	468
b) Dirigir as inclinações para o bem	468
c) Fazer que o menino pratique o bem	469
IV — O hábito e o caráter moral	470
Extensão do hábito	473
Efeitos do hábito	473
O hábito e a educação	474
Formação cristã da vontade	476
Temas para investigar e desenvolver:	
A educação da vontade	478

CAPÍTULO X

MEIOS EDUCATIVOS

I — O exemplo	483
II — O governo externo: a autoridade	487
A sugestão pedagógica	487
As ordens	488

A exortação	490
A sugestão do vício	491
III — <i>A inspeção</i>	491
IV — <i>Os exercícios ativos. Os jogos e o trabalho</i>	494
V — <i>A emulação</i>	495
Os concursos	498
Os exames	498
VI — <i>As recompensas: prêmios e castigos</i>	
Os prêmios	499
Os castigos	501
Os castigos físicos	504
Temas para investigações	506
Meios educativos	

II PARTE

DIDÁTICA GERAL OUTEORIA DO ENSINO

Didática geral ou teoria do ensino	513
--	-----

CAPÍTULO I

TEORIA DO MÉTODO

Método Organo Genético	
I — Definição e divisão do método	519
Definição do método	519
Classificação dos métodos	519
Os métodos lógicos e o método didático	520
Definição do método didático	520
Método analítico e sintético	520
Várias formas de análise e de síntese	521
Aplicações pedagógicas	522
Normas para a aplicação dos métodos	523
Importância dos métodos	524
Temas para investigações	523
Teoria do ensinamento	525
II — <i>Princípios do método didático</i>	
Escólio 2 — Os centros de interesse	530
Escólio 1 — A globalização do ensino	529
Temas para investigações	531

CAPÍTULO II

TEORIA DOS MEIOS DIDÁTICOS

I — <i>Processos de ensino</i>	535
A descrição	536
A narração, o conto	537
As semelhanças, as oposições ou contrastes e os exemplos	538
II — <i>Formas de ensino</i>	
A forma expositiva	540
A forma inventiva	541
III — <i>Os modos de ensino</i>	542
Modo individual	543
Modo simultâneo	544
Vantagens do modo simultâneo	544
Modo mútuo	545
Temas para investigações	
Processo de ensino	546
Formas de ensino	546
Os modos de ensino	546

CAPÍTULO III

A ORGANIZAÇÃO ESCOLAR

I — <i>A admissão e classificação dos alunos</i>	550
II — <i>A distribuição do tempo e do trabalho</i>	553
III — <i>Os registros e as cadernetas individuais</i>	555
Livro de matrícula	556
O livro de chamadas e de notas	556
IV — <i>O sistema cíclico ou concêntrico</i>	558
V — <i>A concentração do ensino e a "escola ativa"</i>	560
VI — <i>A preparação do mestre: a lição</i>	563
Escólio 1 — Métodos e processos de ensinar e de aprender	565
Escólio 2 — Unidades de ensino e os graus formais segundo	
Herbart	567
A) A Observação	570
B) Elaboração	571
C) A expressão	571
Escólio 3 — O Programa	572
Bibliografia	575